



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO**

PATRÍCIA PADIAL KLEY

**ESTADO DA ARTE: MULHERES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**

PORTO VELHO/RO

2017

PATRÍCIA PADIAL KLEY

ESTADO DA ARTE: MULHERES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado Acadêmico (MAPSI) do Departamento de Psicologia, Núcleo de Saúde, da Universidade Federal de Rondônia, para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicologia Escolar e Processos Educativos.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril.

PORTO VELHO/RO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

K64e

Kley, Patricia Padial.

Estado da arte: mulheres na produção científica da Universidade Federal de Rondônia / Patricia Padial Kley.-- Porto Velho, Rondônia, 2017.

169 f.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Ivonete Barbosa Tamboril
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

1. Mulheres. 2. Feminismo. 3. Produção científica. I. Tamboril, Maria Ivonete Barbosa. II. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU: 159.9-055.2

Bibliotecária Responsável: Edoneia Sampaio S. Miranda CRB11/947

FOLHA DE APROVAÇÃO

“Estado da arte: mulheres na produção científica da Universidade
Federal de Rondônia”

PATRÍCIA PADIAL KLEY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Psicologia (MAPSI) como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Psicologia pela
Fundação Universidade Federal de Rondônia

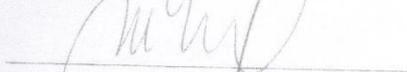
**Linha de Pesquisa: Psicologia Escolar e processos
educativos**

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Ivonete Barbosa
Tamboril

Banca examinadora:

Programa de Pós-graduação em Psicologia (Mapi/Unir)
Prof.^a Dr.^a Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Assinatura:



Prof.^a Dr.^a Ednaceli Abreu Damasceno
Programa de Pós-graduação em Educação
Universidade Federal do Acre

Assinatura:



Prof.^a Dr.^a Juliana da Silva Nóbrega
Fundação Universidade Federal de Rondônia

Assinatura:



Dissertação aprovada em: 24/02/2017

Ao meu pai Edy Padiãl Filho (*In Memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a **Deus**, por me dar saúde, inteligência e ânimo para ousar iniciar essa tarefa tão árdua de pesquisar um tema polêmico. Por todos os momentos que pensei em desistir, mas após uma oração, sentia-me renovada em continuar.

Ao meu amado, **André Kley**, amigo, companheiro fiel, pela sua paciência ao retribuir minha ausência dos últimos dois anos com abraços carinhosos e sorrisos nos lábios. Obrigada pelas palavras de incentivo e por acreditar no meu potencial, quando eu não mais acreditava. Obrigada por ser minha paz em meio ao caos!

Às mulheres da minha vida, **Myriam, Silvia, Sarah, Júlia e Mirella** pelo amor incondicional.

À professora **Dra. Constantina Xavier Filha** (UFMS) por me apresentar este tema apaixonante e instigante e por ter me proporcionado a oportunidade de iniciar minha trajetória na pesquisa científica.

Ao Técnico em Assuntos Educacionais **Antenor Silva**, por sua dedicação, disponibilidade e gentileza em atender minhas solicitações e pelas conversas descontraídas que tivemos no decorrer deste processo.

Aos **professores e professoras** do MAPSI, por compartilharem suas experiências profissionais e acadêmicas.

Aos/as colegas da linha I - Psicologia Escolar e Processos Educativos que, assim como eu, se dispuseram a aprender mais e avançar um degrau no difícil caminho da aprendizagem e do saber. Em especial, as amigas **Juliana Lima e Patrícia Guedes**, que tornaram a trajetória de estudos mais alegre.

À professora, **Dra. Ana Paula Cantarelli** (DLE/UNIR) por gentilmente aceitar participar como professora convidada na minha apresentação do projeto de pesquisa, e pela indicação de autores/as, livros e artigos, além das dicas e conversas via e-mails.

Às professoras, **Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva** (PPGG/UNIR) e **Dra. Ednaceli Abreu Damasceno** (CELA/UFAC) por aceitarem gentilmente o convite de participar da minha banca e pelas suas contribuições valiosas na minha qualificação, pela indicação de textos, autores/as e livros.

Às professoras, **Dra. Juliana da Silva Nóbrega** (UNIR/ARIQUEMES) e **Dra. Juracy Machado Pacífico** (MAPSI/UNIR) por gentilmente aceitarem o convite de suplente.

À minha orientadora **Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril**, exemplo de ser humano, professora, mãe e mulher obstinada nos seus princípios ideológicos. Obrigada pelos “puxões de orelha”, pelos incentivos e pela paciência. Obrigada por abrir mão de estar com seus familiares para dedicar-se a me orientar e me ajudar a suprir as dúvidas e inseguranças que eram muitas. Agradeço muito por ter permitido que eu fizesse parte de sua rotina profissional e pessoal, me acolhendo em sua residência e na disciplina do PAE.

À **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** pela concessão da bolsa de estudos.

À todas as mulheres e seus legados que direta ou indiretamente fizeram parte deste trabalho, muito obrigada!

*Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar.*

*O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair.*

[...]

*E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também.*

*A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
Ela é muitas, se você quer saber.*

*Hoje aos 30 é melhor que aos 18
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra nighth fever.*

Desconstruindo Amélia
Pitty

RESUMO

KLEY, Padiãl Patrícia. Estado da Arte: Mulheres na produção científica da Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

Esta dissertação analisa a produção científica sobre mulheres realizadas na Universidade Federal de Rondônia, especificamente entre os anos de 2000 a 2015. Ela parte de algumas questões problematizadoras a fim de mapear qual é a trajetória dos estudos sobre mulheres na UNIR.

Diante da organização da referida pesquisa e considerando os objetivos elencados que são: analisar a ênfase das temáticas abordadas na produção acadêmica, no sentido de perceber as principais tendências nas pesquisas sobre mulheres e/ou gênero; analisar os principais referenciais teóricos que subsidiaram e sustentaram as pesquisas sobre mulheres e/ou gênero; descrever as principais abordagens metodológicas, tipos de estudo e análises das pesquisas que tratam da temática mulheres e/ou gênero; verificar quais os principais resultados indicados nas produções acadêmicas sobre mulheres e/ou gênero, identificando os aspectos abordados e os ignorados que podem constituir-se em objetos de investigação e futuras pesquisas deste campo; organizamos seis categorias para análise descritiva, referentes à temática mulheres, a destacar: 1) Identidades, 2) Saúde, 3) Educação, 4) Violência, 5) Mulheres indígenas, 6) Abuso sexual. O método utilizado para a coleta de dados foi a pesquisa documental do tipo estado da arte, além da técnica de análise de conteúdo, dividida em duas etapas. Na primeira fase da coleta de dados, foi elaborado uma ficha para coleta de informações sobre as dissertações selecionadas, tais como: resumo, método, referencial teórico, dentre outros. Na segunda fase, a partir das informações coletadas nas dissertações, foram criadas seis categorias de análise. Como conclusão, acreditamos que o fomento para a realização de pesquisas, projetos e produção científica que contemple essa temática deva ser incentivado e ampliado na Unir, para que, a partir das reflexões acadêmicas, projetos de extensão sejam implementados, e que atendam a comunidade em geral com intuito de diminuir as desigualdades de gênero e propor momentos de reflexão sobre as práticas preconceituosas, desiguais e violentas enfrentadas por muitas mulheres que vivem em Rondônia.

Palavras – chave: Mulheres. Feminismo. Produção Científica.

ABSTRACT

KLEY, Padial Patrícia. State of Art: Women in the scientific production of the Federal University of Rondônia. Porto Velho, 2017. 169 f. Dissertation (Master's Degree in Psychology). Foundation Federal University of Rondônia, Porto Velho, 2017.

This dissertation analyzes the scientific production on women held at the Federal University of Rondônia, specifically from the years 2000 to 2015. It starts from some problematizing questions in order to map the trajectory of studies on women in UNIR.

Considering the organization of this research and considering the objectives listed: analyze the emphasis of the topics addressed in the academic production, in the sense of perceiving the main trends in research on women and / or gender; Analyze the main theoretical references that subsidized and sustained research on women and / or gender; Describe the main methodological approaches, types of studies and analyzes of the researches that deal with women and / or gender; To verify the main results indicated in academic productions about women and / or gender, identifying the aspects addressed and ignored that may constitute research objects and future research in this field; We organized six categories for descriptive analysis, related to the women theme, to highlight: 1) Identities, 2) Health, 3) Education, 4) Violence, 5) Indigenous women, 6) Sexual abuse. The method used for data collection was the state-of-the-art documentary research, in addition to the content analysis technique, divided into two stages. In the first phase of the data collection, a record was prepared to collect information about the selected dissertations, such as: abstract, method, theoretical reference, other teeth. In the second phase, from the information collected in the dissertations, six categories of analysis were created. As a conclusion, we believe that the promotion of research, projects and scientific production that contemplate this theme should be encouraged and expanded in Unir, so that, from the academic reflections, extension projects are implemented, and that serve the community in With a view to reducing gender inequalities and proposing moments of reflection on the prejudiced, unequal and violent practices faced by many women living in Rondônia.

KEYWORDS: Women . Feminism. Scientific production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Adão e Eva - óleo sobre painel (1507)	36
Figura 2 – Mulheres trabalhando em uma fábrica	46
Figura 3 - Foto de mulheres manifestantes da primeira onda feminista (1911)	54
Figura 4 - Figura da liderança no Movimento das mulheres nos Estados Unidos (1963)	57
Figura 5 – Exemplo de cor de meninos/homens	133
Figura 6 – Exemplo de cor de meninas/mulheres	134

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Marcos teóricos sobre os direitos das mulheres	60
Quadro 2 - Ficha catalográfica para organização dos dados	78
Quadro 3 – Informações destacadas	79
Quadro 4 - Dissertações selecionadas nos Programas de Pós-Graduação da UNIR.....	85
Quadro 5 - Cursos de Pós-graduação da UNIR	86
Quadro 6 – Início das atividades dos Programas de Pós-Graduação da UNIR	89
Quadro 7 - Quantidade de trabalhos encontrados, no período de 2004 a 2015 na UNIR	91
Quadro 8 - Características das dissertações selecionadas	92
Quadro 9 - Eixo temático dos trabalhos por ano	95
Quadro 10 - Pesquisas feitas por mulheres sobre mulheres	102
Quadro 11 – Orientação de professoras nos trabalhos sobre mulheres nas dissertações por Programa e por ano	103
Quadro 12 – Apanhado geral sobre orientadores/as	104
Quadro 13 – Orientação de professoras nos trabalhos sobre mulheres nas dissertações	105
Quadro 14 – Rotina diária das mulheres no Assentamento Joana D’Arc III.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEJIL - Centro pela justiça pelo Direito Internacional
- CLADEM - Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher
- CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DDMs - Delegacia de Defesa da Mulher
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- GEPSEX – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Sexualidade e Gênero
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MAPSI - Mestrado em Psicologia
- MCL - Programa de pós-graduação Stricto Sensu mestrado em Ciências da Linguagem
- MEL - Programa de pós-graduação em estudos literários
- MHEC - Programa de pós-graduação mestrado em História e Estudos Culturais
- MEPE - Programa de pós-graduação mestrado profissional em educação escolar
- OBSERVE – Observatório Lei Maria da Penha
- OEA - Comissão Interamericana de Direitos Humanos
- OMS- Organização Mundial da Saúde
- ONGs – Organizações não governamental
- PGBIOEXP - Programa de Pós-Graduação em Biologia Experimental
- PGCA - Programa de pós-graduação em Ciências Ambientais
- PGDRA - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
- PPGA - Programa de pós-graduação em Administração
- PPGE - Programa de pós-graduação mestrado acadêmico em Educação
- PPGG - Programa de Pós-Graduação em Geografia
- PRAD - Pró-Reitoria de Administração
- PROCEA – Pró- Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis
- PROGRAD – Pró – Reitoria de Graduação
- PROFMAT - Programa de pós-graduação mestrado Profissional de matemática em rede nacional
- PROPLAN – Pró – Reitoria de Planejamento
- PROPESQ – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
- UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

WSPU - União Social e a Política das mulheres

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de dissertações defendidas nos programas de pós-graduação	88
Gráfico 2 – Números gerais da produção científica da UNIR	90
Gráfico 3 - Total de dissertações defendidas em cada Programa de Pós-graduação da UNIR	97
Gráfico 4 – Referencial utilizado nas dissertações	98
Gráfico 5 - Método de pesquisa das dissertações	100
Gráfica 6 – Taxa de feminicídios no Brasil entre os anos de 2009 a 2011	125
Gráfico 7 – Taxa de feminicídio nas regiões brasileiras entre os anos de 2009 a 2011	126

Sumário

1 INTRODUÇÃO	17
2 HISTÓRIA DAS MULHERES	24
2.1 Breve história das mulheres: as mulheres fizeram história na História	27
2.1.1 Religião e a história das mulheres	33
2.2 Papéis e identidades de gênero	42
2.3 Mulheres no mercado de trabalho	45
2.4 Machismo x feminismo: luta pela igualdade de gêneros e de direitos	48
2.5 Movimento feminista e as três ondas	52
2.6 Marcos teóricos importantes para a equidade de gênero	60
3 ESTUDOS SOBRE MULHERES NA ACADEMIA.....	68
3.1 Alguns trabalhos que discutem a inserção de estudos sobre mulheres e/ou gênero na Academia.....	69
3.2 Produção de conhecimento sobre a condição feminina ou sobre mulheres na Psicologia.....	74
4 METODOLOGIA.....	78
4.1 Pesquisa documental	78
4.2 Estado da arte	79
4.3 Análise de conteúdo	81
4.4 Fontes da Pesquisa	84
4.4.1 Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	84
4.4.2 Programas de Pós-graduação da UNIR (2002 – 2015).....	85
5 DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA	87
5.1 Trabalhos defendidos por programas de pós-graduação – Temas diversos.....	87
5.2 Programas de pós-graduação e a temática mulheres.....	89
5.3 Porcentagem geral da produção científica da Unir	90
5.4 Quadro geral sobre a produção científica sobre mulheres da Unir.....	91
5.5 Características dos trabalhos selecionados	91
5.5.1 Características das dissertações selecionadas.....	91
5.5.2 Eixo temático - dissertações	95
5.5.3 Programas de pós-graduação e quantitativo de dissertações apresentadas.....	96
5.6 Referencial utilizado nas dissertações sobre mulheres	98
5.7 Método utilizado nas pesquisas – dissertações	99

5.8 Autoria de mulheres nas dissertações	101
5.9 Orientação de professoras nos trabalhos sobre mulheres - dissertações.....	103
6 Apanhado geral sobre orientadores/as	104
6.1 Orientação de professoras nos trabalhos sobre mulheres nas dissertações.....	105
6.2 Gênero como categoria relacional	106
6.3 Saúde.....	108
6.4 Educação	114
6.5 Violência	123
6.6 Mulheres indígenas	135
6.7 Identidade(s)	137
6.8 Abuso Sexual	151
7 LIÇÕES APRENDIDAS	154
Apêndice A – Modelo de ficha utilizado na pesquisa	167

1 INTRODUÇÃO

Filha mais velha de mãe divorciada, cresci na periferia de Campo Grande capital do Mato Grosso do Sul, cuidando das minhas duas irmãs mais novas e da casa, pois minha mãe saia todos os dias bem cedinho para trabalhar e voltava só quando já estava escurecendo.

Assim, cresci num lar cuja figura feminina sempre foi o referencial para tudo, influenciando inclusive em minha escolha profissional, a de ser professora, já que no exercício de minha profissão pensava que poderia oferecer carinho às crianças, que assim como eu, ficavam mais tempo na escola na companhia da professora do que com a própria mãe.

Dessa maneira, quando adolescente eu idealizava uma justificativa na escolha de minha profissão, a de dar atenção, afeto e deixar as vidas de algumas crianças mais alegres e especiais, ensinando os conteúdos, acompanhando, incentivando e principalmente ouvindo-as.

Quando algumas pessoas próximas souberam da minha escolha profissional, logo me julgaram e me deram “conselhos” de pensar melhor sobre cursar Pedagogia já que não “daria muito dinheiro, além de eu ter que cuidar dos filhos mal-educados dos outros”.

Felizmente não desanimei e segui na busca de realizar minha meta, afinal minha mãe sempre nos incentivou a estudar, trabalhar e ser independente. Ela dizia que não havia criado filha para “depende de homem nenhum” e que “ela não desejava que nenhuma de nós (suas 3 filhas) passássemos pelo que ela passou em sua vida”.

Então, cresci ouvindo que deveria estudar, trabalhar, ter uma profissão que ajudasse as outras pessoas e nunca depender financeiramente de homem nenhum. E foi o que eu fiz! Apesar das dificuldades, arrumei meu primeiro emprego de babá, onde trabalhava dez horas por dia cuidando de uma menina linda, que hoje deve estar uma moça com 11 anos de idade.

Ao sair do trabalho, me deslocava para o cursinho no qual eu dedicava algumas horas noturnas, para concretizar meu objetivo, que era ser aprovada no vestibular para Pedagogia na (UFMS), já que era um curso noturno e eu poderia estudar e continuar trabalhando e nesse ritmo de trabalho (manhã e tarde) e estudo a noite, no ano de 2005 prestei o vestibular na UFMS, juntamente com meu atual esposo, que na época era meu namorado. A felicidade foi dupla ao sabermos do resultado, pois havíamos sido aprovados!

Então quando iniciei minha graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia, no ano de 2005, UFMS, interessei-me pela temática educação, gênero e sexualidade a partir da disciplina ofertada no primeiro semestre do curso.

Nessa disciplina, estudamos como as relações de gênero são construídas no decorrer das vidas das pessoas e que ninguém “nasce” menino ou menina, mas sim, que essa identidade é algo construído e moldado de acordo com parâmetros estabelecidos de uma dada sociedade, muitas vezes machista, sexista e homofóbica.

A partir das leituras de trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras feministas e pós-estruturalistas na disciplina, Jeane Felipo, Guacira Lopes Louro, Joan Scott e Michel Foucault, dentre outros, buscamos refletir como as práticas pedagógicas se dão nas escolas onde realizamos o estágio obrigatório e questionamos como poderíamos diminuir ou superar tal realidade, propondo intervenções que contemplassem a discussão da temática e mudança de práticas, discursos e posturas adotados por nós, estagiárias/futuras professoras, na interação com os/as estudantes.

Dando continuidade aos meus estudos na graduação e me dedicando especialmente na disciplina de Didática, que contemplava as discussões sobre as práticas pedagógicas envolvendo as questões de gênero pude continuar refletindo sobre a temática.

Por conta disso, ingressei como pesquisadora iniciante na condição de bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ/UFMS), atuando como colaboradora no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Sexualidade e Gênero (GEPSEX), ambos sob a coordenação da Professora Dra. Constantina Xavier Filha, pelo período de agosto de 2007 a julho de 2008.

Acredito que, com essa dinâmica de trabalho, a construção dos relatórios finais do PIBIC que seriam entregues posteriormente, foi de grande valia, pois me proporcionou a compreensão e organização dos mesmos à luz do referencial teórico estudado e discutido nos encontros semanais. As discussões, produções, apresentações e análises seguiram acontecendo e concomitantemente a isso, a escrita do “esboço” do projeto, que viria a se transformar no relatório final intitulado “Os dispositivos pedagógicos dos livros/manuais para a educação da família: como conduzir a conduta dos adultos diante da educação sexual e manifestação de sexualidade de crianças e adolescentes (1930 a 1985)”, entregue no Departamento de Educação da UFMS, no ano de 2006.

Nesse período, comecei a fazer estágio no Projeto Córrego Bandeira que é um projeto financiado pelo Instituto Ayrton Senna e tem o objetivo de educar pelo esporte, muito além de ensinar os conteúdos acumulados pela humanidade e que são “considerados” relevantes a serem ensinados, mas sim, o foco se dá nas atividades e dinâmicas pautadas em temas transversais, na tentativa de aproximação entre as atividades e as realidades dos estudantes, que viviam em bairros vulneráveis da cidade de Campo Grande -MS.

As atividades eram realizadas por estagiários das diversas áreas do conhecimento, chamados de monitores, tais como da Pedagogia na “oficina do saber”; Educação Física (jogos cooperativos, apresentações de danças); Engenharia Ambiental ou Biologia (educação ambiental e reciclagem); Letras (trabalhos escritos); além das oficinas de vídeo e de dança acompanhadas das aulas de música (aprendiam a tocar instrumentos musicais).

Minhas atividades eram auxiliar crianças nas tarefas que traziam da escola, além de discutir e problematizar situações vivenciadas na prática pelos estudantes ali atendidos, como drogas, abuso sexual, alcoolismo, pobreza, desigualdade social, violência, etc.

Mas, não desmerecendo a importância das outras atividades citadas, a que eu mais gostava e me empenhava em realizar com a máxima dedicação era a de estimular em cada estudante a idealização de um sonho ou meta de vida.

E, após a escolha de todos/as, as dinâmicas, vídeos e cartazes que fazíamos juntos/as, eu finalizava a “aula” com a roda da conversa, destacando a importância de se ter sonhos na vida e enfatizava que o meu papel enquanto monitora deles/as era o de apoiá-los e auxiliá-los com o que estivesse ao meu alcance afim de que os sonhos de cada um se tornassem realidades.

Permaneci na equipe do projeto Córrego Bandeira por um ano, quando iniciei meu estágio em docência na Educação infantil da Creche do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, atuando nas turmas da Creche III, Pré – I e Pré-II, no início de 2006, permanecendo por dois anos até o início de 2008, tempo máximo permitido para estagiárias atuarem na equipe.

Ainda no ano de 2007, no mês de dezembro eu me casei e no início de 2008 me mudei para Jaguarão, fronteira sul do Rio Grande do Sul, em decorrência da profissão do meu esposo. Na minha nova cidade dei continuidade aos meus estudos na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e concluí meu curso de Pedagogia, me formando no ano de 2010.

Novamente, por conta do trabalho do meu esposo, nos mudamos para Porto Velho - Rondônia no ano de 2010. Prestei o concurso da prefeitura, fui aprovada para lecionar nas séries iniciais e dessa forma, iniciei de fato minha trajetória como professora, não mais como monitora ou estagiária.

Em Porto Velho, lecionei em escolas municipais da Educação Infantil (Pré-I, Pré-II); Séries Iniciais (1º, 2º 3º e 5º anos), além da 4º série da EJA, sempre problematizando as relações de gênero sejam elas nas brincadeiras, músicas, jogos e conteúdos trabalhados e juntamente com os estudantes, questionávamos quais os motivos que nos fazem reproduzir discursos sexistas, machistas e homofóbicos dentro da escola, tais como separar as crianças em “filas de meninos e filas de meninas”, ou ainda hierarquizar e organizar a turma a partir das brincadeiras, jogos e brinquedos “de meninas ou de meninos” demarcados socialmente.

Dessa forma, penso que alguns/as gestores/as das escolas das quais eu trabalhei como professora não compreendiam as motivações de uma professora recém-formada, com menos de cinco anos de prática docente insistindo em “inventar” ou “modificar” as rotinas das escolas, “bagunçando” a rotina escolar.

Mesmo eu sendo desestimulada, boicotada e em alguns casos perseguida por “tentar introduzir o tema relações de gênero” nos conteúdos e práticas pedagógicas, nunca me calei e não me calarei em relação as desigualdades de gênero e sempre que puder estarei discutindo essas questões em minhas práticas pedagógicas, pois acredito que o papel do/a educador/a é de auxiliar os/as estudantes a refletirem sobre temas que são tão presentes em nossas vidas, não apenas reproduzir uma postura de práticas da pedagogia tradicional, massacrando individualidades dos sujeitos e desrespeitando seus direitos como ser-humano. Basta!

Compreendo os espaços escolares (da educação infantil à Universidade) como lugares de aprendizado e também devem estar abertos ao diálogo, problematização, discussão, reflexão e transgressão de ideologias e práticas engessadas que ditam regras e legitimam discursos preconceituosos e binários.

Sempre buscando retomar os estudos e aprofundar meus conhecimentos na área de gênero, me inscrevi no processo seletivo do Mestrado em Psicologia (MAPSI), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) que passada as etapas árduas da seleção, fui aprovada e iniciei minhas atividades como mestranda em Psicologia, sob a orientação da professora Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril, que se dedica dentre outras coisas a pesquisar e produzir conhecimento sob essa temática pelo viés da psicologia e dos estudos feministas.

Em contato com minha orientadora e apresentando a proposição de dar continuidade aos estudos sobre gênero fui instigada a pensar sobre a produção científica dentro desta temática.

Com isso, realizei o estado da arte sobre mulheres na produção científica da Universidade Federal de Rondônia, especificamente nas dissertações entre os anos de 2000 a 2015, criando assim a possibilidade de apontar novas demandas a partir das informações coletadas e organizadas de uma determinada área do conhecimento.

Sobre isso, nos pautamos nos escritos de Romanowski e Ens (2006, p. 39) sobre a relevância das pesquisas estados da arte, já que:

[...] podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Neste sentido, tal estudo é de extrema importância já que disponibilizará de maneira organizada e cronológica até o ano de 2015 todas as dissertações sobre mulher da UNIR, podendo inspirar futuras pesquisas levando em conta o passado que de maneira cruel escravizou mulheres com o discurso de identidade de gênero, atribuindo papéis e obrigando-as a desempenhá-los, além de cerceá-las de direitos. No presente, descrever e analisar os direitos já conquistados pelas mulheres e no futuro lembrar das atrocidades cometidas contra as mulheres historicamente documentadas e ainda, propor políticas públicas que garantam os direitos já conquistados e reivindicar por novos, para que não sejam repetidos erros do passado.

E ainda, justifica-se pela importância de revelar os conhecimentos tanto **teóricos** quanto **metodológicos** escritos sobre mulheres, apontando caminhos trilhados, conteúdos e referenciais que foram utilizados.

E para além dos interesses pessoais, este estudo é relevante pois seus levantamentos serão organizados e comporão uma espécie de memória¹ documental, reunindo todas as produções apresentadas na UNIR cuja temática seja mulheres referente ao período estudado.

Desse modo, um dos motivos que justificam a relevância dessa pesquisa está ligada às minhas experiências vividas durante o curso de graduação em Pedagogia, das leituras que auxiliaram na reflexão e indagação de várias questões ligadas aos estudos sobre a história das mulheres, suas lutas e dificuldades enfrentadas dentro de uma sociedade machista e desigual.

Portanto, na presente dissertação, pretendemos expor a investigação que analisou as produções científicas sobre mulheres nos programas de pós-graduação stricto sensu, vinculados a Universidade Federal de Rondônia entre os anos de 2000 a 2015.

E para que essa pesquisa se concretizasse, algumas questões problematizadoras foram se delineando: Quais estudos já foram realizados no âmbito das pesquisas na UNIR dos

¹Conceito de memória como resultado da pesquisa denominada estado da arte está pautada nos estudos de Silva e Carvalho (2014, p. 15) já que “[...] o estado da arte contribui para a construção dessa memória à medida que produz um banco de dados sobre as produções” [...] “dando uma visão de suas necessidades e dos desafios que precisam ser superados”.

programas de pós-graduações *stricto sensu*? Que conteúdos abordam? Quais temáticas são mais discutidas, confrontadas e relacionadas? Quais as abordagens metodológicas utilizadas? Qual a relevância das pesquisas para a comunidade acadêmica? Quem escreve e problematiza mais sobre temáticas relacionadas a mulheres, os homens ou as mulheres? Enfim, qual é a trajetória dos estudos sobre mulheres na UNIR? Com base nestes questionamentos também definimos os objetivos da pesquisa.

Dando continuidade, elegi como **objetivo geral** mapear e analisar as produções científicas que abordam a temática mulheres, a partir das dissertações produzidas nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Rondônia, no período de 2000 a 2015.

E como **objetivos específicos**:

- Analisar a ênfase das temáticas abordadas na produção acadêmica, no sentido de perceber as principais tendências nas pesquisas sobre mulheres e/ou gênero;
- Analisar os principais referenciais teóricos que subsidiaram e sustentaram as pesquisas sobre mulheres e/ou gênero;
- Descrever as principais abordagens metodológicas, tipos de estudo e análises das pesquisas que tratam da temática mulheres e/ou gênero;
- Verificar quais os principais resultados indicados nas produções acadêmicas sobre mulheres e/ou gênero, identificando os aspectos abordados e os ignorados que podem constituir-se em objetos de investigação e futuras pesquisas deste campo.

Sendo assim, o presente trabalho está estruturado em seis seções. Na seção inicial, a introdução; a segunda seção foi intitulada História das Mulheres; a terceira seção descreveu como se deu a inserção dos estudos sobre mulheres na academia, visto que a produção da ciência e dos conhecimentos científicos sempre foi ocupado por homens e, dessa maneira foi considerado como “território masculino”.

Além disso, busquei apontar qual o diálogo do trabalho com o campo da Psicologia, ressaltando a importância de a Academia produzir conhecimento sobre a condição feminina ou a condição das mulheres.

Organizei na seção quatro a metodologia utilizada nesta pesquisa, pautada na análise de conteúdo as referências, Bogdan e Biklen (1994), Bardin (1997) e Minayo (2014); no estado da arte, Ferreira (2002), Romanowski e Ens (2006) e Guimarães (2011), além de especificar o referencial teórico adotado para as análises, pautado em alguns estudos feministas.

Na seção cinco apresento os dados da pesquisa e as análises tendo como ponto de partida as informações coletadas nas produções científicas selecionadas.

Finalizei este trabalho trazendo na seção seis as lições aprendidas afim de que leitoras e leitores visualizem a trajetória dos estudos sobre a temática mulheres da UNIR e possam refletir sobre qual o caminho percorrido pelos autores/as, quais as principais metodologias utilizadas e quais as demandas ou lacunas que ainda existem como desafios para pesquisas futuras.

2 HISTÓRIA DAS MULHERES

Esta seção tem por finalidade descrever como se configurou a história das mulheres, destacando as divisões estabelecidas entre homens e mulheres tendo reflexo na imposição dos papéis de gênero; na construção de identidades; nas atividades permitidas e negadas no mercado de trabalho, além de apontar como a ideologia marxista problematizou as questões relacionadas às mulheres no socialismo e também, de explicar o que é o machismo e o feminismo, além de expor os principais marcos teóricos frutos do movimento feminista.

Desta maneira, a seção foi subdividida em seis subseções, na qual a primeira irá descrever uma breve história das mulheres, levando em conta a relevância que a teoria marxista teve na luta contra todo tipo de exploração, dentre elas o das mulheres, além da influência que a religião, especificamente a igreja católica teve no estabelecimento de regras e punições às mulheres consideradas bruxas; a segunda irá conceituar o que são os papéis e identidades de gênero; a terceira pontuará de forma breve como se deu a inserção das mulheres no mercado de trabalho; a quarta explicará o que é o machismo e o feminismo²; a quinta descreverá como se deu historicamente o feminismo, movimento este que se dividiu em três ondas, apontando em cada uma delas a militante que se destacou, as reivindicações, os marcos teóricos e as discussões propostas; a sexta disponibilizará os principais marcos teóricos compreendidos como frutos positivos da luta realizada pelo movimento feminista e que se materializaram em políticas públicas e legislações; e a sétima discutirá o conceito de gênero como categoria relacional.

As mulheres ao longo dos séculos foram silenciadas e obrigadas a ocupar espaços pré-determinados, além de terem que desempenhar papéis e identidades de acordo com as regras estipuladas pela sociedade patriarcal pautadas em princípios impostos pelos detentores do poder da época.

Por conta disso, foi se construído um estereótipo de essência feminina, pautado em um discurso reducionista e biologizante a fim de justificar a concepção de essência a partir de características inatas, desconsiderando as especificidades das mulheres enquanto sujeitos sócio históricos possuidores de subjetividade e necessidades distintas.

²O machismo e o feminismo erroneamente são considerados antônimos, mas na verdade são compreensões de relações de poder bem distintas. O machismo impõe uma superioridade por parte dos homens em detrimento das mulheres, exigindo uma subalternidade delas perante eles. Já o feminismo, reivindica a igualdade de direitos entre as pessoas, independente do seu gênero repudiando as desigualdades e injustiças tão marcante no machismo.

Construída a “identidade feminina”, às mulheres deveriam se enquadrar nela e as que insistiam em não o fazer, eram duramente perseguidas, expostas, humilhadas e castigadas com a ajuda dos “instrumentos” instituídos pela igreja católica e atestado pelo Estado, a destacar: Inquisição, legislações, penalidades, etc.

Então, os espaços públicos eram ocupados somente por homens que possuíam o direito de estudar, trabalhar, fazer leitura da bíblia e oferecer culto a Deus, exercer a Medicina, enquanto que para a mulher restou o cuidado da família, do lar e dos afazeres domésticos, ou seja, o “espaço feminino” se restringiu ao espaço privado do seu “lar”.

Assim, o acesso à cultura e aos conhecimentos científicos foi permitido somente aos homens, que conseqüentemente ocuparam tal espaço, acessaram e produziram novos conhecimentos, tendo seus nomes citados na Literatura e reconhecidos nos marcos teóricos ao longo dos séculos. Tiveram também o direito de exercer as mais diversas profissões, realidade bem diferente das mulheres.

Com o advento das mudanças econômicas, surgem novas demandas e, o que antes era produzido de maneira manual e em pequena escala, passa a ser produzida em larga escala. E por consequência disso, as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho, ocupando espaços que eram somente masculinos até esse momento.

Mas, mesmo após a inserção das mulheres no mercado de trabalho e um longo tempo depois a inserção nas escolas e faculdades, as relações se davam seguindo uma hierarquia de poder, ou seja, às mulheres ficaram responsáveis por trabalhos secundários, com menores salários, enquanto os homens ocupavam papel de destaque social.

E no que diz respeito ao processo de escolarização, às mulheres aprendiam conteúdos diferentes dos homens, a álgebra por exemplo não era ensinada a elas, mas sim em seu lugar as mulheres aprendiam técnicas de corte e costura.

Por consequência da hierarquização social, incluindo os sujeitos e seus gêneros, surgem as chamadas “profissões femininas”, sendo elas associadas ao cuidado e ao zelo, visto que, o “ideal de mulher” havia sido estabelecido como uma pessoa boa, dedicada, carinhosa, calma, zelosa e paciente.

Então, as profissões associadas às mulheres foram à docência e a enfermagem (não a medicina por se tratar de uma profissão com alto prestígio social, logo, em uma sociedade patriarcal, os homens devem ser os profissionais desta profissão), ou ainda, a prestação de serviço de “apoio” aos homens, tais como secretárias e datilógrafas.

Outro ponto que merece destaque em relação à história das mulheres, é o discurso veiculado do “desejo inato da maternidade” para todas as mulheres como fator de completude de existência humana. Ou seja, tal discurso enfatiza que toda mulher têm o desejo de ser mãe e ele, somente ele, trará a sensação de realização ou satisfação completa da identidade feminina. Gerar filhos, segundo esse discurso reducionista, seria o ápice da felicidade para todas as mulheres sem exceção.

Sobre isso, Bety Friedan no livro “Mística feminina” (1971), desconstrói a imagem idealizada da mulher/mãe/esposa feliz e realizada como dona de casa, investigando qual era o “mal invisível” que assombrava às mulheres e suas “vidas perfeitas”:

[...] O problema não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo fervilha a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. Para as mais velhas, produtos da classe média, nenhum outro sonho seria possível. As de quarenta ou cinquenta anos, que quando jovens haviam feito outros planos e a eles renunciado, atiraram-se alegremente na vida de donas-de-casa. Para as mais moças, que deixaram o ginásio ou a faculdade para casar, ou passar algum tempo num emprego sem interesse, este era o único caminho. Eram todas muito “femininas” na acepção comum da palavra, e ainda assim sofriam do mal. (FRIEDAN, 1971, p. 17-18).

Friedan (1971) após suas investigações e entrevistas, concluiu que o mal invisível que afligia às mulheres era fruto do não ajustamento delas ao ideal feminino de esposa e mãe. Em sua análise, ela levou em conta o aumento no número de mulheres que se casavam muito jovens e frequentando menos às Universidades por estarem obcecadas em manter o “belo”, adaptando o campo e o rosto às regras ditadas pela moda da época. O lar era visto como “referência maior” e de onde as mulheres só saíam para às compras ou levar às crianças à escola ou acompanhar seus maridos a reuniões sociais. (DUARTE, 2006, p. 289).

Após a publicação do livro, Friedan criou a Organização Nacional de Mulheres chamada National Organization for Women - NOW³, cujo objetivo era o de obter direitos para às mulheres na sociedade e a busca da identidade individual dessas mulheres, considerando as suas subjetividades. Além disso, denunciavam as ideias sexistas, os costumes e preconceitos que o consumismo perpetuava ao enxergar as mulheres como objetos. (DUARTE, 2006, p. 289).

³ Traduzido para Organização Nacional de Mulheres.

Mas, às mulheres que compunham a organização pertenciam à classe média e ignoravam os problemas das classes inferiores e das mulheres negras. E no Brasil, os reflexos das reivindicações da Organização vieram através da imprensa com a publicação do próprio livro em 1971, por Rose Marie Muraro. (DUARTE, 2006, p. 290).

Assim, descreveremos nas subseções a seguir algumas considerações acerca de temas que são os mais relevantes para a compreensão de como se deu as relações das mulheres e suas histórias ao longo dos séculos e que influenciaram na negação e silenciamento destas.

2.1 Breve história das mulheres: As mulheres fizeram história na história?

Iniciamos esta subseção com a seguinte pergunta: as mulheres fizeram história, na história? E procuramos respondê-la com a ajuda de algumas informações obtidas em pesquisas que apontam o silenciamento dessas mulheres ao longo dos séculos, assim como a negação de direitos de participação, opinião e decisão em temas importantes das sociedades. Para tanto, consultamos as obras de Bauer, 2001; Beauvoir, 1970; Gonçalves, 2006; Priore, 1998; Perrot, 1988; Soihet, 1997; Scott, 1992; por serem os/as autores/as mais citados em diversos trabalhos que contemplaram a temática e por isso são considerados/as como referências.

Dessa forma, ressaltamos que não se pretendeu o aprofundamento de todos os acontecimentos referentes às histórias das mulheres, já que esta tarefa seria impossível de ser realizada, pois como veremos posteriormente, ao longo dos séculos, às mulheres tiveram suas histórias silenciadas, esquecidas ou simplesmente negligenciadas, em contrapartida às histórias dos homens foram criadas, contadas e reverenciadas como a única e verdadeira.

Por conta disso, o que foi considerado de maior relevância para a compreensão das relações de gênero ocorridas ao longo dos séculos no mundo Ocidental, foi selecionado a partir das leituras de alguns textos de autores/as já citados/as e que dedicaram longos períodos de pesquisas para afim de desvelar (o silenciado), lembrar (o esquecido) e construir (o negligenciado), eternizar através de acervos documentais (como livros e artigos) a existência de uma história das mulheres permeada de rupturas, lutas e desigualdades, mas que é legítima e proporcionou alguns avanços no que diz respeito a direitos. E também, explicitar como a teoria socialista desempenhou papel fundamental na propagação dos discursos de luta e igualdade entre os gêneros, impulsionando grandes encontros, movimentos, lutas e conferências, culminando no movimento feminista.

À medida que realizamos as leituras nos trabalhos que discutem a temática história das mulheres, percebemos a relevância que a literatura marxista teve na ampliação dos debates sobre a importância da politização, organização e da luta das mulheres do povo. (COMITÊ FEMININO POPULAR, 1999).

Portanto, quando nos propomos a levantar, discutir e problematizar algumas questões acerca da produção científica sobre mulheres e suas interações sociais, culturais; papéis e identidades de gênero nas dissertações defendidas no âmbito da UNIR, é de extrema importância considerar a relevância que a teoria marxista teve para que, no mundo moderno, pessoas pudessem questionar as “verdades” impostas ao longo do tempo e reivindicar cada vez mais igualdade de direitos, acesso e respeito entre às relações de homens e mulheres em sociedade.

Por conseguinte, destacaremos alguns pontos mais relevantes explicitados no livro intitulado “Textos marxistas-leninistas-maoístas sobre a questão da mulher”, haja vista a concentração de alguns escritos dos mais conhecidos defensores da ideologia socialista, como Karl Marx; Friedrich Engels; August Bebel; V. I. Lenin; N. Krupskaya; Mao Tsetung; Abimael Guzman e ClaudieBroyelle.

Assim, citamos o discurso proferido por Lenin na IV Conferência de operárias sem partido da cidade de Moscou, realizado em 23 de setembro de 1919 intitulado “ As tarefas do movimento operário feminino na República Soviética”. Nele, fica explicitado a denúncia da existência de desigualdade existente entre homens e mulheres e que foi perpetuado por séculos através das legislações e do avanço do capitalismo, culminando na manutenção dos privilégios dos homens, ou seja, o poder do capital gera a desigualdade entre homens e mulheres como destacado na citação a seguir:

O poder Soviético aspirou pela conquista do domínio do capital. [...] aspirou conseguir que os trabalhadores organizassem sua vida sem propriedade privada da terra, sem propriedade privada das fábricas, sem essa sociedade privada que em todas as partes, em todo o mundo, inclusive com a plena liberdade política, inclusive nas repúblicas mais avançadas, mantém de fato os trabalhadores na miséria e na escravidão assalariada, e a mulher na dupla escravidão. (LENIN, I. V: Discurso [set. 1919]. 1999. p.13-14).

Dessa maneira, o socialismo defende a democracia que resulte em melhorias na vida das pessoas, propondo a luta contra a exploração do homem pelo homem. Assim sendo, ela deve fazer sentido também para as pessoas que sofrem quaisquer tipos de desigualdades, opondo-se

ao discurso de democracia que proclama a igualdade, mas articula em suas legislações a continuidade da humilhação, das desigualdades e da violação dos direitos das mulheres.

À medida que o socialismo escancara essas desigualdades, propõe a ampliação do campo de atuação das mulheres, com vistas a alcançar a plena igualdade da mulher, eliminando-as da “escravidão do lar”. E, ao contrário do que o capitalismo defende, o socialismo ressalta a importância da participação da mulher na vida política e nas tomadas de decisões. (LENIN, 1999, p.13-19).

O ponto em que as desigualdades de gênero ficam mais evidenciados e que auxiliaram na limitação e na sobrecarga das mulheres é o que diz respeito ao trabalho, quando ao se compactuar socialmente que a responsabilidade de todos os trabalhos domésticos seja exclusiva das mulheres.

É interessante ressaltar também as considerações apontadas por Andréa Lisly Gonçalves no livro intitulado “História e gênero”, (2006) na qual ela destaca em sua trajetória como pesquisadora, enfatizando que sempre se propôs a investigar as alforrias especificamente em Minas Gerais, não constituindo como centro de investigação as questões de gênero e a história das mulheres.

Entretanto, o elemento gênero ficou relevante em suas pesquisas por conta de aparecerem como dados quantitativos aparentemente “neutros” para a compreensão de processos históricos, considerando as relações de homens e mulheres como algo que ocorreu de forma harmônica, causando-lhe estranhamento.

Após a verificação de que os dados não abordavam as especificidades de gênero ao considerar as relações entre as pessoas como igualitárias, a autora buscou nesta obra ressaltar a natureza relacional da construção das definições de feminino e masculino ao longo dos séculos, apontando a existência de uma desigualdade entre homens e mulheres, pautada em um discurso biológico e “inato”.

Dessa maneira, para que haja uma superação do discurso da existência de uma “condição feminina imutável” a autora revela ao longo do texto, que esta condição foi construída socialmente ao se comprometer em realizar uma análise relacional de forma não essencialista, tampouco reducionista, destacando no capítulo I as discussões iniciadas a partir do século XIX sobre a questão da mulher.

Então, a partir da citação de Stéphane Michaud “Nunca se falou tanto das mulheres como no século XIX”, a autora inicia sua escrita relatando o que é considerado como marco inicial do feminismo no Ocidente, a 1ª Convenção para o Direito das mulheres, que foi realizada

nos dias 19 e 20 de julho de 1848 em Seneca Falls, Nova Iorque. Entretanto, este evento não foi o início do feminismo, mas sim o desfecho de acontecimentos prévios referente a discussão de igualdade de direitos, como a Convenção Mundial contra a Escravidão, realizada em Londres no ano de 1840, visto que as integrantes da delegação feminina foram obrigadas a se acomodarem nas galerias como meras observadoras, sofrendo ali uma discriminação de gênero. Como resposta, duas das mais ativas participantes, as americanas Elizabeth Cady Staton e Lucretia Mott, organizaram a Convenção de Seneca Falls, nascendo de fato o movimento feminista americano, tendo sido iniciado a partir da luta contra a escravidão de africanos, africanas e seus descendentes.

Contudo, é importante ressaltar que mesmo a Convenção de Seneca Falls ter desencadeado oposição antifeminista, não se apresentou como movimento radical, visto que as pautas dos trabalhos eram extensas e que iam desde a discussão sobre as condições sociais, civis e religiosas das mulheres, até o direito ao voto.

Assim, o sufrágio assume uma posição secundária enquanto demanda do movimento feminista neste momento, pois o foco estava na elaboração da Declaração de sentimentos e resoluções, documento baseado na Declaração da Independência dos Estados Unidos.

Positivamente em relação aos impactos das atuações a partir da Convenção de Seneca Falls, está o fato dela ser a “primeira agitação feminista a ser levada a sério”, por isso considerada como marco inicial do movimento feminista. (GAY, 1988, p. 143).

A autora destaca, entretanto, que é muito difícil definir uma data fidedigna como representante do início do movimento feminista, pois trata-se de um *movimento* que se manifesta em lugares mediante formas e iniciativas das mais variadas, não se reduzindo às mobilizações que se intensificaram no século XIX.

Pelo contrário, já no século XVIII, existia uma militância feminina individual e coletiva que durante a crise do Estado Absolutista na Europa abordavam a questão feminina, especialmente na França influenciando nos acontecimentos e decisões pela prática a escrita, destacando-se algumas mulheres militantes.

Sobre isso, o destaque de mulher militante e escritora que viveu nesse período, foi a inglesa Mary Wollstonecraft⁴ (1759-1797) ao publicar a obra intitulada “Reivindicação dos direitos da mulher”, publicada no Brasil no ano de 1833 e que através de sua obra influenciaria muitas gerações de feministas futuras defendendo neste e em outros artigos o direito da mulher

⁴ Aprofundaremos mais sobre a vida e obra desta feminista na subseção marcos teóricos.

à educação, ao trabalho e à vida pública, contrariando o conceito de feminilidade, que segundo ela, é uma construção artificial, imposta à mulher pela cultura patriarcal.

No Brasil, o destaque se dá para Nísia Floresta⁵, educadora, escritora e feminista republicana e abolicionista que traduziu a obra de Wollstonecraft⁶. (GONÇALVES, 2006, p. 18).

No que diz respeito ao feminismo do século XIX, a Rússia desempenhou um papel de extrema importância ao problematizar em eventos de intelectuais várias polêmicas literárias, utilizando também a prática da escrita. Assim, em São Petersburgo e em Moscou, destacou-se as discussões em torno da prostituição feminina pela perspectiva filantrópica e que inspirou variadas manifestações tanto artísticas, quanto literárias.

Em especial, um episódio ocorrido no ano de 1861 reflete como o assunto estava presente nos círculos literários russos e repercutiu de maneira ampla nos jornais da época. Na cidade de Perm, uma senhora chamada Tolmatchva declamou o poema “Noites egípcias” escrito por Puchkin em uma festividade pública se posicionando favorável aos direitos das mulheres e essa ação foi vista com maus olhos pela comunidade e jornalistas locais.

O que contribuiu para que esse fato isolado ganhasse notoriedade, foi a declaração do escritor Dostoievski, ao se posicionar favoravelmente que uma mulher possa ler um poema em público e ainda, de ela expor sua posição favorável na luta pelos direitos da mulher.

Dostoievski demonstrou otimismo sobre a capacidade da sociedade russa em acabar com o preconceito existente sobre esse assunto, já que a divulgação e acolhida dos escritos de Stuart Mill eram uma realidade entre os grupos mais ativos dos militantes políticos e dos movimentos das mulheres, em especial a obra “A sujeição das mulheres” publicada em 1869 na Inglaterra.

Outro aspecto que ultrapassou as polêmicas literárias na Rússia e foi relevante nas conquistas feministas se deu na abertura das universidades às mulheres, anteriormente aos países da Europa Central (Alemanha, Polônia, Suíça, entre outros).

E também, compreendida como uma das mais relevantes conquistas feministas foi o direito ao sufrágio, mesmo ele sendo visto como direito simbólico já que se reconheceu naquele período do século XIX que os direitos aos quais se reivindicavam ultrapassam o exercício da

⁵ Aprofundaremos mais sobre a vida e obra desta feminista na subseção marcos teóricos.

⁶ Para saber mais, aprofundar a leitura na obra GAY, P. **A experiência burguesa**: da rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 143.

soberania coletiva expressado no voto e se estende ao direito à instrução, ao trabalho, à proteção da lei. (GONÇALVES, 2006, p. 29).

Como fruto das revoluções absolutistas ocorridas, surge o não reconhecimento das mulheres como cidadãs plenas sob a negação de que estas também desempenharam papéis ao lado dos homens, acarretando por parte do Estado a exclusão das mesmas quando se tornou obrigatório por lei a abertura de escolas destinadas somente aos meninos.

As divisões internas presentes no próprio feminismo prejudicavam o avanço e o fortalecimento dele tanto quanto a oposição dos partidos progressistas pois:

Se a bandeira do sufrágio universal mobilizou os chamados ‘táticos políticos’, que a viam como instrumento que abriria a porta para todas as outras reformas, os socialistas defendiam que apenas a superação do capitalismo levaria à conquista definitiva dos direitos das mulheres. Havia ainda, uma corrente mais moderada e mais pragmática que defendia a luta por mudanças isoladas, sobretudo no campo educacional, reivindicando o direito de ingresso das mulheres no ensino superior – as faculdades de Medicina e Direito foram alguns dos últimos redutos de resistência contra a entrada de mulheres. (GONÇALVES, 2006, p. 32).

E em decorrência dessas rupturas ou divisões internas do movimento feminista, emerge na sociedade local, o medo do avanço da mulher no espaço público, em consequência das novas relações de trabalho que se estabeleceram por conta da industrialização.

Assim, a ocupação das mulheres nos espaços públicos se torna tema central de romances, manuais e cartilhas médicas, além de ser problematizado por jornalistas, juristas, políticos e pintores. Ou seja, o medo torna-se tema central das discussões no “século burguês”, sendo intensamente estimulado a criação de mecanismos de controle sobre as sensações e sentimentos, a destacar: tratados, códigos de comportamento e de etiqueta, e manuais eram difundidos em vários países, especialmente na Inglaterra.

Como consequência de todos esses fatos, esse período ficou conhecido como a “Era Vitoriana”, visto que o reinado da rainha Vitória (1837 – 1901) esteve alicerçado em bases conservadoras da ética puritana das classes médias e foi neste período também que as ideias de privacidade e intimidade familiar foram valorizadas, o que conseqüentemente, após se instalar a ideia do individualismo burguês, as mulheres passaram a ter representações idealizadas e generalizadas, o que desrespeitou o individualismo de cada uma, haja vista que os papéis de gênero se delimitavam em regras e padrões estabelecidos.

Então, afirmar que as mulheres possuíram e fizeram história é algo recente, pois como sabemos, isso é uma compreensão sobre as mulheres do mundo pós-moderno. Mas nem sempre foi assim, já que nos séculos anteriores as mulheres não possuíam direitos, apenas deveres, ou ainda, “carregavam” o fardo do pecado original, por isso eram severamente punidas e tolhidas de direitos, conforme apontam vários autores/as, sob a justificativa de discursos biológicos, filosóficos e religiosos.

2.1.1 Religião e a história das mulheres

Consideramos continuar a exposição da história das mulheres, levando em conta a temática religião, especificamente abordando o papel desempenhado pela igreja católica, por conta de ela ter tido grande influência na construção das identidades dos sujeitos em muitas regiões do Ocidente⁷.

Antes de adentrarmos nas contribuições de pesquisadoras/es que discutiram a influência da religião católica no Ocidente, julgamos como objetivo geral desta subseção refletir sobre uma outra história que inegavelmente foi silenciada e, que a nosso ver, se fez por conta de apresentar como protagonistas deusas e não deuses, fato este que, como pontuaremos ao longo do texto, esteve presente na construção das histórias entre homens e mulheres (o enaltecimento de homens e suas “histórias” em contrapartida do silenciamento de mulheres e suas “estórias”)⁸.

E ainda, como o cristianismo ganhou força no Ocidente e foi se estabelecendo através da igreja católica, postulando regras e dogmas para doutrinar, controlar e punir, aliada a outra instituição poderosa, o Estado.

Sobre os papéis femininos nas religiões, Joseph Campbell historiador e mitólogo americano, citado por Fonseca ([200?], p. 2-3) destaca a ocorrência do fenômeno de transição da sociedade matricêntrica para a patriarcal, com a existência de quatro grupos que correspondem às etapas cronológicas da história da humanidade a destacar:

⁷O assunto religião foi selecionado para dar início a exposição histórica desta subseção, justamente pela relevância que a igreja católica teve na influência de construção de identidades das pessoas que viviam em diversas regiões por longos períodos, propagando dogmas, leis e regras travestidos de ensinamentos. Além disso, a escolha se deu por conta de o assunto ser abordado nas discussões de Angelin, 2005; Bauer, 2001; Beauvoir, 1970; Fonseca, [200?]; Gonçalves, 2006; Muraro; Boff, 2010 e Rosemberg, 2012.

⁸ Utilizamos “estória” e “história” para ressaltar a diferenciação de significados entre o que é considerado real e o que é considerado lenda, exatamente como ocorreu na escolha de quais fatos seriam repassados na sociedade para explicar a criação do mundo e a existência das pessoas. Neste sentido, utilizamos os termos história ao fazer referência a narração de fatos considerados documentados e situações reais sobre o passado da humanidade; e o termo estória para a narração de fatos imaginários, de ficção (exatamente como a cultura e as sociedades fizeram no Ocidente ao eleger a história real e verdadeira, cujos protagonistas são homens fortes, inteligentes e superiores, em detrimento das mulheres, fracas, submissas e com rotinas comuns e sem graça).

- 1) Primeira etapa: uma grande mãe/deusa criou o mundo e tudo que nele existe e na mitologia grega ela é representada por Gea a mãe terra da qual nascem todos os protodeuses e protodeusas;
- 2) Segunda etapa: Uma deusa é associada a um consorte, como acontece na mitologia sumeriana, onde uma Deusa é destronada por um Deus Solar masculino tornando-se uma criada;
- 3) Na terceira etapa: o mundo é criado por uma dupla homem-mulher (masculino-feminino) ou por um Deus andrógino como acontece na mitologia chinesa onde o que rege a vida são os princípios Yin e Yang.
- 4) Quarta etapa: a partir do segundo milênio quase todas as mitologias o Deus supremo é masculino e cria o mundo sozinho e este modelo é que mais se aproxima do modelo conhecido na sociedade Ocidental até os dias de hoje que é a judaico-cristã representado por Javé, o Deus todo poderoso, onipotente e onipresente que controla todos os aspectos da vida humana.

Fonseca [200?] destaca também as mudanças ocorridas nos dogmas religiosos ao longo dos séculos: a fé que era politeísta e passou a ser monoteísta gerou o banimento das deusas como figuras espirituais, admitindo apenas um papel secundário para as mulheres “santas”, o de gerar deuses. Assim, estabeleceu-se apenas uma ligação entre a criatura e o criador, ideologia está de submissão da mulher sustentada até o momento atual. (FONSECA, [200?], p. 3).

Então, por reconhecermos que a sociedade e os seres humanos sempre criaram mitos, lendas e religiões na tentativa de explicar os fenômenos da natureza e a própria existência humana, destacamos o papel da igreja católica devido ao poder que exerceu nas sociedades ao longo dos séculos segregando as pessoas por gênero, alicerçada nas escrituras sagradas que de maneira distorcida foram interpretadas e repassadas às pessoas pelos “representantes de Deus na Terra” padres e sacerdotes, cujo intuito era o de “catequizar” (leia-se alienar, manipular, controlar e punir).

Neste sentido, ao tentar compreender questionamentos que pairam o imaginário humano, as religiões se organizaram de tal maneira que influenciaram na criação de sociedades patriarcais, cada vez mais individualistas, preconceituosas e machistas, onde a segregação sexual determinava (e ainda determina) as regras de conduta, os papéis e as identidades de gênero, já que a religião católica e sua inserção no mundo ocidental, da mesma forma que a ciência mas com outras conotações ideológicas, divulga seus dogmas contribuindo para promover hierarquias entre o masculino e o feminino. (SAYÃO, 2002).

Os ensinamentos transmitidos de geração em geração através das famílias, da educação ou das religiões destacavam a mulher como um ser criado à imagem e semelhança de um outro ser, o homem, prevalecendo uma identidade feminina forjada dentro de uma teoria criacionista.

A partir dessa compreensão, a mulher carrega consigo a ideia de sujeição, inferioridade e subalternidade em relação ao homem, visto que Eva (citada na Bíblia como a primeira mulher que existiu) foi criada a partir da costela de Adão (primeiro homem que existiu), conforme destacado na citação a seguir:

Então o Senhor Deus fez o homem cair em profundo sono e, enquanto este dormia, tirou-lhe uma das costelas, fechando o lugar com carne. Com a costela que havia tirado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e a levou até ele. Disse então o homem: Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher porquê do homem foi tirada. (BÍBLIA, 2002, Gn. 2. 21-23).

Outrossim, a sociedade foi se organizando pautada em pressupostos da teoria criacionista, influenciada pelas artes, música e literatura resultando na criação de culturas machistas, cujos ensinamentos, regras e valores estabelecidos culminavam no discurso de mulher pecadora.

A exemplo da vasta produção artística produzida entre os séculos XV e XVI, selecionamos uma pintura que tem como inspiração o tema Adão e Eva e/ou pecado original intitulada “Adão e Eva” de Albrecht Dürer (1471 - 1528) para exemplificar como se deu a influência da teoria criacionista nas expressões artísticas auxiliando dessa maneira na propagação do discurso de macular a mulher, pois: “as religiões com suas lendas puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios; moralistas e satíricos deleitaram-se em pintar nos quadros as fraquezas femininas. (BEAUVOIR, 1970, p. 17).

Figura 1 - Adão e Eva - óleo sobre painel (1507)



Fonte: História da Arte – Portal Aula de Arte

A respeito disso, a explicação para a criação dos primeiros seres humanos que habitaram o planeta Terra, especificamente da criação de Eva é repleta de conceitos pejorativos e condenatórios, visto que essa concepção postula ser culpa da mulher a separação entre os homens e Deus, em consequência do chamado pecado original, resultando na morte e no sofrimento de todas as outras gerações que viriam depois deles, já que “por intermédio de um só homem entrou o pecado no mundo, e a morte por intermédio do pecado, e assim a morte se espalhou a todos os homens, porque todos tinham pecado. (BÍBLIA, 2002, Rm. 5-12).

Em decorrência disso, seja pela autonomia de leitura das escrituras sagradas, pela curiosidade, pela necessidade de reinterpretação ou pela tentativa de contestar tal discurso, um grupo de mulheres começa a se organizar e a realizar cultos para outras mulheres. Essa atividade passa a ser reconhecida como *cátaros*, ou seja, mulheres terem o poder de prestar os mesmos serviços espirituais que um homem e as adeptas a este movimento eram chamadas de *beguinas*⁹.

⁹Desde o século XVII, as *beguinas*, como ficaram conhecidas, sempre despertaram a desconfiança das autoridades eclesiásticas. Viúvas ou solteiras dos estratos superiores da sociedade, formaram comunidades espirituais que optavam pela vida ascética em vez dos prazeres do mundo. (BAUER, 2001, p. 20).

No movimento cátaros prevalecia as ideias heterodoxas, ou seja, a abolição da sexualidade e a negação do sacramento associado ao casamento que “purificava” o pecado, segundo acreditavam os adeptos do movimento ortodoxo.

No ano de 1259, as beguinas foram controladas pelas autoridades e obrigadas a obedecer às regras dos franciscanos e dominicanos. E um exemplo de mulher que iniciou essas atividades religiosas foi a Esclarmonde de Foix, que possuía uma casa religiosa destinada exclusivamente às mulheres. Entretanto, às mulheres que insistiam em interpretar as escrituras de maneira subjetiva foram consideradas hereges, logo eram excomungadas e muitas assassinadas.

A primeira beguina assassinada foi Margarida Porete condenada por escrever um livro chamado “Miroeur dês simples ames” (Espelho de almas simples). Seu teor foi considerado de teologia mística e por isso, ela foi “aprisionada e julgada pela inquisição de Paris. Em 1310 foi excomungada e sentenciada a morte na fogueira”. (BAUER, 2001, p. 20).

Em decorrências dessas modificações religiosas que se faziam presente na comunidade local deste período, a igreja inicia ações que ficaram conhecidas como “caça às bruxas”, tendo como principal objetivo dessas ações:

A eliminação de um grupo arbitrariamente considerado indesejável e pernicioso para as instituições medievais revela o preconceito e a discriminação provocados pela igreja, que encontrou reflexos muito tempo depois atingindo outras religiões e outros povos. (BAUER, 2001, p. 20).

A mulher que não seguia os mandamentos ortodoxos era considerada herege, bruxa, que servia o diabo e com índole má. A bruxaria era considerada uma atividade grupal conhecida como sabá, ou seja, quando aconteciam as orgias sexuais. E para combater tais orgias que “desviavam” as pessoas da adoração a Deus para adorarem ao diabo, a igreja se utilizou da inquisição, cujo objetivo principal era de reprimir a sexualidade considerada anormal, grande causadora de malefícios.

Então fica nítido que o objetivo dos homens religiosos da época em relação as mulheres era o de condicionar, submeter, docilizar. E as mulheres que não aceitavam se deixar manipular eram consideradas hereges, pervertidas, malvadas e bruxas.

Essas mulheres “transgressoras” tinham suas vidas cerceadas em fogueiras, servindo de exemplo para toda uma comunidade. Eram expostas a todo tipo de humilhação, calúnia e desrespeito pelo simples fato de fazer suas próprias escolhas, de ter liberdade de ler a bíblia e produzir sua própria compreensão, de querer compartilhar seus conhecimentos acerca da fé e

de Deus, de manusear as ervas e plantas de maneira medicinal para ajudar outras pessoas que viviam na mesma vila.

As mulheres dessa época, não podiam se reunir em pequenos grupos, pois se acreditava que ao se reunirem estavam adorando o diabo e atraindo homens para a total perdição, através de danças hereges e atos sexuais pervertidos. Ou seja, todas ações dessas mulheres eram consideradas “anormais” e deveriam ser tratadas, punidas e servirem de exemplo aos demais da comunidade da qual faziam parte e essas ações ficaram conhecidas como “Caça às bruxas”. (EHRENREICH; ENGLISH, 1984).

Algumas mulheres conheciam as características das ervas medicinais e as utilizavam como “remédios” para a cura de doenças. E com este ato, alguns grupos de senhores se sentiam extremamente incomodados e afrontados, pois, somente aos homens era permitido o exercício da medicina e do “tratar” dos enfermos.

Importante revelar que muitos desses senhores eram sacerdotes da igreja católica que se diziam “enfeitiçados” pela beleza e sensualidade de algumas mulheres, sob a justificativa de que, elas com seus “poderes do mal” se insinuavam de maneira vulgar para os “representantes de Deus” na Terra e por esse motivo deveriam ser severamente punidas.

Logo, a resposta dada pelos homens “poderosos” que compunham a Igreja Católica e o Estado, em relação aos “crimes” das “bruxas”, foi o julgamento e o assassinato de aproximadamente 8 milhões de pessoas, dentre elas mulheres, crianças e moças, por serem consideradas culpadas ou herdeiras do mal, através dos Tribunais da Inquisição ou Tribunais do Santo Ofício. (MENSCHIK, 1977).

E uma das “armas” utilizadas pela igreja no ano de 1848 para realizar de maneira bem-sucedida as condenações das inquisições foi a criação do livro intitulado “*Malleus Maleficarum*”, mais conhecido como “*Martelo das Bruxas*”. Ele disponibilizava uma “lista de requerimentos e indícios para se condenar uma bruxa, deixando nítido a intenção de condenar mulheres ao serem consideradas naturalmente mais propensas às feitiçarias”. (MENSCHIK, 1977).

Segundo destacado por Angelin (2005), o livro instruía a utilização de algumas estratégias covardes de tortura, conforme longa citação:

Qualquer pessoa podia ser denunciada ao ‘Tribunal da Inquisição’. Os suspeitos, em sua grande maioria mulheres, eram presos e considerados culpados até provarem sua inocência. Geralmente, não podiam ser mortos antes de confessarem sua ligação com o demônio. Na busca de provas de

culpabilidade ou a confissão do crime, eram utilizados procedimentos de tortura como: raspar os pêlos de todo o corpo em busca de marcas do diabo, que podiam ser verrugas ou sardas; perfuração da língua; imersão em água quente; tortura em rodas; perfuração do corpo da vítima com agulhas, na busca de uma parte indolor do corpo, parte esta que teria sido “tocada pelo diabo”; surras violentas; estupros com objetos cortantes; decapitação dos seios. A intenção era torturar as vítimas até que assinassem confissões preparadas pelos inquisidores. Quem sustentava sua inocência, acabava sendo queimada viva. Já as que confessavam, tinham uma morte mais misericordiosa: eram estranguladas antes de serem queimadas. Em alguns países, como Alemanha e França, eram usadas madeiras verdes nas fogueiras para prorrogar o sofrimento das vítimas. E, na Itália e Espanha, as bruxas eram sempre queimadas vivas. Os postos de caçadores de bruxas e informantes eram financeiramente muito rentáveis. Estes, eram pagos pelo Tribunal por condenação ocorrida e os bens dos condenados eram todos confiscados. O fim da “caça às bruxas” ocorreu somente no século XVIII, sendo que a última fogueira foi acesa em 1782, na Suíça. Porém, a Lei da Igreja Católica que fundou os “Tribunais da Inquisição”, permaneceu em vigor até meados do século XX. A “caça às bruxas” foi, sem dúvida, um processo bem organizado, financiado e realizado conjuntamente pela Igreja e o Estado.

A medida que as regras foram se estabelecendo, os homens utilizavam o sexismo¹⁰ para organizar a sociedade separando homens e mulheres entre tarefas permitidas e proibidas; direitos e deveres; natural e não natural, aceitável e condenável, já que em muitos casos o trabalho dos médicos em relação às pessoas doentes dos povoados estava sendo “roubado” por mulheres consideradas bruxas, causando indignação, revolta e ação do Estado e da Igreja¹¹.

A sociedade se organizava de tal forma que os homens (pais, filhos e maridos) tivessem todas as suas necessidades supridas, sendo elas sexuais, de bem-estar, de cuidado, de zelo, além de determinarem as regras de convivência, onde os espaços públicos foram sendo preenchidos por meninos e homens que em suas atividades diárias possuíam o direito de ir e vir, acompanhados ou não. Trabalhavam fora, se divertiam nos cabarés, nas reuniões com amigos. Já às mulheres, restou as obrigações domésticas, do cuidado dos filhos e filhas.

Mulheres foram obrigatoriamente sendo moldadas em “verdades” errôneas e impostas a elas, justificadas pelos discursos biológicos que se encarregavam de explicar as diferenças existentes em relação aos homens.

¹⁰ Conjunto de estereótipos quanto à aparência, atos, habilidades, emoções e papel apropriado na sociedade, de acordo com o sexo. Apesar de também estereotipar o homem, mais frequentemente reflete preconceitos contra o sexo feminino. *Ex:* a mulher vista apenas como mãe, vítima indefesa ou sedutora, e o homem, como machão, poderoso e conquistador. **SEXISMO**. In: **DICIONÁRIO Michaelis**. Melhoramentos, 2009. Disponível em: <portugues&palavra=sexismo>. Acesso em: 20 jun. 2015.

¹¹ A partir do momento que essas mulheres usaram seus conhecimentos em ervas medicinais para auxiliar na cura de doenças, despertou a ira da instituição médica masculina em ascensão, que percebeu na Inquisição um bom método de eliminar as suas “concorrentes econômicas”, aliando-se a ela. (ANGELIN, 2005).

Seus corpos, sendo cada vez mais engessados e desrespeitados, por serem compreendidos como algo que deveria satisfazer sexualmente uma outra pessoa, ou ainda, para trazer ao mundo um outro ser, associando a maternidade como algo desejável entre todas as mulheres, negando-lhes o direito de escolha, já que o direito de escolher, pensar, se manifestar, ser ouvida, contestar, de ser livre sempre lhes foi negado.

Sobre isso, Bourdieu (2002, p. 9) apontou que “tanto na percepção social quanto na linguagem, o gênero masculino se mostra como algo não marcado, de certa forma neutro, ao contrário do feminino, que é explicitamente caracterizado” idealizado, moldado, estigmatizado, doutrinado, esquadrihado, vigiado e punido.

Assim, historicamente as mudanças ocorridas nas vidas das mulheres e as possibilidades de terem acesso aos mais diversificados lugares estiveram presentes nas relações sociais de todas e em todas as partes, por conta da expansão territorial que resultou no acúmulo de demandas que as mulheres tiveram de assumir afetando toda a sociedade da época, especialmente a mulher, pois a mesma foi banida do mundo do trabalho e reclusas ao lar. Com isso, o banimento e o encarceramento das mulheres nas funções domésticas duraram até o início do século XIX, ou seja, séculos de repressão, perseguição e massacre nas vidas de milhares de mulheres.

Dessa forma, a condição de “ser” mulher foi sendo cada vez mais associada ao de comportamento submisso perante os homens e as leis vigentes, sendo vigiada pelas regras da Igreja e do Estado.

Então, a compreensão da “essência” da mulher foi moldada, idealizada, modificada e perpetuada. De bruxa sedutora e manipuladora, a dama bondosa e amorosa. O ideal de mulher havia se transformado em aquela que casa por amor e possui a função de cuidar do lar, dos filhos e do marido.

Em decorrência da mudança no modo de compreensão da “essência” da mulher e quais seus papéis, lhes foi permitido que participassem mais ativamente nos eventos da sociedade, principalmente nos bailes da época, e elas aproveitavam esses eventos para torná-los em locais onde podiam gozar de inusitada respeitabilidade e relativa condição de igualdade jamais vista anteriormente. (BAUER, 2001).

Dessa maneira, algumas mulheres mostravam seus dotes diversos, tais como dançar, desfilas a beleza e elegância ou tocando instrumentos musicais, objetivando seduzir um bom pretendente para se casar. Já as que não conseguiam um bom casamento, tinham a opção de viver em conventos.

Percebemos então que foi negada às mulheres com o apoio da Igreja e do Estado vários direitos, a saber: 1) direito à leitura da Bíblia e oferecimento de culto à Deus; 2) direito de ter acesso ao conhecimento cultural acumulado na sociedade e que eram difundidos nas universidades; 3) direito ao estudo em escolas; 4) direito à profissionalização e ao acesso ao ensino superior; 5) direito de ter direitos.

As mulheres que tinham a “sorte” de sobreviverem e não serem assassinadas pela inquisição da Igreja Católica detinham um direito/dever a ser cumprido, a total reclusão e dedicação à sua família e ao seu lar, respeitando os papéis de gênero designados pelos “acordos” da época.

Compreendendo a existência de uma relação particular do ser humano com as divindades e/ou com o sagrado, não sendo necessariamente importante a atuação da religião com seus ritos, dogmas e regras, Kristeva e Clément (2001) defendem a ideia de que o sagrado seria um território próprio ao feminino, ao indagar:

[...] sobre o lugar das mulheres nessa história que se conta a partir do nascimento de Jesus, quais são suas chances dois mil anos depois dele? E o feminino no judaísmo, no budismo, no confucionismo, no taoísmo, no islamismo, nas religiões animistas da África e de outros lugares? Como são reconhecidas ou ignoradas, que futuro têm, que perspectivas? Se as mulheres, como acreditamos, vão despertar no próximo milênio, qual pode ser o sentido profundo desse despertar, dessa civilização? (KRISTEVA; CLÉMENT. 2001, p. 8).

Acerca disso, questionamos então como se darão as relações entre os direitos das mulheres, a Igreja, as religiões e o Estado? Quais os papéis serão estipulados às mulheres desempenharem? Elas poderão escolher o que querem para seus futuros? Elas terão direitos? Ou apenas deveres?

2.2 Papéis e identidades de gênero

O objetivo central desta subseção é o de compreender conceitualmente o que são os papéis e as identidades de gênero, além de apontar como eles foram sendo colocados socialmente e culturalmente. Para isso, utilizamos as contribuições de Grossi (1998), Gonçalves (2006) e Vieira (2006).

A identidade é compreendida como algo a ser interiorizada pelas pessoas e, ao longo desse processo, vai adquirindo diferentes características tornando-se resultado de uma construção social. Portanto, ela está impregnada de expectativas sociais de comportamento que são diversificados de acordo com sexo, idade, função social e grupo ou classe de pertencimento. A partir dessas convenções, o entendimento do que significa ser mulher serve “como elementos coletivos de identificação, pertencimento, reconhecimento e ação” pois são elas que ditam as regras de convivência entre os sujeitos, e é dessa maneira que a cultura feminina se forma, através de premiações e sanções, revelando assim “a visão de mundo, os valores, as atitudes, as condutas e as práticas sociais, permitindo que às mulheres relacionem-se consigo mesma, com os demais e com a sociedade em geral”. (FONSECA, [200?]).

Já na visão de Vieira (2006, p. 21) as inferências ou significações que os indivíduos e a sociedade atribuem às categorias biológicas homem e mulher, são compreendidas como identidade, mas de gênero; ou seja, às diferenças existentes entre os sujeitos homens e os sujeitos mulheres.

No que diz respeito às diferenças, Gonçalves (2006) no capítulo II de sua obra intitulada História e Gênero inicia sua análise citando um trecho de um pronunciamento dado por Freud “Anatomia é destino”, no ano de 1912 e que explicita o pensamento preconceituoso de Freud no que diz respeito à temática mulheres, pois, a partir dele, reforçou-se a concepção de que as diferenças sexuais são fatores determinantes na constituição das identidades do feminino e do masculino. E sobre isso, Moraes (1996, p. 4) enfatiza que: “As primeiras manifestações feministas com respeito à herança de Freud são de claro repúdio, especialmente no caso do feminismo norte-americano”.

Ao seguir sua análise, a autora problematiza e expõe como a *tradição perversa* de categorizar as mulheres como sujeitos inferiores em relação aos homens através da literatura se manteve presente nos discursos até o século XX, e que, foram difundidas desde o século XVIII pelo escritor liberal e professor do Colégio da França (1798 – 1874) Michelet, que ao

reconhecer as massas como único agente de transformação foi considerado o historiador francês mais renomado no século XIX.

Platão e Aristóteles também compreenderam a desigualdade da mulher como algo resultante da natureza humana e Spinoza filósofo que viveu no século XVII ressaltava a irracionalidade da mulher deixando para as gerações futuras um legado fatalista e reducionista das diferenças entre homens e mulheres focadas no determinismo biológico, impondo uma identidade de gênero forjada.

Gonçalves (2006) segue sua análise sobre as correntes historiográficas e as mulheres na História citando Perrot (1991) e a clássica obra “Escrever a história das mulheres. História das mulheres no Ocidente”, destacando a importância que o Positivismo assumiu como corrente historiográfica no século XIX, com a visão da História como um processo contínuo e causal excluindo às mulheres. E também neste século, surge a Antropologia Histórica trazendo mudanças nas interpretações tradicionais, redescobrimo a família como célula fundamental e evolutiva das sociedades, colocando em primeiro plano as estruturas de parentesco, sexualidade e, conseqüentemente, o feminino. (DUBY, 2006, p. 52-53).

Em relação a essa temática, Grossi (1998, p. 6) conclui que os papéis de gênero são tudo aquilo associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura sofrendo mudanças em diferentes culturas, segundo demonstra os estudos da Antropologia, que possui como objetivo justamente o de estudar a diversidade cultural humana. E resalta ainda que os papéis de gênero não são biologicamente determinados, sendo então passíveis de mudanças culturais e históricas.

A exemplo dessa diferença na compreensão das divisões de papéis de gênero em cada cultura, Grossi (1998) cita a obra intitulada “sexo e temperamento”, escrito pela antropóloga norte-americana Margaret Mead no ano de 1950, haja vista que a autora comparou os comportamentos humanos de homens e mulheres de três tribos diferentes que viviam numa mesma ilha de Nova Guiné. Os resultados apontavam agressividade e docilidade entre os homens e mulheres de maneiras diferenciadas, sendo que em cada tribo essas características variavam de pessoa (ora homens e ora mulheres). Então, este estudo citado explicitou que os papéis atribuídos para homens e mulheres não são sempre os mesmos, variando conforme a cultura em que os sujeitos estão inseridos.

Em relação à identidade de gênero, Grossi (1998) conceitua como sendo à constituição do sentimento individual de identidade, pautada nos estudos do psicólogo norte-americano Robert Stoller (1978) o qual estudou casos de pessoas hermafroditas. Para ele, uma criança

aprende ser menino ou menina até os três anos, momento de passagem pelo complexo de Édipo e pela aquisição da linguagem. Este é um momento importante para a constituição do simbólico, pois a língua é um elo fundamental do indivíduo com sua cultura.

Dessa forma, todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Este núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a esta "massa de convicções". Este núcleo da identidade de gênero se constrói na socialização a partir do momento da rotulação do bebê como menina ou menino e isto se dá no momento de nascer ou mesmo antes, com as novas tecnologias de detectar o sexo do bebê, quando se atribui um nome à criança e está passa a ser tratada imediatamente como menino ou menina. A partir deste assinalamento de sexo, socialmente se esperarão da criança comportamentos condizentes a ele. (STOLLER, 1978, p. 8).

Sobre isso, Vieira (2006) aponta em sua tese de doutoramento intitulada: “É menino ou menina? Gênero e educação em contexto familiar”, que a constatação das diferenças individuais é antiga e entre elas sobressaem as diferenças entre homens e mulheres, justificando a divisão do trabalho e a socialização diferencial entre meninos e meninas.

E, segundo Vieira (2006) a biologia não é decisiva no destino do ser homem ou ser mulher, ou ainda, na determinação da masculinidade e da feminilidade, já que isso é algo construído e resultante das influências das forças sociais e, portanto, é correto fazer distinção entre diferenças sexuais e diferenças de gênero.

Ao defender essa ideia, Vieira (2006) se pauta nos estudos de Ruble; Martin (1998) e Deaux (1985) para afirmar que as diferenças sexuais são as características associadas à biologia (tipo cromossômico ou hormonal) e diferenças de gênero são as características ligadas à cultura e às interações dos meninos e das meninas.

E aponta ainda que, às crenças relacionadas aos estereótipos envolvendo a construção do gênero (masculino ou feminino), são expressamente debatidas e citadas em vários estudos evidenciando o costume de produção de listas sobre atributos que culminam em consensos generalizados sobre a descrição do que venha a ser o homem e a mulher, sendo eles muitas vezes fatores determinantes da ação socializadora e educativa dos pais e mães.

Um exemplo clássico da determinação exercida pelos pais e mães sobre o gênero de seus/as filhos/as se dá desde a gestação, visto que neste momento é iniciada a construção do gênero do bebê, permeado de artefatos culturais cujo objetivo é o de explicitar qual o sexo biológico da criança que virá ao mundo, através do nome, das cores do quarto e das roupinhas.

Dessa maneira, a autora enfatiza o caráter determinante e influenciável que o gênero exerce na vida social das pessoas, já que estrutura as relações interpessoais, diferencia os sujeitos e pode condicionar comportamentos desejáveis e aceitáveis a cada gênero.

Ao sofrer influência do estruturalismo de Althusser, importantes frações do feminismo francês e inglês defenderam como duas teorias importantes da época o marxismo e a psicanálise, destacando a contribuição que a psicanálise pós-Freud teve para a compreensão da identidade feminina, especialmente em Piera Aulagnier, reconhecendo dessa maneira a existência da identidade feminina. (MORAES, 1999, p. 4).

Diante do exposto, podemos apontar que as diferenciações entre os sexos se ampliou, inclusive na demarcação dos territórios dos afazeres e do trabalho, conforme veremos na subseção a seguir.

2.3 Mulheres no mercado de trabalho

Esta subseção possui o objetivo de descrever como se deu o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho e como as relações entre as pessoas também se mantiveram hierarquizadas e divididas entre os gêneros masculino (tarefas de grande prestígio social) e o feminino (tarefas de menor ou nenhum prestígio social). Para isso nos pautamos em Bauer (2001); Gonçalves (2006).

As mulheres sempre trabalharam e atualmente, as profissões determinadas como “de mulheres” são pautadas em critérios que estipulam limites, obedecendo sempre o “princípio” de tarefas primordiais (as domésticas) e as secundárias (demais profissões), visto que são compreendidas como o prolongamento das funções “naturais”, maternais e domésticas, idealizando a mulher no papel de cuidadora e auxiliar. E as pessoas que fazem parte do trabalho social e que são “cuidadas” pelas “profissionais” mulheres são as crianças, idosos, doentes e os pobres.

A exemplo de uma profissão que seguiu esse princípio, foi o magistério que desencadeou a feminização do ensino secundário, haja vista a imposição no que diz respeito ao tempo em que às mulheres deveriam dedicar-se aos trabalhos domésticos e às suas famílias, determinado pelos clérigos. (PERROT, 2005, p. 251-252).

Perrot (2005, p. 252) aponta também que são destacadas nessas profissões as qualidades “ínatas”, físicas e morais das mulheres e ainda, a passividade, doçura e a ordem como características ou “qualidades” femininas.

Sobre isso, a literatura aponta que entre os períodos dos séculos XVI ao XVIII, por se tratar de um contexto de expansão econômica resultante da crise do sistema feudal e a consolidação do absolutismo, a mulher teve acesso ao mundo do trabalho, nas mais diversas áreas, tais como fazendo pães, vendendo leite, etc.

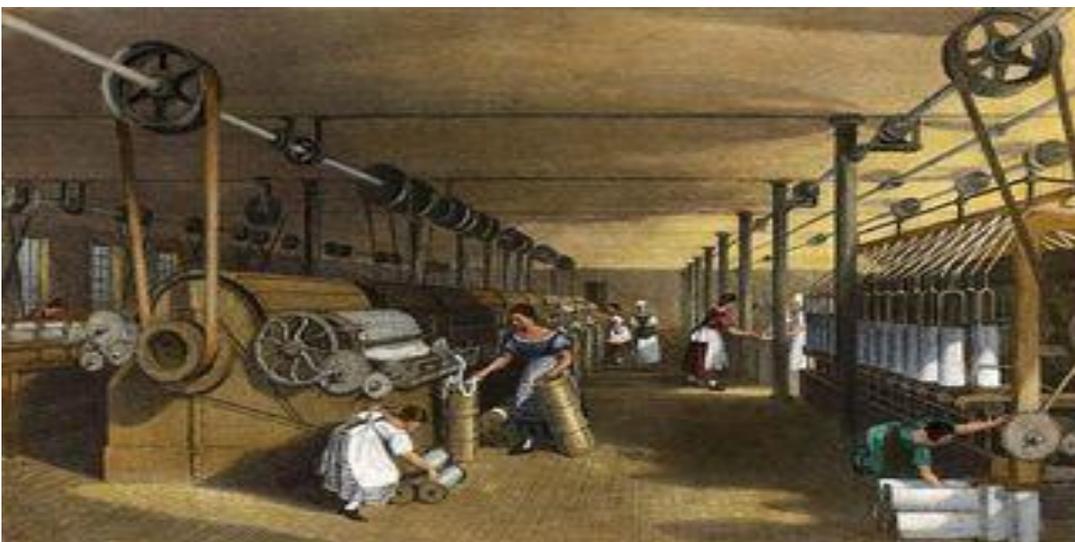
Após isso, as mulheres ficaram responsáveis pelos afazeres domésticos de suas casas e pelo cuidado dos filhos, regra essa estabelecida e compreendida como tarefas prioritárias.

O trabalho das mulheres que atualmente chamamos de trabalho doméstico já foi muito útil ao Estado e que, após a implementação do Capitalismo se modificou, visto que:

[...] tudo o que se fazia antes no seio da família, foi fabricado em grandes quantidades nas fábricas. A máquina substituiu os dedos hábeis da mulher. Que dona de casa se ocuparia atualmente a fazer velas, fiar lã, tecer tela? Todos estes produtos podem ser comprados. (KOLLONTAI, 1999, p. 34-36).

As mudanças continuaram no período conhecido como Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX, já que as mulheres precisaram trabalhar nas fábricas, em consequência da disseminação do fenômeno conhecido como êxodo rural. Dessa forma, muitas famílias migravam para as cidades que disponibilizavam trabalho e necessitavam de mão-de-obra.

Figura 2 - Mulheres trabalhando em uma fábrica



Fonte: Só História – Portal de História

As mulheres trabalhavam nas fábricas e recebiam salários inferiores comparados aos dos homens desempenhando as mesmas funções que eles. O que ocorria era a intensificação do trabalho dessas mulheres que, além de terem que cuidar de seus lares, filhos e filhas, maridos, ainda trabalhavam nas fábricas e precisavam se conformar em receber bem menos.

E em decorrência das mudanças políticas, surge o capitalismo que é compreendido como “um sistema econômico caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, a liberdade empresarial e a regulamentação da distribuição mediante as forças do mercado” [oferta e procura]. (BAUER, 2001, p. 67).

Em decorrência dessas mudanças econômicas, as sociais vieram na mesma proporção, já que as pessoas precisavam se “adequar” às novas demandas, regras e dispositivos instalados juntamente com o advento do capitalismo, especialmente às famílias.

Dessa forma, às mulheres que foram absorvidas no mercado de trabalho como operárias, após um dia cansativo de trabalho não tinham tempo, tampouco força para se ocupar das tarefas domésticas (de sua casa).

Consequentemente, a mulher passa a ser um sujeito assalariado e que, devido ao seu trabalho remunerado, se vê obrigada a descuidar do lar. O que no passado foi preparado em família é fabricado hoje pelo trabalho comum dos operários e das operárias. Assim, as famílias consomem os produtos, no entanto, não produzem mais, fazendo com que o trabalho da mulher deixe de ser necessário ao Estado, por não mais contribuírem com a prosperidade geral do país. (KOLLONTAI, 1999, 34-36).

Embora saibamos que as desigualdades em relação ao processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho se fizeram presentes o tempo todo, na sociedade contemporânea, alguns dos direitos reivindicados foram atingidos. O que ocorre agora, é uma dupla ou tripla jornada de trabalho que “afeta especialmente as [mulheres] casadas, com filhos, de camadas médias e populares que não dividem com maridos ou companheiros os afazeres domésticos”. (MIGUEL; RIAL, 2012, p. 148-168).

Outro aspecto desigual que ocorria (e ainda ocorre em alguns lugares) com as mulheres trabalhadoras era a diferença salarial entre elas em relação aos homens. E sobre isso, a justificativa se deu pela compreensão de que elas deveriam ser sustentadas pelos seus maridos e, como não “eram chefes de família” não precisavam ganhar um salário inteiro, apenas uma “ajuda” financeira, que seria juntada ao salário do “chefe de família”, seu marido.

Podemos então perceber que as relações de trabalho foram se modificando ao longo dos anos, juntamente com as mudanças econômicas, culturais e sociais e, por esses e outros motivos, em meados dos séculos XIX e XX, alguns grupos de mulheres começaram a se organizar para questionar a naturalidade do estado de submissão em que todas se encontravam naquele momento histórico, surgindo então o movimento feminista.

2.4 Machismo x feminismo: luta pela igualdade de gêneros e de direitos

Nesta subseção, elegemos como objetivo central explicitar as principais diferenças entre o machismo e o feminismo, visto que, esses processos são erroneamente compreendidos como sinônimos, mas na verdade não o são. O machismo visa a soberania dos sujeitos pertencentes ao sexo masculino sobre os sujeitos pertencentes ao sexo feminino, impondo regras e utilizando-se muitas vezes das violências simbólicas, psicológicas, física e sexual para manter essa soberania. Já o feminismo, é um movimento que teve início nos anos 1960 visando revelar as desigualdades entre os gêneros e ainda, reivindicar voz, espaços e igualdade de direitos para as mulheres.

Conceitualmente, o machismo¹² é a materialização das desigualdades entre os gêneros masculino e feminino, e, além de estar muito presente nas relações sociais, ele é frequentemente justificado por algumas teorias psicológicas a fim de explicar as condutas dos homens.

Neste sentido, nos propusemos a descrever de maneira breve como se construiu a concepção de superioridade do homem em relação à mulher, pautado em Bourdieu (1995) na obra “Dominação Masculina” e em Castañeda (2006) com as contribuições de sua obra “O machismo invisível”.

É legítimo afirmarmos que nos processos culturais e históricos, os homens foram protagonistas principais e como tal, ao longo do percurso, conseguiram impor seu poder e exercer sua “superioridade” nas interações sociais, políticas, religiosas, culturais e sexuais, sob às mulheres.

Mas de que forma essa imposição ocorreu? Quais foram as artimanhas utilizadas pelos homens para que alcançassem êxito no processo de dominação masculina? Sobre isso,

¹² Segundo o dicionário Michaelis, machismo significa “Atitude ou comportamento de quem não **admite** a igualdade de direitos para o homem e a mulher, sendo, pois, **contrário** ao feminismo”. (Grifo nosso).

destacamos as contribuições de Pierre Bourdieu (2002) afim de nos auxiliar na compreensão desse processo.

Bourdieu (2002) problematiza em sua obra cujo título é “Dominação masculina” algumas questões sobre as relações entre homens e mulheres tomando como exemplo as pessoas da sociedade Cabila, que se organizavam de forma androcêntrica, ou seja, as relações sociais eram centradas no homem, sob uma perspectiva masculina e conseqüentemente ocorre a dominação masculina, já que:

[...] A visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos [...] (BOURDIEU, 2002, p. 9).

E para Bourdieu (2002) a dominação masculina se faz presente no modo de pensar das pessoas e nas suas ações resultando na legitimação desse modo de conviver como algo “natural”.

Neste sentido, Bourdieu (2002) enfatiza que a dominação masculina é resultado da violência simbólica, exercida pela comunicação e pelo conhecimento, já que é suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas e se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou do sentimento. E ainda, a relação social ordinária, seja ela a língua, o estilo de vida ou os estigmas, são responsáveis pela propagação da lógica da dominação, partindo do princípio simbólico reconhecido pelo dominado e pelo dominante. (Bourdieu, 2002, p. 3-4).

A comunicação foi muito utilizada por várias pessoas afim de perpetuar uma visão comum dos sexos e, principalmente por psicólogos, a exemplo: Sherman (1978); Parlee (1975); Garai e Scheinfeld (1968). Para eles, o discurso pautado na visão comum dos sexos foi repassado ao longo dos tempos como um discurso científico, se deixando guiar pela compreensão dicotômica entre homens e mulheres, negando a interseção entre ambos e, associando características carregadas de juízos de valor para diferenciar papéis de homens e de mulheres. (BOURDIEU, 2002, p. 5).

Configura-se então segundo Bourdieu (2002, p. 10) a justificativa da diferença socialmente construída entre os gêneros, visto que, a diferença *biológica* entre os sexos (entre o corpo masculino e o corpo feminino), e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os

órgãos sexuais resultam na “aceitação” ou “legitimação” da divisão social do trabalho, e assim, os homens ao longo dos séculos “alimentam” sua virilidade pautados em discursos científicos, tais como da Psicanálise para manter a “ordem” hierarquizada entre os gêneros.

Castañeda (2006) em sua obra chamada “O machismo invisível”, pontua dentre outras questões, como o machismo se desvela nas interações entre homens e mulheres, sob a ótica de um discurso justificador sutil e perigoso, ao simplesmente considerar como resposta a muitos questionamentos a frase “porque ele é homem”. Fica explicitado na obra de Castañeda (2006) a carga simbólica que esta frase carrega consigo, postulando de maneira sutil, imperceptível e “quase” natural as ações e reações dos homens em muitas situações, por conta dessa compreensão de respostas espontâneas inerentes ao sexo masculino.

Acerca disso, questionamos quais o caso de desrespeito aos direitos das mulheres é resultante do machismo, visto que, quando a mulher é trancada em casa, ou ainda, quando há agressão física, estupro, torturas psicológicas ou em casos mais extremos quando é assassinada, um dos principais motivadores do agressor seria o machismo? O que pensam as mulheres sobre isso? Será que elas acreditam na existência do machismo e exigem justiça, ou aceitam tais situações pautadas em discursos conformistas e reducionistas que perpetuam a “resposta” para tais atos como sendo algo “inato” do homem, também enraizados em conceitos biológicos.

Por conta disso, utilizamos as contribuições de Castañeda (2006) para exemplificar como os discursos aprendidos e reproduzidos pelas pessoas, em especial pelas mulheres auxilia na propagação desse mito de superioridade masculina e como se fazem presente nas relações sociais, sejam elas de cunho profissional, educacional, sexual ou amoroso. Tais ações são realizadas de acordo com as hierarquias (de superioridade e submissão) pré-estabelecidas na sociedade machista da qual fazemos parte e postuladas por um discurso tido como “natural” e “aceitável”.

Então, quais são as ações práticas que segundo alguns/as pesquisadores/as e estudiosos/as dessa temática, compreendem como resultante do machismo seja ele velado ou não? Bem, segundo Castañeda (2006, p. 15):

Machismo não significa necessariamente que o homem bate na mulher, nem que a prende em casa. Expressa-se igualmente por uma atitude mais ou menos automática para com os demais; não apenas com as mulheres, mas também com os outros homens, as crianças, os subordinados. Pode manifestar-se apenas pelo olhar, pelos gestos ou pela falta de atenção. Mas a pessoa que está do outro lado percebe-o com toda a clareza e sente-se diminuída, desafiada ou ignorada. Não houve violência, repreensão nem discussão; mas estabeleceu-

se, como num passe de mágica, uma relação desigual em que alguém ficou em cima e alguém embaixo.

Podemos inferir então, que, segundo Castañeda (2006), o machismo se configura como uma relação de poder, visto que o homem se coloca no lugar de comando, manipulando, gerindo e decidindo sobre a vida, as ações, os desejos e os papéis das mulheres, que são “colocadas” em um local de sujeição, subordinação e obediência, estabelecendo nitidamente uma relação de desigualdade.

Em contrapartida, a fim de lutar pelos direitos das mulheres, surge o feminismo¹³ que, diferentemente do machismo (defensor da superioridade dos homens, da universalização dessa falsa hegemonia enraizada nos discursos e ações entre as pessoas na sociedade) defende a igualdade de gêneros.

E sobre a definição do feminismo, destacamos os pressupostos de Alves e Pitanguy (1991) ao destacarem a dificuldade na definição de um conceito preciso sobre o feminismo, já que ele: “Tem raízes no passado, se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias”. (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 2).

Mas como o feminismo surgiu? Importante destacar que o feminismo se concretizou como um movimento feminista, em decorrência da influência dos movimentos sociais, bem como das problematizações e questionamentos oriundos do socialismo.

Segundo destaca Pinto (2010), o feminismo surgiu em meados das décadas finais do século XIX e subdividiu-se em três ondas, sendo a primeira onda ocorrida na Inglaterra, quando algumas mulheres se organizavam para lutar por seus direitos, destacando-se o direito ao voto.

E para Moraes (1996, p. 7):

O feminismo enquanto conjunto de valores e representações sobre a mulher, é uma ideologia contemporânea que animou com bandeiras de luta e plataformas políticas uma fração importante do movimento popular, especialmente nos anos setenta.

¹³O feminismo é um movimento que luta pela igualdade de direitos entre os gêneros e é contrário ao machismo que se pauta nas disparidades entre homens e mulheres, numa relação de poder e autoritarismo. Dessa maneira, segundo Pinto (2010, p. 15) o feminismo “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” [...] Então, a união de militância e teoria resulta da classe social das militantes, que num primeiro momento eram de mulheres da classe média e que possuíam conhecimentos nas áreas da Crítica Literária e da Psicanálise. É importante destacar as duas vertentes do movimento feminista, 1) da história do feminismo e, 2) da produção teórica feminista em diversas áreas das Humanidades. Por essas características, o movimento feminista provoca um reordenamento na história dos movimentos sociais e nas teorias das Ciências Humanas em geral. (Grifo nosso).

No Brasil, o movimento feminista ganhou força com a liderança de Berta Lutz, bióloga e cientista que, ao retornar para o Brasil de viagem de estudos do exterior na década de 1910, reivindicou o direito do voto feminino e somente no ano de 1932 este direito foi conquistado e incluído ao Novo Código Eleitoral brasileiro.

2.5 Movimento feminista e as três ondas

Buscou-se investigar nesta subseção, como se construiu o movimento feminista e quais as influências que ele sofreu, além de descrever em que contexto histórico ele se deu. Também, buscamos expor quais as principais pautas de reivindicações e/ou demandas estipuladas em cada período histórico que o movimento atuou, sendo que, para cada um deles, foi denominado o nome de “ondas”. E por último, mencionamos quais as principais pesquisadoras e estudiosas se destacaram em cada período histórico, aludindo à sua obra mais significativa. Para tanto, utilizamos as contribuições de Araújo (2011), Moraes (1999), Oliveira e Cassab (2014).

Ao investigar na Literatura Científica como se deu a origem do feminismo ou do movimento feminista, percebemos que não há consenso sobre o país e a data inicial do movimento.

Entretanto, pesquisadoras como Oliveira e Cassab (2014) destacam que o feminismo surgiu “a partir do contexto das ideias iluministas (1680-1780), com a Revolução Francesa (1789-1799) e Americana (1775-1781), reivindicando direitos sociais e políticos, com maior ênfase para a luta sufragista, através da mobilização de mulheres de vários países”. (OLIVEIRA; CASSAB, 2014, p. 1).

Posteriormente a isso, na Europa no ano de 1903 surge a União Social e a Política das mulheres (WSPU) que reivindicavam entre outras coisas, o direito ao voto feminino, que foi conquistado somente em 1928, e no Brasil, “o voto feminino foi reconhecido a partir de 1932 e implementado em 1934 na Constituição de 1934”. (BAUER, 2001, p. 102).

Para explicar o “silêncio” ocorrido entre um grande período histórico acerca do feminismo e suas reivindicações, destacamos o que defendem Oliveira e Cassab (2014, p. 3):

Após um período sem grandes mobilizações, o movimento ressurgiu por volta dos anos de 1960, unindo-se ao movimento hippie internacional e levantando como bandeira o lema “o pessoal é político”, com o objetivo de indagar

parâmetros políticos impostos na sociedade. Nessa perspectiva, o feminismo procura romper com o que era aparentemente privado ou discutido pelo e para o social, aliando-se ao pensamento liberal.

Nos anos 1970 houve a distinção de duas correntes dentro do movimento das mulheres. A primeira conhecida como as feministas socialistas e/ou marxistas e a segunda conhecida como o feminismo sexista.

Na primeira, a libertação da mulher estava ligada à emancipação dos trabalhadores e à luta pelo socialismo.

Já na segunda, o eixo analítico e bandeira de luta tornou-se a categoria sexo ou gênero. Assim, pode-se afirmar que na França, Itália e Brasil, o feminismo socialista assumiu a hegemonia e nos Estados Unidos, diferentemente dos demais países citados, quem assume a hegemonia é a corrente "sexista". (MORAES, 1996, p. 3).

Consequentemente, o movimento feminista dividiu-se em três momentos mais conhecidos como ondas, cujas reivindicações foram diferenciadas, conforme destaca Araújo (2011, p. 34):

De acordo com os estudiosos dos movimentos feministas, podemos afirmar que o mesmo enquanto movimento social vivido em 'ondas': como todo processo de transformação social, as 'ondas feministas' encontraram contradições, avanços, medos, superações que, de acordo com as forças que as produziram e as produzem, polemizam problemáticas e questionamentos sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.

Dessa maneira, o movimento feminista ganha força nas ruas no período dos anos de 1960, com o surgimento dos movimentos sociais e em busca de direitos, entre outras coisas a igualdade de gênero.

A primeira onda do feminismo, segundo Araújo (2011, p. 34) surgiu:

[...] com as francesas como Flora Tristram e Jeane Deiron, assim como outras (os) no final do século XIX, que oriundas (os) das causas socialistas do século XIX reivindicavam a emancipação do proletariado e, consequentemente, a emancipação das mulheres; cujos passos foram dados como movimento liberal feminino de luta pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, visando à emancipação das mulheres enquanto cidadãs.

Consequentemente, o movimento feminista iniciado na França influenciou o Reino Unido e os Estados Unidos por volta do fim do século XIX e início do século XX, período pós Revolução Francesa trazendo como demandas o direito ao voto (sufrágio); o direito das

mulheres a vida pública; os direitos sexuais (das mulheres poderem decidir com quem se casariam, não mais algo arranjado pela família, desconsiderando sua vontade, seus desejos); e econômicos.

Ressalta-se ainda a relevância da criação da primeira pílula anticoncepcional chamada Enovid-10, no ano de 1960, nos Estados Unidos, fato histórico que fortaleceu ainda mais as reivindicações que faziam parte do movimento feminista e auxiliaram na emancipação sexual de muitas mulheres, remando contrariamente ao discurso da época, podendo decidir se queriam ser mães e quando, tendo como guia suas próprias vontades.

Sobre isso, a criação e comercialização da pílula estava “mascarada” na justificativa de medicamento para alívio dos indesejáveis sintomas da menstruação, já que naquele período a mulher não possuía o direito de não desejar a maternidade, pois isso era considerado como algo “inato e natural”, logo desejável por todas as mulheres.

Figura 3 – Foto de mulheres manifestantes da primeira onda feminista (1911)



Fonte: Revista Istoé digital

O marco teórico relevante desse período foi o texto chamado “A vindication of the Rights of Woman¹⁴”, publicado em 1792 e escrito por Mary Wollstonecraft, exigindo o direito político também às mulheres, de acordo com Oliveira e Cassab (2014, p. 2):

O livro reivindicava a legitimação e amplitude dos direitos políticos para as mulheres, colocando em prática a teoria liberal dos direitos inalienáveis do homem, para lutar pelo direito feminino, enfatizando maior atenção ao direito à educação. Porém, também reivindicavam direitos trabalhistas para as mulheres, direito à maternidade, e outros relacionados às expressões da questão social.

Já a segunda onda do feminismo iniciou-se em meados dos anos 1970 trazendo como demandas a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a valorização do trabalho das mulheres e a luta contra a violência sexual.

O foco se deu na exposição da condição de opressão em que as mulheres se encontravam dentro de uma sociedade machista, além de propor estratégias de libertação.

Elegemos como marco teórico desse período dois livros, o primeiro chamado “O segundo sexo” escrito em 1949 por Simone de Beauvoir, cuja autora desnaturaliza o que é ser mulher ao fazer a distinção entre o sexo mulher (biológico) do gênero mulher (enquanto sujeito social e relacional).

Em síntese, ela defende que a dicotomia entre os sexos sempre se fez presente nas sociedades e esteve pautada nas doutrinas religiosas, sociais, culturais, artísticas e jurídicas, resultando na opressão (escravidão) da mulher pelo opressor (absoluto) homem.

Para Beauvoir (1970) a opressão sofrida pelas mulheres é perceptível através dos “elogios às virtudes da mulher *realmente mulher*, isto é, submetida ao homem”. (BEAUVOIR, 1970, p. 2, grifos da autora).

Além disso, explica a condição de escravidão que as mulheres estão sujeitadas, diferenciando-a da escravidão sofrida pelos negros, já que ele poderia se libertar desta condição, já as mulheres não, por se tratar de uma escravidão justificada e realimentada pelos discursos biológicos que independem do período histórico.

Acerca disso, pode-se afirmar que a escravidão da mulher é compreendida como algo “inato, imutável e natural” socialmente.

¹⁴Traduzida para o português, a obra se chama A reivindicação dos Direitos da Mulher.

E nas relações sociais, o homem é compreendido como um sujeito completo e superior. Já a mulher, é vista como um complemento, inacabada, limitada, ou seja, o outro ser, conforme citação:

A categoria do *Outro* é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos, não depende de nenhum dado empírico: é o que se conclui. (BEAUVOIR, 1970, p. 12).

Portanto, podemos afirmar que a dualidade entre o “ser” e o “outro” sempre existiu, diferenciando homens (ser) e mulheres (outro), comparando as características inferiores ou de complemento das mulheres com as perfeitas, harmoniosas e absolutas dos homens, pois o que “caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro”. (BEAUVOIR, 1970, p. 15).

E segundo Beauvoir (1970) a mulher não reivindica mudanças porque não possui os meios concretos para isso, já que vive num mundo, cujas regras foram construídas historicamente e predominantemente “masculinas”.

O homem que constitui a mulher como um *Outro* encontrará, nela, profundas complicações. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de *Outro*. (BEAUVOIR, 1970, p. 16).

Por isso, pode-se destacar que a dualidade entre homens e mulheres sempre esteve presente na História e em muitos casos a mulher foi comparada à “animais irracionais, não estáveis” ou ainda, apelando para as diferenças de inteligência e capacidade utilizando adjetivos como “imbecilidade, fragilidade”. (BEAUVOIR, 1970, p. 17).

Já o segundo livro chamado “The Feminine Mystique¹⁵” escrito no ano de 1963 por Betty Friedan aprofundou a discussão e reflexão sobre a imposição de um ideal de identidade feminina (dona de casa – mãe e esposa) como causador das frustrações de muitas mulheres.

O próprio título do livro nos instiga a refletir sobre o que seria a tal “mística feminina”, ou seja, os comportamentos desejáveis das mulheres, compreendidos como naturais e normais.

¹⁵Traduzido para o português, a obra é intitulada: A mística feminina.

Quando algumas mulheres não se “enquadravam” aos padrões estabelecidos como essenciais da mística feminina, o mal-estar se instalava, trazendo consigo as frustrações.

Figura 4 - Figura da liderança no Movimento das mulheres nos Estados Unidos (1963)



Fonte: Mulheres que honram o rolê

A última e terceira onda feminista que se iniciou em meados dos anos 1990 apresentou como demandas a liberdade das mulheres sobre seus próprios corpos, a legalização ou descriminalização do aborto e a inclusão da discussão da diversidade dos gêneros (heterossexual, homossexual, transexual, entre outros).

Elencamos como marco teórico desse período o livro chamado “*Gender Trouble*”¹⁶ escrito no ano de 1990 por Judith Butler, no qual a autora defende a premissa de que gênero e identidade de gênero são categorias socialmente construídas visto que, são moldadas de acordo com o meio social no qual as pessoas estão inseridas.

Logo, o feminismo foi um movimento que buscou dentre outras coisas, o reconhecimento das diferenças biológicas entre homens e mulheres e defendeu também que as mulheres não devem ser menosprezadas ou diminuídas por conta dessas diferenças de gênero, ao contrário, buscou-se o respeito, a tolerância e a convivência em perfeita equidade.

¹⁶Este livro traduzido em Português é intitulado Problemas de gênero.

Então, as premissas do movimento feminista se deram em torno da garantia de direitos fundamentais às mulheres, desde o direito de ir e vir desacompanhadas; o direito a escolha com quem se relacionariam sexualmente; não apenas por imposição da família ou para procriar; controle de sua fertilidade, optando em ser ou não mãe a partir do uso das pílulas anticoncepcionais; direito ao voto dentre outros.

Acerca disso, podemos descrever também as contribuições de Michelle Perrot (1988) e sua obra intitulada *Os excluídos da História – operários, mulheres e prisioneiros*. Nessa obra, a autora indaga qual é a condição feminina dentro de uma sociedade conservadora, da qual ela mesma fazia parte, a francesa do século XIX.

Então, para Perrot (1988), as mulheres não são submissas e passivas como se acreditava, mas sim, agiam de acordo com as regras impostas pelas relações de poder que lhes foram impostas na época controlada pelos homens, já que:

A inscrição na história das relações entre os sexos; elas não se radicam numa ordem natural, fixa; são produto de uma evolução; a subordinação das mulheres é resultado de um processo que se poderia imaginar reversível. (PERROT, 1988, p. 176).

Nesse sentido, Perrot (1988) esforçou-se para evidenciar a participação de sujeitos que ao longo da história sempre foram excluídos, ignorados ou marginalizados, dentre eles as mulheres, compreendendo-as como sujeitos importantes da história e que fazem história, destacando a atuação destas, descrevendo suas limitações e êxitos nos espaços públicos e privados.

Assim, podemos perceber nas diversas citações descritas pela própria autora “as representações de poder das mulheres são numerosas e antigas; as mulheres possuem a capacidade de interferir e influenciar nas decisões de seus maridos; as mães possuem os destinos do gênero humano”. (PERROT, 1988, p. 168-169).

Após a explanação sobre como se deu a história das mulheres na sociedade, e quais foram as principais reivindicações apresentadas e defendidas pelo movimento feminista nas suas três ondas, procuramos investigar quais são os anseios das mulheres no século XXI, época conhecida como pós-moderna.

Dessa forma, é sabido que as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho e não ocupam mais somente os espaços privados (de seus lares) ou se dedicam aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos e filhas.

Entretanto, juntamente com esse avanço social e espacial, em que as mulheres possuem o direito legal de transitar nos espaços públicos e não somente se restringirem obrigatoriamente aos espaços privados (casa/lar) como outrora faziam, deparam-se com outras situações problemáticas e que afetam diretamente suas vidas, tais como violência física, sexual, psicológica muitas das vezes provocadas por homens muito próximos a elas, como maridos, pais, filhos, patrões, ou ainda por homens desconhecidos.

Dando sequência a descrição da teoria feminista, trazemos as principais contribuições contidas no livro intitulado: “Teoria feminista e as filosofias do homem”, escrito por Nye (1995).

A teoria feminista contemporânea segundo Nye (1995) pode ser considerada intrincada e amedrontadora, já que os discursos de igualdade e liberdade foram substituídos por discursos do marxismo e da psicanálise.

Então, por conta disso, muitas mulheres consideram que a teoria feminista é um “luxo fora de seu alcance”, já que sentem um forte sentimento de frustração decorrente da derrota ou neutralização dos projetos feministas, que visavam dentre outras coisas acabar com a opressão sofrida pelas mulheres na sociedade patriarcal. (NYE, 1995, p. 13).

E, ao buscar a implementação de direitos iguais, devemos sempre levar em conta a história construída que nos revelam práticas feministas e não feministas, resultado das interações em uma sociedade sexista.

Por conseguinte, as mulheres ao perceberem as injustiças nas quais estavam inseridas socialmente, adotaram teorias, sistemas e categorias na tentativa de racionalizar e justificar as atividades dos homens buscaram nessas teorias algo que seja adaptável aos propósitos feministas. (NYE, 1995, p. 13-14).

De sorte que, as reivindicações dos direitos das mulheres do século XIX foram inspiradas na teoria liberal e democrática, tendo como foco o direito ao voto, sendo que, nessa teoria, os homens e somente eles é que determinam seus próprios destinos, excluindo as mulheres desse ideal liberal e democrático. Assim, somente com as intervenções das reformadoras Mary Wollstonecraft e Harriet Taylor as mulheres passaram a ser consideradas como detentoras desses direitos.

Neste contexto, as forças políticas questionavam umas às outras, sempre pontuando as “falhas” detectadas em cada proposição, a exemplo: os socialistas questionavam o liberalismo e o capitalismo de serem omissos no que diz respeito a mudanças reais em relação a degradação econômica e social das mulheres.

Então, o feminismo mais radical que surgiu como importante canal de reivindicação, focou-se na análise marxista das relações econômicas e de classe por um tempo. Entretanto, essa teoria na visão das feministas radicais tornou-se inadequada, decorrente do fracasso das revoluções marxistas, e, neste contexto que Simone de Beauvoir aprofunda seus estudos nas relações existenciais entre o eu e o outro.

Já os psicanalistas feministas superaram as relações existenciais propostas por Hegel e Sartre em suas pesquisas, focando no “estudo da psique feminina gerada nas estruturas da família que sobreviveram mesmo a uma revolução marxista”. (NYE, 1995, p. 15).

Neste sentido, podemos afirmar que existem inúmeras petições femininas que podem ser incluídas nas reivindicações do movimento feminista contemporâneo, já que muitos direitos das mulheres ainda não são cumpridos em sua totalidade, ou pior, continuam a serem desrespeitados e/ou ignorados.

2.6 Marcos teóricos importantes para a equidade de gênero

Nesta subseção descreveremos de maneira cronológica e breve os principais marcos teóricos que auxiliaram as mulheres nas conquistas de alguns direitos.

Quadro 1- Marcos teóricos sobre os direitos das mulheres

Ord	Ano	Marco Teórico	Destaque	Local	O que é
1	1791 ¹⁷	Declaração dos Direitos da Mulher e da cidadã	Marie Gouze (pseudônimo Olympe de Gouges)	França	Foi o primeiro documento da Revolução Francesa a mencionar a igualdade jurídica entre homens e mulheres.
2	1792	Reivindicação dos Direitos da Mulher	Mary Wolstonecraft	Inglaterra	Defende a não inferioridade das mulheres perante os homens. E destaca que essa compreensão

¹⁷ Link para ter acesso ao documento na íntegra: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>

					errônea se dá pelo fato das mulheres não terem acesso as escolas. Logo, as mulheres devem ter o direito de estudar.
3	1832	Direito das mulheres e injustiça dos homens	Dionísia Gonçalves Pinto – (pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta)	Brasil	No livro intitulado Direito das mulheres e injustiça dos homens, ela denuncia o mito da superioridade do homem e reivindica que as mulheres também sejam consideradas seres inteligentes, “dotadas de razão” e merecedoras de respeito. Ela afirma também que a mulher é tão capaz quanto o homem de ocupar cargos de comando, como de general, almirante e ministro, ou de exercer a medicina, a magistratura e a advocacia.
4	1848 ¹⁸	Declaração dos sentimentos	Lucretia Coffin Mott	Estados Unidos	O documento ficou famoso pela afirmação que homens e mulheres eram criaturas iguais.
5	1879 ¹⁹	Decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1879.		Brasil	Acesso das mulheres no Ensino Superior do Brasil.
6	1893	Aprovação do voto feminino		Nova Zelândia	As mulheres puderam votar.
7	1910	II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas	Clara Zetkin	Dinamarca	Propõe a criação de um dia Internacional da Mulher.

¹⁸ <http://www.emdialogo.uff.br/content/declaracao-dos-sentimentos-ou-os-homens-que-amavam-mulheres>

¹⁹ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>

8	2006	Lei Maria da Penha 11.340/2006.	Maria da Penha Maia Fernandes	Brasil	Punição para quem cometer violência contra mulheres.
9	2015	Lei do Femicídio 13.104/2015.		Brasil	Punição mais severa para quem cometer violência contra mulheres, transformando tal crime em hediondo.

Fonte: Adaptação livre inspirada na Linha do tempo da Universidade Livre Feminista

Elencamos alguns marcos teóricos importantes da história acerca das reivindicações e lutas por igualdade de direitos das mulheres afim de explicitá-los e contextualizá-los para uma melhor compreensão do tema.

Seguindo a ordem do quadro acima iniciaremos uma breve apresentação e descrição dos principais fatos e/ou documentos que foram os marcos teóricos relevantes para a conquista de alguns direitos femininos.

1) 1791 - A Declaração dos direitos da mulher e da cidadã foi um “documento que se tornou universalmente reconhecido como fundador dos modernos direitos à liberdade e à igualdade” (CAMPOI, 2011, p. 197). E foi escrita no ano de 1791 à Assembléia Nacional da França durante a Revolução Francesa (1789-1799), por Marie Gouze que era membro da Sociedade das Republicanas Revolucionárias e precisou “trocar” de nome sendo conhecida como Olympe de Gouges para assinar as petições e documentos que buscavam a igualdade de direitos para as mulheres.

Infelizmente Olympe de Gouges ao reivindicar a participação feminina na política em um período conhecido como “o período do terror”, perdeu sua vida na guilhotina no ano de 1793, conforme destaca Campoi (2011, p. 197):

Durante o chamado período do Terror, Olympe de Gouges pagou seu atrevimento com a própria vida: foi guilhotinada, em 1793, por ter ousado reivindicar participação feminina nos primórdios de um sistema político que ainda se desenvolvia, mas que negou o direito de cidadania às mulheres. Na fase das incipientes democracias as mulheres não seriam cidadãs.

2) 1792 - Mary Wollstonecraft é considerada a precursora do feminismo quando introduziu a reflexão sobre a igualdade de gênero em seu livro intitulado Reivindicação dos direitos da mulher, onde defendia o acesso das mulheres à educação, além de ser uma militante

antiescravagista. Ofereceu suas contribuições em discussões com vários intelectuais, inclusive com Jean-Jacques Rousseau²⁰.

Durante o período revolucionário Mary Wollstonecraft viveu na França e participou ativamente dos debates entre os intelectuais da época reivindicando dentre outras coisas que os ideais de Liberdade, igualdade e fraternidade alcançasse também o sexo feminino. (ARAÚJO, 2010, p. 2).

3) 1832 - Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecida pelo seu pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta ganhou notoriedade após a publicação do seu livro intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* no ano de 1832, sendo considerada uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft. Entretanto, tratava-se da tradução do livro escrito por Mary Wortley Montagu (1689-1762), intitulado *A mulher não inferior ao homem*²¹ conforme destacou Campoi (2011, p. 198):

Conforme apurou a pesquisadora em literatura Maria Lúcia Garcia PallaresBurke (1996), apesar de Nísia Floresta afirmar que seu texto fosse uma tradução livre do *Vindication* de Mary Wollstonecraft, a publicação brasileira era na verdade uma tradução do livro de Sophie, pseudônimo de Mary Wortley Montagu (1689-1762), que escreveu *Woman not inferior to man*, em 1739. Montagu, por sua vez, inspirou-se (chegando até a plagiar certos trechos) no livro *De l'égalité des deux sexes*, de François Poulan de La Barre, publicado em 1673.

A obra recebeu grande influência do positivismo, especialmente no que diz respeito ao papel social das mulheres, ao questionar a negação da participação destas na política no período da Revolução Francesa.

4) 1848 - A Declaração dos Sentimentos (Seneca Falls)²² - No ano de 1848 na cidade de Nova York ocorreu o pioneiro encontro que discutiu o direito das mulheres, após intensa divulgação de convites endereçados a mulheres, além do anúncio publicado no correio (jornal relevante da época) chamado *Seneca County Courier*, na data de 14 de julho de 1848²³. O convite enfatizava o objetivo do evento, que foi o de discutir a condição e os direitos sociais, civis e religioso das mulheres; realizado na Capela Wesleyana em Seneca Falls na cidade de Nova Iorque, nas datas de 19 e 20 de Julho do ano de 1848, a partir das 10:00 horas da manhã.

²⁰Informações baseadas na biografia de Mary Wollstonecraft.

<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Eventos/visualizar/as-mulheres-que-vieram-antes-de-nos>

²¹Título original: Woman not inferior to man.

O primeiro dia do evento contou com a presença exclusiva de 200 mulheres que, ouviram atentamente a “Declaração dos sentimentos e queixas” detalhando as injustiças infligidas às mulheres nos Estados Unidos. Já no segundo dia, o público em geral, incluindo o abolicionista americano Frederick Douglass foram convidados a participar e ouvir Lucretia Mott, da Filadélfia e outras senhoras. Como resultado desse encontro, foram aprovadas 11 resoluções cujo conteúdo abordava a igualdade de direitos específicos para as mulheres, além da Declaração dos Sentimentos e Queixas, marcando o início do movimento sufragista das mulheres nos Estados Unidos.²⁴

5) Dando continuidade na descrição breve das principais obras/documentos que foram marcos teóricos importantes para a conquista de alguns direitos femininos, trazemos o Decreto nº 7247, de 19 de Abril de 1879 com intuito de ilustrar as mudanças significativas ocorridas no sistema de ensino primário e secundário, do município da Corte, cidade do Rio de Janeiro e no ensino superior de todo o Império, na segunda metade do século XIX e que contemplaram dentre outras coisas, a inclusão das mulheres no ensino brasileiro. (MELO; MACHADO, 2009).

Conforme retratado por Melo; Machado (2009, p. 294) a sociedade brasileira no período da segunda metade do século XIX passava por uma “efervescência social” e buscava mudanças nos campos político, social, econômico e cultural com vistas a modernização da sociedade, incentivo à industrialização e o desenvolvimento das atividades industriais, influenciadas pelos ideários positivistas e liberais rumo ao progresso.

No campo educacional, as mudanças se pautavam no discurso de “liberdade de ensino” por ser considerado um campo relevante no desenvolvimento da sociedade brasileira, na formação e vida dos sujeitos, das quais destacaram-se a inserção dos conteúdos: rudimentos de música, com exercício de solfejo, canto, Ginástica e Costura simples; Noções de economia doméstica e trabalhos de agulhas para as meninas estudantes. (MELO; MACHADO, 2009, p. 300).

6) Aprovação do voto feminino – O primeiro país a garantir o direito ao voto para às mulheres, foi a Nova Zelândia, no ano de 1893, resultado de muita luta por igualdade de direitos entre mulheres e homens. No ano de 1902, as mulheres puderam exercer o direito de votar na Austrália e em 1906, a Finlândia foi o país pioneiro da Europa na autorização do voto feminino.

Na Inglaterra, por duas vezes, uma emenda exigindo que mulheres pudessem ter o direito de votar foram negadas e em consequência disso, ocorreram diversos conflitos, cujo

²⁴ Informações obtidas no site <http://www.history.com/this-day-in-history/seneca-falls-convention-begins>

destaque se deu na morte trágica de Emily Wilding Davison, que se atirou em frente a um cavalo e ficou conhecida como a primeira mártir do movimento das sufragistas.

Após esses acontecimentos, foi aprovada uma reforma no sistema eleitoral, estritamente necessária durante a primeira guerra mundial, visto que milhões de soldados retornados da guerra não possuíam o direito ao voto por conta da propriedade e qualificações residenciais. Sendo assim, a Representation of the People Act, aprovada no ano de 1918 estabeleceu o voto feminino no Reino Unido.²⁵

7) 1910- II Conferência internacional de Mulheres Socialistas – Com o intuito de fortalecer o movimento e cobrar a inclusão das mulheres na decisão política através do voto feminino, surge a I Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, no ano de 1907 em Stuttgart, contemplando:

58 delegadas de 14 países elaboraram uma proposição que comprometia os vários Partidos Socialistas a entrar na luta pelo voto feminino. A resolução foi elaborada, na véspera, na casa de Clara Zetkin, por ela e duas camaradas, suas hóspedes: Rosa Luxemburgo e a única russa da Conferência, Alexandra Kollontai. (GIANNOTTI, 2004, p. 9).

Após a Segunda Conferência Internacional das mulheres Socialistas realizada no ano de 1910, em Copenhague na Dinamarca, e a apresentação de uma proposta de instituir uma data em alusão ao dia internacional das mulheres, Clara Zetkin e outras mulheres engajadas no movimento propõem a celebração anual do dia internacional da mulher, sem mencionar o dia 08 de março para tal fim, ficando sob a responsabilidade de cada país escolher a data para a celebração.

E sobre a escolha de uma data e fatos que tenham ocorrido para “homenagear” todas as mulheres, há várias teorias. Acerca disso, no mesmo ano, o Partido Socialista americano organiza o dia da mulher, com objetivo de “Arrolar as mulheres no exército dos camaradas da revolução social”. (GIANNOTTI, 2004, p. 9).

O dia da mulher instituído no 8 de Março, resultou de vários acontecimentos significativos no que se refere às mulheres ao redor do mundo, passando pelos Estados Unidos, Rússia, Dinamarca, Inglaterra, França dentre outras. E a partir desses acontecimentos, histórias

²⁵ Informações obtidas no site: <http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=9204>

fantasiosas são inventadas a fim de “glamourizar” a data. Dentre as diversas histórias, o destaque se dá para a morte das 129 operárias queimadas vivas dentro de uma fábrica.

Então, segundo Giannotti, (2004, p. 13-14), derrubar o mito da origem da data de 8 de março:

Significa integrar todos os novos e importantíssimos aspectos da luta da libertação da mulher, descobertos com a evolução histórica da humanidade no século XX, com a retomada de suas raízes socialistas. Integrar à clássica luta libertária, socialista e comunista do começo do século XX, as contribuições de diferentes linhas de pensamento e países, que vão de Wilhem Reich a Simone de Beauvoir, de Herbert Marcuse a SamoraMachel, de Betty Friedanna Rose Marie Muraro. Integrar toda a luta do feminismo para construir uma sociedade onde a mulher seja reconhecida como gente.

Não implica, portanto, em desvalorizar o significado histórico que esta adquiriu, mas sim retomar a verdade dos fatos que são suficientemente ricos de significado e que carregam a luta da mulher, retomando o seu sentido original que é de libertação e emancipação dos direitos femininos; um mundo sem exploração, sem opressão. (GIANNOTTI, 2004).

8) 2006 - Lei Maria da Penha²⁶ – Segundo artigo de opinião escrito por Blume (s/d)²⁷ a Lei número 11.340, mais conhecida como lei Maria da Penha, foi instituída e batizada com o nome da mulher e farmacêutica vítima das duas tentativas de assassinato ocorridas no ano de 1983, (Maria da Penha Maia Fernandes), pelo seu próprio marido, o professor universitário colombiano Marco Antonio Heredia Viveros. Na primeira tentativa, um tiro de espingarda e na segunda, seu marido tentou eletrocutá-la durante seu banho.

Maria da Penha ficou tetraplégica e Marco ficou impune até o ano de 1998, quando ela entrou em contato com duas organizações, a destacar: Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Ambas ajudaram Maria da Penha a levar seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em decorrência disso, no ano de 2001, o estado brasileiro foi condenado pela OEA por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres. Além disso, foi recomendada que finalizasse o processo penal ocorrido no ano de 2002 e reparação

²⁷ Informações baseadas no artigo de opinião escrito por Bruno Blume, Bacharel em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e editor de conteúdo do portal Politize! Disponível em: <<http://www.politize.com.br/tudo-sobre-a-lei-maria-da-penha/>>

simbólica e material pela falha do Estado; e também a adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Sabe-se então que houve a necessidade de o governo brasileiro criar um dispositivo legal que oferecesse maior eficácia na prevenção e punição da violência doméstica no país, promulgada no ano de 2006.

9) Lei 13.104/2015- Femicídio – Segundo informações disponíveis no site Portal Brasil, esta lei ao ser implementada possibilitou que os agressores fossem julgados, levando em conta múltiplos crimes, facilitando a punição mais severas, já que alterou o código penal e ampliou os agravos. Dessa forma, todo assassinato de mulheres pelo fato de ser mulher, motivado por ódio, desprezo ou sentimento de perda e/ou posse sobre as mulheres é classificado como crime hediondo e enquadrado na lei do feminicídio²⁸.

²⁸Informações retiradas do site:

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/lei-do-femicidio-completa-um-ano-com-condenacoes-ao-assassinato-de-mulheres>.

3 ESTUDOS SOBRE MULHERES NA ACADEMIA

Nesta seção procuramos resgatar como se deu a inserção dos estudos sobre mulheres na Academia e nas Ciências a partir das contribuições de Nuernberg (2005).

Sabemos historicamente que o processo de construção do conhecimento sempre foi um campo de disputa de poder, dominado pelos homens, e a mulher sempre foi excluída desse processo.

Contudo, Nuernberg (2005) descreve em sua tese de doutorado, dentre outras coisas, como os estudos de gênero se fizeram presentes nas ciências, especialmente nas humanas e destaca ainda, a vasta produção acerca dessa temática nas ciências sociais, na antropologia, na História e na Psicologia.

Cabe ressaltar então, que a antropologia foi pioneira nas pesquisas sobre gênero, com os antropólogos Mead, Bateson e Malinowski, conforme destaca Nuernberg (2005, p. 45):

A Antropologia é, portanto, pioneira ao investigar a importância da categoria gênero na análise da organização social, particularmente através dos estudos de parentesco que tanto elucidam a constituição das diferentes sociedades humanas. Como pano de fundo destes estudos, há o debate sobre a relação natureza e cultura, para o qual cumprem o relevante papel de relativizar e problematizar as noções essencialistas/universalistas sobre masculino e feminino.

Atualmente, a antropologia do gênero formada por antropólogas feministas, tecem várias críticas aos estudos de renomados antropólogos, a exemplo: Malinowski, pela ênfase dada por eles ao “universo masculino”. (NUERNBERG, 2005, p. 45).

Já a sociologia, debateu as questões de gênero através da análise da divisão sexual do trabalho na produção material e, na análise do viés androcêntrico da produção científica e da revisão do lugar da mulher na sociedade ocidental contemporânea. (NUERNBERG, 2005, p. 46).

A História, incorporou as pautas do movimento feminista, aliada as demandas sociais partindo do:

[...] obscurecimento do papel da mulher no registro histórico documental e acadêmico. Seus esforços se deram no sentido de revelar o importante papel das mulheres nas lutas históricas e nas conquistas sociais de distintos grupos humanos, desconstruindo a noção de sujeito humano universal. (NUERNBERG, 2005, p. 47).

Com isso, iniciam as críticas ao universalismo da história oficial, que privilegiou durante séculos as figuras masculinas, ampliando o debate para as “categorias de etnia, classe, sexualidade, etc, demandando enfoques historiográficos que incorporassem a diferença”. (2005, p. 47).

A exemplo, Nuernberg (2005) destaca o papel de Joan Scott como importante historiadora, ao discutir as questões de gênero em seu artigo: Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Também abarcam estudos sobre gênero as disciplinas: história social e história cultural.

A história social, ao investigar as temáticas cotidianas das relações sociais, possibilita as análises sobre às questões de gênero. E os autores que se destacam são Alain Corbin e Michele Perrot.

A seguir, mostraremos de maneira breve alguns trabalhos que discutiram a inserção dos estudos sobre mulheres na Academia e nas Ciências.

3.1 Estudos sobre mulheres e/ou gênero na Academia

Dando sequência à escrita, apontamos nessa subseção alguns trabalhos que discutiram a inserção de estudos sobre mulheres e/ou gênero na academia, explicitando as especificidades dos trabalhos desenvolvidos, trazendo as contribuições de pesquisas sobre inserção das mulheres na Academia, organizados pelos/as autores/as: Costa (2008), Pedro (2005) e Silva e Ribeiro (2011).

Pedro (2005) destaca em seu artigo intitulado “Feminismo e Gênero na Universidade: trajetórias e tensões da militância” apresentado na III jornada de Estudos de Gênero – Feminismo e Gênero na Academia: protagonismos, tensões e perspectivas e do III Encontro de Protagonismo, Educação e Gênero realizado no ano de 2005 em São Leopoldo, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), que as pesquisas sobre gênero e mulheres foram inseridas na Academia a partir da década de 1980 graças aos/as militantes que reivindicavam por igualdade de direitos sociais e das mulheres entre os períodos de 1960 e 1970 e que hoje atuam em diversas Universidades Públicas e em ONGs dando continuidade a suas reivindicações, agora nos espaços acadêmicos buscando “espaços de legitimação nas universidades.” (PEDRO, 2005, p. 170).

Acompanhando as publicações do mercado editorial do período de 1964 a 1985, a trajetória do feminismo foi se moldando em um contexto complexo onde pessoas eram exiladas para o exterior por conta do autoritarismo instalado no país decorrente da ditadura militar e em contrapartida, produções que apontavam o ressurgimento do feminismo chegavam. (PEDRO, 2005, p. 171).

Percebemos então o embate ocorrido nesse momento, já que ao mesmo, a produção do conhecimento sobre o feminismo e suas novas demandas ressurgiam e circulavam entre alguns intelectuais simpatizantes do tema, outros eram obrigados a se exilar em vários países, justamente por compactuar com tais ideais, fugindo da ditadura instalada no Brasil.

Em decorrência dessa situação, após a anistia, alguns desses militantes exilados retornam ao Brasil e passam a ocupar cargos em diversos espaços no Estado, em Organizações não governamentais (ONGs) e também nas Universidades, conforme destaca Pedro (2005, p. 171): “Um destes espaços foi a universidade, certamente refúgio e, muitas vezes, considerado espaço neutro entre a militância e os cargos estatais oferecidos”.

Então, o espaço da Academia tornou-se um campo de atuação, militância, reflexão e disseminação de estudos sobre gênero e/ou mulheres, visto que muitos/as professores/as que reivindicavam direitos nas décadas de 1960 e 1970 fundaram os chamados Núcleos de Estudos da Mulher, Feminista e/ou de Gênero, ponderando que “sua militância não acabou; ao contrário, definem-se como militantes de um outro espaço, no caso o acadêmico”. (PEDRO, 2005, p. 171).

Dessa maneira, a autora disserta que historicamente o movimento feminista foi sendo reinventado a fim de exigir diversos e diferentes direitos, de acordo com a demanda de cada contexto social, já que:

[...] nos anos setenta a “missão” era de luta contra a ditadura e por um mundo sem desigualdade – o qual seria conquistado através da manifestação em passeatas, palavras de ordem, panfletagem, grupos de consciência, atuação em bairros e associações –, hoje a “missão” é conquistar “corações e mentes” através do texto científico, da ocupação de espaços de poder acadêmico, do questionamento de verdades estabelecidas, da formação de pesquisadoras e pesquisadores que levem em conta estes questionamentos. Enfim, trata-se de uma prática militante bem antiga: “aparelhamento” dos espaços de poder e constituição de verdades. (PEDRO, 2005, p. 171).

Certamente segundo a autora a luta na militância continua. O que mudou foi o foco e a maneira de reivindicar direitos, já que no período de 1960 a 1980 o grande entrave para os avanços era a ditadura militar instalada no país e as ações eram organizadas em torno de

passeatas, manifestações, panfletos, associações com intuito de informar e problematizar algumas questões.

E posteriormente a 1980, com a redemocratização do Brasil, as ações dos/as militantes que antes estavam focadas em informar, hoje visam problematizar e produzir conhecimento afim de trazer mudanças reais na vida das pessoas, especialmente sobre a igualdade de direitos entre os gêneros.

Neste sentido, a produção científica sobre mulheres e gênero na Academia é compreendida como “um espaço de legitimação de conhecimentos contestadores das verdades que se pretendem questionar” e podem ser acompanhada de duas perspectivas: a) uma vitória considerável; b) um espaço de tensão constante e de ameaça”. (PEDRO, 2005, p. 171).

Miguel (2003) em seu artigo intitulado “Publicando nas Ongs Feministas: entre a Academia e a militância” problematiza “o campo das publicações feministas, formado pela produção das organizações não-governamentais e pela produção realizada na academia – oriunda dos núcleos de estudos da mulher e/ou de gênero, das disciplinas de gênero inseridas em diferentes cursos e das linhas de pesquisa sobre mulher e gênero, implantadas em diferentes mestrados e doutorados”. (MIGUEL, 2003, p. 271).

Assim, a produção científica sobre mulheres e gênero na Academia foi se desenhando concomitantemente à inserção do movimento feminista no Brasil, através das discussões e publicações em espaços como ONGs, Associações, Cursos de graduação, etc conforme destaca Miguel (2003, p. 273):

O impacto do feminismo na formação e consolidação do campo dos estudos sobre a mulher ou de gênero é reconhecido e destacado por diferentes pesquisadoras. Louise A. Tilly, no artigo “Gênero, história das mulheres e história social”, publicado no Cadernos Pagu, ao comentar a relação das historiadoras com o feminismo, afirma que certamente toda a história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e ação como a histórias das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980.

Já as discussões e produções sobre mulheres e gênero publicadas e veiculadas no Brasil, dentre os quais o escrito por Carmem Barroso no ano de 1987 e apresentado no grupo de trabalho ‘Mulher e Política’ da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais

(ANPOCS) reconhecendo o impacto do movimento feminista para a constituição dos ‘estudos sobre a mulher’. (MIGUEL, 2003, p. 273).

Uma década e meia depois da publicação do texto de Carmem Barroso, ocorre a institucionalização dos estudos sobre a mulher e gênero no Brasil, tanto em disciplinas como em programas, linhas de pesquisa, núcleos de estudo e pesquisa de Universidades públicas brasileiras.

Entretanto, essa institucionalização de estudos não se deu de forma pacífica, nem nos países como Estados Unidos e França, tampouco no Brasil, havendo resistências em compreender tais estudos como “objeto de ensino legítimo e integrado ao currículo”. (VARIKAS, 1996 apud MIGUEL, 2003).

É importante ressaltar que a institucionalização e transversalização dos estudos de gênero e mulher são reivindicações de um grupo de feministas que afirmam ser importante que isso ocorra para “absorver e neutralizar as posturas mais radicais do feminismo.” (MIGUEL, 2003, p. 273).

E sobre a importância da institucionalização dos estudos de gênero e mulher, Miguel (2003, p. 275) cita o prefácio do livro de Joan Scott para apontar a relevância da militância e da Academia estarem “alinhadas” entre si na produção do conhecimento:

Joan Scott, no prefácio a “Genderan Politics of History”, também apontava para a afinidade entre academia e militância: ‘Ao invés de haver uma separação entre a política feminista e os estudos acadêmicos de gênero, ambos são parte do mesmo projeto político: uma tentativa coletiva de confrontar e contestar as distribuições de poder existentes’.

Costa (2008) citando Simião (1999) sintetiza que no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 vários estudos sobre mulheres e gênero problematizavam entre outras coisas a condição feminina com o objetivo de “desnaturalizar e historicizar a subordinação da mulher nas sociedades ocidentais” (COSTA, 2008. p. 289).

E nos anos de 1980, os estudos feministas, de gênero; mulheres e o trabalho são contemplados nos estudos sobre mulheres, expandindo dessa maneira as pesquisas nas ciências e revelando a condição em que a mulher se encontrava, de invisibilidade.

Então com essa mudança de objetivos na construção das pesquisas e análises sobre mulheres, considerando as relações de gênero, mulher e suas relações sociais não se limitando apenas a participação das mulheres nos eventos e pesquisas, mas sim absorvendo a condição

feminina da qual as pesquisadoras fazem parte, acarretando em uma mudança importante de paradigmas, visto que as pesquisas denominadas sobre mulheres passam a ser denominadas como ciência feminista.

Costa (2008, p. 289) destaca que após os trabalhos sobre mulheres serem compreendidos como trabalhos feministas, ocorre a “adoção da perspectiva feminista” e são subdivididos em:

- *Epistemologia feminista pós-estruturalista* – cuja representante é Donna Haraway;
- *Feminismo perspectivista* – representantes: Sandra Harding, Nancy Harstock e Hillary Rose. São defensoras de uma ciência baseada no ponto de vista feminino;
- *Feminismo contextual* -representantes:Helen Longino, Elizabeth Anderson, LondaSchiebinger e Lynn Nelson e propõem uma ciência construída por ambos os sexos.

Surgem após a década de 1980 as pesquisas sobre a situação das mulheres na Ciência, em especial apontando os preconceitos e as discriminações sofridas pelas pesquisadoras, “embora a prática científica se apresente como universalista e assexuada”, entretanto, “a ciência vem sendo apontada como um nicho masculino por excelência.” (COSTA, 2008, p. 290).

Silva e Ribeiro (2011) no artigo intitulado “A participação das mulheres na Ciência: Problematizações sobre as diferenças de gênero” discutem “a participação feminina na ciência moderna a partir das narrativas de ‘mulheres-cientistas’ atuantes em universidades públicas e numa instituição de pesquisa do Rio Grande do Sul”. (SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 1). Na análise do trabalho, as autoras destacam o “predomínio de explicações biológicas utilizadas como justificativa para a feminização e a masculinização na ciência, bem como para a participação das mulheres nesse contexto”. (SILVA e RIBEIRO, 2011, p. 1).

A ciência até o início do século XXI foi considerada como atividade permitida e construída somente para os homens e, mesmo com toda a restrição de acesso às mulheres, algumas desafiaram esse discurso dicotômicos produzindo ciência e sendo premiadas. (SILVA; RIBEIRO, 2011).

Neste sentido, cabe ressaltar a relevância de valorizar as produções científicas cujas mulheres produziram, a fim de consolidar o status de sujeitos da história, reconhecendo e valorizando as suas produções científicas.

3.2 Produção de conhecimento sobre a condição feminina ou as mulheres na Psicologia

Nesta subseção retomaremos como se deu a inserção da produção do conhecimento sobre a condição feminina e/ou sobre mulheres na Academia, especificamente na área da Psicologia pautada nas contribuições de Nuernberg (2005).

Em sua tese de doutorado intitulada “ Gênero no contexto da produção científica brasileira em Psicologia”, Nuernberg (2005) busca “compreender como as características da produção científica de pesquisadoras que protagonizaram a incorporação dos estudos de gênero na psicologia, à luz de uma análise antropológica e psicossocial” (NUERNBERG, 2005, p. VII).

Ele inicia seu texto destacando que desde o princípio, a Ciência é considerada um campo masculino, desconsiderando a participação de muitas mulheres na produção e nas descobertas científicas do passado. E destaca a proposição de Citeli (2000) ao afirmar que na maioria das vezes essas mulheres foram marginalizadas, quando:

Mascarada pela áurea de neutralidade e objetividade, a ciência foi historicamente preservada desse tipo de observação que aponta para seu papel na legitimação de desigualdades inerentes à cultura, argumento proposto nas últimas décadas pelo feminismo e por outros movimentos sociais” (CITELI, 2000 apud NUERNBERG, 2005).

Dessa forma, a ciência pautou-se em sua “neutralidade” mascarando as diferenças entre os gêneros; e os preconceitos também se fizeram presentes nesse campo de atuação, sendo motivo de questionamentos por parte do movimento feminista entre as décadas de 1970 e 1980.

Felizmente, nos últimos 50 anos essa realidade foi sendo modificada, com a intensificação da participação de mulheres nas atividades de pesquisa e docência, resultante das conquistas dos movimentos feministas, além das mudanças sociais e econômicas.

No que se refere a relação existente entre a psicologia e o feminismo, o autor aponta as críticas construídas em torno do papel ideológico da Psicologia na manutenção da submissão feminina; e no Brasil, as tensões diminuíram devido a participação ativa de psicólogas, em especial de Carmen da Silva que divulgava seus escritos na revista Cláudia, utilizando-se desse meio de comunicação como um espaço importante para a propagação das ideias feministas já que ela “adotava um ponto de vista modernizante sobre as relações conjugais, escrevendo sobre a realidade da mulher e sua vida cotidiana, discutindo temas que eram considerados tabus na época, como a virgindade, a realização amorosa e profissional da mulher e questões sobre a sexualidade feminina”. (NUERNBERG, 2005, p. 7).

Entretanto, na década de 1960, a psicologia clínica tece várias críticas e estudos em oposição aos estereótipos sexuais, principalmente influenciada pelas obras de Beth Friedan. E, neste mesmo período, ocorre o debate entre a essencialização (gênero compreendido como característica inata da pessoa) e a socialização (gênero compreendido como resultado de processos sociais e culturais) na psicologia, destacando-se nesta época, a pesquisadora Alice Eagly.

Assim, as primeiras produções científicas no campo da psicologia no Brasil, cuja discussão englobou a categoria gênero, surgem timidamente na década de 1970, ao proporem a distinção entre sexo e gênero, especialmente nas pesquisas sobre identidades. E, no ano de 1974, como resposta “à resistência da psicologia às questões feministas”, a *feminist psychology* (psicologia feminista), que, ao contrário da *psychology of woman* (psicologia da mulher), investiga questões amplas de gênero, aglutinando as questões étnicas e de classe. (NUERNBERG, 2005, p. 71).

Já na década de 1980, intensifica-se a produção científica de trabalhos de cunho quantitativos sobre mulher e gênero no Brasil e também, eventos científicos nos programas de pós-graduação da região sudeste do país, destacando-se a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO); Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) e Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Um dos primeiros trabalhos que discutiu a temática gênero e mulher foi: “ Contribuições da Psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher” realizado no ano de 1975 de autoria de Antonieta Marília de Oswald de Andrade.

Já os periódicos mais relevantes e que dedicaram páginas para a discussão sobre gênero e mulher foram: Cadernos de Pesquisa (da Fundação Carlos Chagas), e na década de 1990 a Revista de Estudos Feministas (inicialmente UFRJ, UFF) e, atualmente (UFSC), cujo primeiro número a ser publicado foi intitulado PAGU, em 1992. (NUERNBERG, 2005, p. 65).

Os eventos científicos continuam acontecendo nas várias regiões do país expandindo as discussões para as Universidades públicas, cujas professoras (muitas delas ativistas e simpatizantes do movimento feminista) lecionavam.

Nas palavras de Zanello (2016, p. 13) a Psicologia do Ocidente, assim, como várias outras ciências recebe influência do patriarcado na construção das histórias e, dessa forma, acaba reproduzindo o discurso que fala do sujeito (sempre o homem), exaltando a invisibilidade da questão de gênero, já que:

[...] é pouca a crítica às questões de gênero nas teorias psicológicas. As teorias fundamentais, aquelas que abriram grandes campos, foram feitas por homens. São sempre homens escrevendo sobre mulheres, quando mulheres escrevem sobre mulheres, são discípulas desses homens e não querem em geral romper com o mestre, e acabam reproduzindo certas asserções questionáveis. Quando uma mulher vem com um caso de depressão com várias questões de gênero e eu não tenho a sensibilidade de oferecer tratamento por esse viés, eu acabo “psicologizando”. Leio esse sofrimento como uma questão individual e interna daquela mulher, e isso é problemático. Se a Psicologia não tem uma crítica de gênero, ela acaba sendo uma nova forma de violência, tanto teórica quanto institucional. (Grifo nosso).

Então, se a Psicologia não se posicionar de maneira crítica às desigualdades de gênero, estará reproduzindo tais desigualdades e incentivando que elas permaneçam e se perpetuem nas relações entre as pessoas, como algo natural.

Em suma, Zanello (2016) enfatiza a importância da Psicologia enquanto ciência assumir o papel de produtora do conhecimento, não apenas focar no aspecto assistencial, visto que:

Na Psicologia clínica, por exemplo, as pesquisas são muito incipientes: quando se usa gênero, se usa mal, no sentido da primeira onda do feminismo, que equipara gênero a sexo, porém não se tem teorias críticas de gênero, e sabemos que o feminismo tem um campo epistemológico vasto, tem um pensamento sério, calcado e filosófico, mas estamos muito aquém. Das poucas pesquisas que temos, algumas são boas, mas muitas não têm conhecimento da parte epistemológica do feminismo e então tem pouca crítica. Um olhar crítico te faz ter uma leitura e uma pesquisa diferentes. A grande questão é: o que temos diagnosticado e tratado? Percebo que as mulheres têm sido psiquiatrizadas, principalmente o sofrimento de gênero. Pensar isso pelo viés de gênero é politizar esse sofrimento. (ZANELLO, 2016, p. 14)

Somente após essas mudanças, os profissionais da Psicologia poderão auxiliar no rompimento do ciclo de sofrimento do qual estão sujeitas várias mulheres e, superar os desafios que a Psicologia enfrenta enquanto ciência.

Para Zanello (2016, p. 14) a principal mudança que impactaria positivamente na reflexão e impulsionaria as produções críticas sobre as questões de gênero e mulher na Psicologia seria inserir disciplinas específicas sobre a temática nos cursos de graduação em Psicologia, auxiliando na tomada de consciência de gênero.

Essa mudança se justificaria porque, segundo Zanello (2016, p. 14) “Os estudos da saúde mental com enfoque de gênero são incipientes no Brasil e no mundo todo”. Entretanto, após essa constatação, a comunidade acadêmica se organizou de tal forma que criou o congresso

de gênero no Brasil conhecido como “Fazendo Gênero”, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No decorrer do processo, diversos autores e autoras afirmam que a psicologia brasileira sempre demonstrou resistências quando se trata de discutir temas que desafiam os pressupostos universalistas, tal qual as enunciadas pelo feminismo.

Entretanto, a construção do conhecimento acerca da temática gênero e mulher conquista seu espaço e respeito aos poucos na academia brasileira e nos mais diversos campos do conhecimento, conforme verificamos na UNIR, já que algumas das dissertações defendidas nesta instituição contemplaram a temática direta ou indiretamente.

Na próxima seção, abordaremos a metodologia utilizada na pesquisa.

4 METODOLOGIA

4.1 Pesquisa documental

Refletindo sobre o desenvolvimento do estudo, escolhemos como fonte para coleta dos dados a pesquisa documental para a realização de uma pesquisa denominada do tipo estado da arte cuja finalidade foi a seleção das produções que contemplaram a temática mulher, através da consulta dos materiais em formato digital disponíveis no site da UNIR entre o período de 2000 a 2015, baseada no recorte temporal, espacial e temático, como sugere Silva e Carvalho (2014).

Em seguida selecionamos as produções a partir dos resumos e posteriormente criamos unidades de registro organizadas numa ficha catalográfica, finalizando com a interpretação das categorias de análises, como destaca Minayo (2014) e Moraes (1999).

Para a catalogação, iniciamos num primeiro momento a seleção a partir do títulos, palavras-chave e resumos. Selecionados os textos, num segundo momento organizamos as informações relevantes na ficha catalográfica para num terceiro momento analisá-las.

Diante do exposto, a análise dos dados seguiu as cinco etapas estipuladas por Moraes (1999): 1. Preparação das informações; 2. Transformação do conteúdo em unidades 3. Categorização das unidades; 4. Descrição; 5. Interpretação.

E quando necessário, ocorrerão modificações nas etapas da análise, pois como expressa Bardin (1977, p. 31): “a técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento”.

As unidades de registro para a realização deste estudo são:

Quadro 2 - Ficha catalográfica para organização dos dados

Ficha catalográfica para organização dos dados					
Ordem	Título	Ano da produção	Nível	Programa de Pós-graduação	Linha de Pesquisa
Autoria	Orientação	Resumo	Objetivos	Objeto de estudo	
Fundamentação Teórica			Resultados e Discussão	Local e Campo da Pesquisa	

Fonte: Elaboração da autora a partir de informações contidas nos textos selecionados no site da UNIR

As informações destacadas utilizadas na descrição e interpretação dos dados são:

Quadro 3 – Informações destacadas

Informações destacadas		
1) Quantidade de produções por ano	2) Características das dissertações (ano, Programa, Autor e título)	3) Referencial utilizado
4) Palavras-chave	5) Método	6) Objetivos
7) Autoria de mulher	8) Docente com maior número de orientações e programa que faz parte	9) Orientação de mulher
10) Eixo temático		

Fonte: Elaboração da autora a partir de informações contidas nos textos selecionados no site da UNIR

Iniciamos nosso trabalho na seleção das dissertações e pesquisas que utilizamos posteriormente como documentos para análises. Depois, elegemos as informações relevantes para a partir delas construir as categorias de análises: 1) Violência contra as mulheres, 2) Identidades (dividindo-se em 2 sub-categorias, 2.1 Identidade profissional, 2.2 Magistério), 3) Saúde, 4) Educação, 5) Violência, 6) Mulheres indígenas, 7) Abuso sexual.

4.2 Estado da arte

Segundo destaca Ferreira (2002) no Brasil a pesquisa conhecida como estado da arte ou estado do conhecimento²⁹ começou a ser utilizada em meados dos anos 1987 e os pesquisadores e pesquisadoras são motivados/as a utilizá-la pelo “não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área do conhecimento”. (FERREIRA, 2002, p. 258-259), criando um acervo organizado sobre uma determinada área.

²⁹As nomenclaturas da pesquisa “estado da arte” e “estado do conhecimento” são citadas em diversas pesquisas como sinônimas e por esta razão, escolhemos utilizar a nomenclatura estado da arte.

As autoras Romanowski e Ens (2006, p. 40) defendem que o estado da arte “resulta de uma tradução literal do Inglês, e, conforme as autoras, tem por objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área”.

Essas autoras defendem ainda que a pesquisa do tipo estado da arte “possibilita a efetivação de balanço da pesquisa de uma determinada área”, e “destaca-se que este tipo de estudo, usual em outros países, foi ampliado na última década no Brasil, com a realização de estados da arte tais como os desenvolvidos pelo INEP”.

Sobre isso, Guimarães (2011, p. 94) destaca que a pesquisa estado da arte “de caráter bibliográfico, objetiva realizar um balanço das respectivas áreas de conhecimento, com a finalidade de diagnosticar temas relevantes, emergentes e recorrentes”, e ainda “indica os tipos de pesquisa, organiza as informações existentes bem como localiza as lacunas existentes”.

Neste sentido, Ferreira (2002) enfatiza a relevância da pesquisa que utiliza o estado da arte como referencial metodológico, destacando a motivação do pesquisador, que é, segundo ela sustentado e movido pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito e depois divulgá-las, utilizando o levantamento e a avaliação do conhecimento sobre determinado tema. (FERREIRA, 2002, p. 259).

E esse tipo de pesquisa apresenta crescimento quantitativo e qualitativo especialmente nas produções em nível de pós-graduação, entretanto é pouco divulgada.

O pesquisador ou pesquisadora que utilizar esse tipo de pesquisa deverá se atentar para alguns pontos, conforme explicita Silva e Carvalho (2014, p. 349):

O recorte temporal e espacial nesse método é necessário porque as análises feitas referem-se a concepções e práticas presentes em determinados contextos sociais, políticos, econômicos, culturais etc. Outra característica é o recorte temático, pois serve para definir e delimitar o que se busca mapear, possibilitando aos/às pesquisadores/as ou fazerem análises aprofundadas, ou realizarem um panorama amplo sobre determinados temas. Ambas as características estão relacionadas com o tempo que o/a pesquisador/a terá para fazer os levantamentos e análises, e com a quantidade de colaboradores/as envolvidos no trabalho.

Assim, a pesquisa intitulada estado da arte realiza uma metodologia de caráter inventariante e descritivo de uma produção acadêmica e científica sobre um tema que pretende

investigar, utilizando categorias selecionadas em cada trabalho e no conjunto dele. (FERREIRA, 2002, p. 258).

Então, para que o trabalho fosse realizado, utilizamos como aporte metodológico a pesquisa denominada estado da arte, que consiste em mapear e discutir uma determinada produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, na tentativa de responder que aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições vem sendo produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p. 257).

Dessa maneira, a pesquisa denominada estado da arte contribui para a construção de uma memória sobre determinada área do conhecimento já que seleciona, descreve e organiza os dados das produções selecionadas, auxiliando na proposição de soluções aos desafios e/ou demandas que possam surgir. (SILVA, CARVALHO, 2014).

4.3 Análise de conteúdo

Os métodos qualitativos vêm sendo valorizados e muito utilizados em pesquisas, por demonstrar procedimentos coerentes para a análise de dados científicos e é considerado “uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar”. (MORAES, 1999, p. 2).

Sendo assim, Minayo (2014, p. 308-309) defende que “a análise de conteúdo deve ser objetiva, trabalhando com regras preestabelecidas e obedecer a diretrizes claras, sendo que qualquer investigador possa replicar os procedimentos e obter os mesmos resultados e sistemática, no sentido de que o conteúdo seja ordenado e integrado nas categorias escolhidas, em função dos objetivos e metas estabelecidos”.

Para exemplificar a relevância de se utilizar a análise de conteúdo, realizamos uma breve revisão de literatura acerca da temática e destacamos as características principais, além de ressaltarmos que esse tipo de pesquisa se originou em meados do século XX.

Segundo Moraes (1999, p. 2) a análise de conteúdo:

[...] constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens

e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum e essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias”.

Já Bardin (1977, p. 9) afirma que a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados”. É a técnica de interpretar um discurso, ou seja, “a hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”.

Ou ainda, “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações”. (BARDIN, 1977, p. 31).

Outra pesquisadora que explicita seu ponto de vista sobre a análise de conteúdo é Minayo (2014, p. 305), destacando:

[...] a expressão análise de conteúdo é recente, tendo surgido nos Estados Unidos em meados da primeira guerra mundial, no campo jornalístico na Universidade de Columbia onde Lasswell (1952) destaca-se pelo fascínio e rigor matemático considerado na época parâmetro científico.

Sobre isso, acerca do rigor quantitativo que imperava na época, compreendido como essencial para o fazer científico:

A preocupação da objetividade e da sistematicidade solidificou-se tendo como foco o rigor quantitativo, para se contrapor ao que os cientistas denominavam apreensão impressionista, numa crítica permanente às escolas etnometodológicas e interacionistas. (MINAYO, 2014, p. 305).

Em consequência dessa compreensão, a partir da década de 1940, alguns departamentos das universidades americanas, em especial os de Ciências Políticas desenvolvem as técnicas de Análise de conteúdo, utilizando as comunicações da segunda guerra mundial. Sendo assim:

[...] no período posterior à Segunda guerra mundial, a análise de conteúdos que utilizou por muito tempo as técnicas quantitativas entravam em decadência. E entre os anos 1950 e 1960 a questão da Análise de conteúdo ressurgiu trazendo consigo um debate aberto e diversificado (MINAYO, 2014, p. 306-307).

E a partir de 1960 segundo Bardin (1977), desenvolvem-se dois planos epistemológicos distintos, o instrumental e o representacional; o quantitativo e o qualitativo. Na análise quantitativa o que é considerado informação é a:

[...] frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração”. (BARDIN, 1977, p. 21).

Desde os anos de 1960 até os dias atuais, a análise de conteúdo e a investigação que se propõe a realizar é afetada por três fenômenos: 1º recurso ordenador; 2º interesse pelos estudos da comunicação não verbal e o 3º a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos”. (BARDIN, 1977, p. 22).

E ainda, segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo possui duas funções: a heurística, ou seja, “enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta – (para ver o que dá) ”; “a administração da prova – hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes (para servir de prova) ”. (BARDIN, 1977, p. 29-30).

Por conseguinte, “a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e pode ser análise dos significados (temática); análise de significantes (léxica), análise dos procedimentos”. (BARDIN, 1977, p. 34).

Já para Minayo (2014, p. 304) a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados: “[...] e possui a mesma lógica das metodologias quantitativas, já que busca a interpretação cifrada do material de caráter qualitativo e que historicamente ela tem oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade da subjetividade”.

Na compreensão de Severino (2007, p. 121), a análise de conteúdo é:

[...] uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob formas de discursos pronunciados em diferentes linguagens. Trata-se de compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. Sua perspectiva de abordagem se situa na interface da Linguística e da Psicologia Social e possui o objetivo de descrever, analisar e interpretar as mensagens/enunciados de todas as formas de discurso, visando trazer à tona o que está oculto nas palavras.

Destaca-se ainda a contribuição de Minayo (2014) acerca da conceituação sobre análise de conteúdo como sendo o “tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa que engloba procedimentos técnicos e uma busca teórica e prática no campo das investigações sociais”. (MINAYO, 2014, p. 303). E enfatiza ainda que a análise de conteúdo: “Diz respeito a técnica de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos, resultando no processo de inferência”.

E o objetivo da análise de conteúdo para Bardin (1977, p. 46) é “a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”.

Nesse sentido, a escolha pela orientação metodológica da análise de conteúdo se deu pelo fato de nos proporcionar a organização do dado empírico de maneira que contemple três etapas importantes da pesquisa: 1) seleção do material; 2) categorização do material e 3) tratamento ou interpretação do material.

4.4 Fontes da Pesquisa

O Campo da pesquisa se deu na investigação das produções frutos de pesquisas realizadas no âmbito das pesquisas de pós-graduação em nível de mestrado da UNIR, cuja temática do estudo e/ou pesquisa relacionavam-se ao assunto mulheres, entre o período de 2000 a 2015.

4.4.1 Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A Fundação Universidade Federal de Rondônia foi fundada no ano de 1982 pela Lei nº 7011, de 08 de julho, na cidade de Porto Velho, Rondônia, uma das sete capitais da região norte do país, sendo a única Universidade pública do estado, o que caracteriza sua importância para a comunidade em geral, tanto na produção acadêmica, quanto nas intervenções, atividades e eventos frutos dos projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão realizados pelos cursos das mais diferentes áreas do conhecimento, o que proporciona aos estudantes, oportunidades de vivenciarem experiências práticas de suas futuras profissões.

Atualmente, a UNIR possui oito campi instalados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena, sendo que a sede Administrativa está localizada na capital do estado.

4.4.2 Programas de Pós-graduação da UNIR (2002 – 2015)

Inicialmente, realizamos um levantamento no site da Unir das produções disponíveis. Posteriormente, as selecionadas foram submetidas às categorizações a partir dos resumos e títulos que contemplaram uma discussão ou reflexão acerca da temática mulheres.

Os trabalhos selecionados nos programas de pós-graduação *Strictu Senso* da UNIR totalizaram 25 dissertações, sendo que as demais não foram utilizadas como fonte de dados para esta pesquisa, por não dialogarem com a temática proposta. As dissertações selecionadas estão organizadas no quadro a seguir:

Quadro 4 - Dissertações selecionadas nos Programas de Pós-Graduação da UNIR.

Sigla	Programa de Pós-graduação	Quantidade de dissertações
PGBIOEXP	Programa de Pós-Graduação em Biologia Experimental	1 dissertação
PGDRA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	5 dissertações
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia	6 dissertações
MAPSI	Mestrado Acadêmico em Psicologia	13 dissertações
* Total: 25 dissertações.		

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento nos textos selecionados no site da UNIR

Atualmente a UNIR disponibiliza a toda comunidade 14 cursos de pós-graduação *Strictu Senso* a destacar:

Quadro 5 - Cursos de pós-graduação da UNIR

Nº	Programa/Sigla	Nível e ano de início	
		Mestrado ³⁰	Doutorado
1	Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)	ME - 2006	-
2	Programa de Pós-Graduação em Biologia Experimental (PGBIOEXP)	ME - 2001	DO – 2005
3	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PGCA)	ME - 2013	-
4	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (MCL)	MF - 2011	-
5	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA)	ME - 2010	-
6	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)	ME - 2010	-
7	Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (MEL)	ME - 2011	-
8	Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)	ME - 2006	DO – 2015
9	Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais (MHEC)	ME - 2012	-
10	Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL)	ME - 2011	-
11	Programa de Pós-Graduação em Psicologia (MAPSI)	ME - 2009	-
12	Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (MEPE)	ME - 2014	-
13	Programa de pós-graduação mestrado Profissional de matemática em rede nacional (PROFMAT)	MF – 2011	-
14	Programa de pós-graduação mestrado profissional em ensino em Ciências da Saúde	ME - 2012	-

Fonte: Site institucional a UNIR <http://www.unir.br>

³⁰ Os cursos de Mestrado estão distribuídos na plataforma Sucupira em: Mestrado Acadêmico (ME), Mestrado Profissional (MF) e Doutorado (DO).

Como vimos no quadro acima, são 14 cursos de pós-graduação oferecidos na UNIR e desde o ano de 2002 a 2015 foram defendidas 752 dissertações que abordaram pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento.

Na seção seguinte, abordaremos os dados e a análise da pesquisa.

5 DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

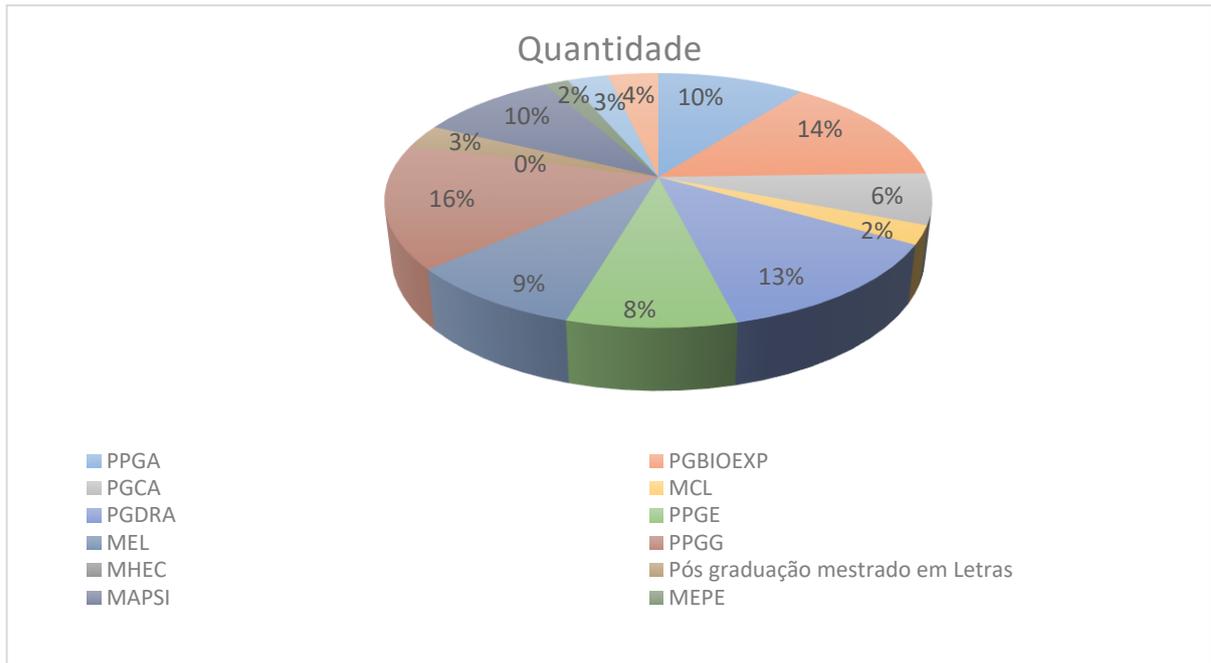
Diante da organização da referida pesquisa e considerando os objetivos elencados que são: analisar a ênfase das temáticas abordadas na produção acadêmica, no sentido de perceber as principais tendências nas pesquisas sobre mulheres e/ou gênero; analisar os principais referenciais teóricos que subsidiaram e sustentaram as pesquisas sobre mulheres e/ou gênero; descrever as principais abordagens metodológicas, tipos de estudo e análises das pesquisas que tratam da temática mulheres e/ou gênero; verificar quais os principais resultados indicados nas produções acadêmicas sobre mulheres e/ou gênero, identificando os aspectos abordados e os ignorados que podem constituir-se em objetos de investigação e futuras pesquisas deste campo; identificamos seis categorias para análise descritiva, referentes à temática mulheres, a destacar: Identidades, Saúde, Educação, Violência, Mulheres indígenas, Abuso sexual.

Ressaltamos que essas categorias de análise foram elaboradas a partir dos dados encontrados nas dissertações consideradas para a realização desta pesquisa.

5.1 Trabalhos defendidos por programas de pós-graduação – Temas diversos

Apresentaremos a seguir os dados referentes a porcentagem dos trabalhos defendidos em cada programa de pós graduação da UNIR.

Gráfico 1 - Quantidade de dissertações defendidas nos programas de pós-graduação



Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento nos textos selecionados no site da UNIR

Visualizando o gráfico número 1 percebemos que ao total foram defendidas 752 dissertações nos programas de pós-graduação da Unir entre os anos de 2002 a 2015, sobre as mais diversas áreas do conhecimento e temas.

No Programa de pós-graduação mestrado em História e estudos culturais (MHEC) não foram apresentadas nenhuma dissertação, pois a primeira turma iniciou as atividades o ano de 2014, tendo como previsão para a defesa das dissertações nos meses finais do ano de 2016.

Contabilizando menos de 10% do total de dissertações defendidas investigando diversas temáticas, estão os programas a destacar:

- Com 2% cada, estão os programas de pós-graduação Stricto Sensu mestrado em Ciências da Linguagem (MCL) com 18 trabalhos apresentados; e, o programa de pós-graduação mestrado em Educação Escolar (MEPE) com 13 trabalhos;
- Já os programas de pós-graduação Mestrado Profissional de Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) possui 22 dissertações defendidas e o mestrado em Letras possui 23 dissertações, equivalendo a 3% cada;
- 4% do total de trabalhos defendidos, está o Programa de pós-graduação mestrado em Ciências da Saúde, com 27 dissertações defendidas.
- O Programa de pós-graduação em Ciências Ambientais (PGCA) apresentou 6% do total dos trabalhos, equivalendo a 49 dissertações.

- Com 8% de trabalhos defendidos, está o Programa de pós-graduação em Educação (PPGE), equivalente a 64 dissertações.
- Com 9% de trabalhos defendidos, está o Mestrado em Estudos Literários (MEL), somando 68 dissertações.

E os trabalhos defendidos nos programas de Pós-graduação da UNIR com o percentual igual ou maior a 10% foram:

- Os programas de pós-graduação em Administração (PPGA) e o mestrado acadêmico em Psicologia (MAPSI) representam 10% dos trabalhos, equivalendo a 79 e 73 dissertações respectivamente.
- Com percentual de 13%, encontra-se o Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PGDRA) totalizando 97 dissertações.
- Somando o percentual de 14% está o Programa de pós-graduação em Biologia Experimental (PGBIOEXP), totalizando 107 dissertações.
- E com o percentual de 16% está o Programa de pós-graduação em Geografia (PPGG), totalizando 119 dissertações.

5.2 Programas de pós-graduação e a temática mulheres

No quadro abaixo, organizamos os programas de pós-graduação dentre os quais encontramos pesquisas que investigaram temas relacionados às mulheres.

Quadro 6 - Início das atividades dos Programas de Pós-graduação da UNIR

Sigla do Programa	Programa de Pós-graduação da UNIR
PGBIOEXP	Programa de Pós-Graduação em Biologia Experimental
PGDRA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
MAPSI	Programa de Pós-Graduação em Psicologia

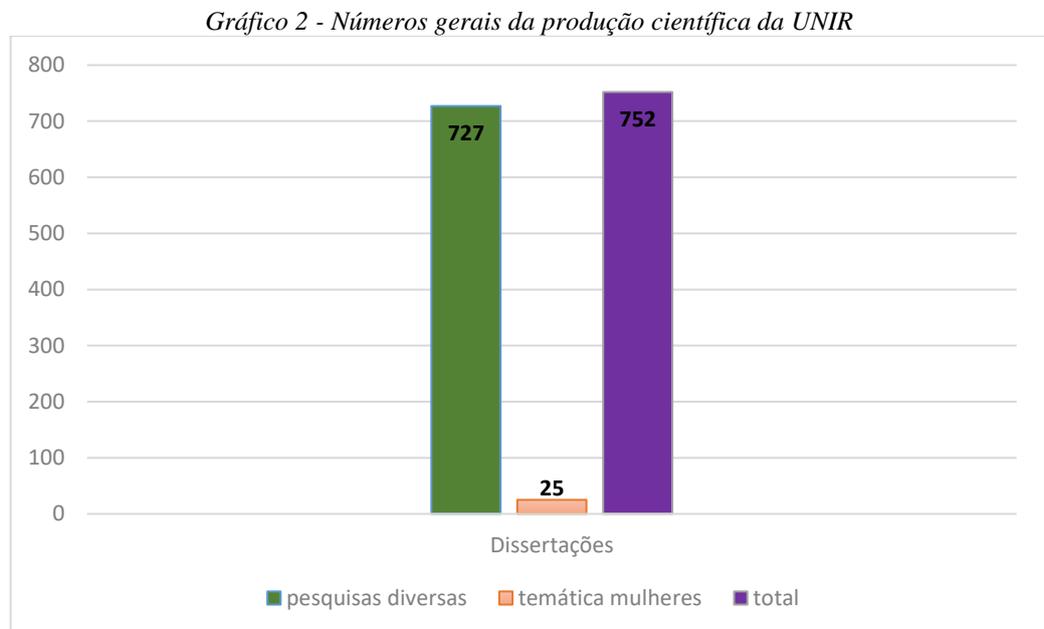
Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento no site da UNIR³¹

³¹ Acesso no site: <http://www.unir.br/?pag=submenu&id=325&titulo=Mestrado>

Como observamos no quadro 6, quatro programas de pós-graduação da UNIR realizaram pesquisas contemplando direta ou indiretamente a temática mulheres, a destacar: PGBIOEXP; PGDRA; PPGG e o MAPSI.

5.3 Porcentagem geral da produção científica da UNIR

Nesse gráfico, destacaremos o quantitativo geral dos trabalhos desenvolvidos na UNIR, sobre os mais diversos temas, além de citar também a quantidade geral dos que abordaram a temática mulheres nos programas de pós-graduação e suas respectivas porcentagens.



Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento nos textos selecionados no site da UNIR

Segundo o gráfico acima, com 752 dissertações defendidas, encontram-se nos programas de pós-graduação da UNIR, sendo que dentre eles, selecionamos 25 trabalhos cujo objeto de pesquisa relacionava-se com o tema mulheres, totalizando 3,32%.

5.4 Quadro geral da produção científica sobre mulheres da UNIR

No quadro abaixo, visualizaremos o total de trabalhos que contemplaram a temática mulheres nas investigações dos Programas de pós-graduação.

Quadro 7 - Quantidade de trabalhos encontrados, no período de 2004 a 2015 na UNIR

Ano	Dissertações	(%)
2004	-	-
2005	1	4,0%
2008	1	4,0%
2009	3	12,0%
2010	3	12,0%
2011	4	16,0%
2012	2	8,0%
2013	7	25,0%
2014	3	12,0%
2015	1	4,0%
Total	25	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento no site da UNIR <http://www.unir.br>

Como vimos no quadro 7, o quantitativo geral de trabalhos defendidos e organizados pelo ano, por contemplarem em suas análises a temática mulheres tanto nos Programas de Pós-graduação da Universidade.

No que diz respeito às dissertações defendidas, enfatizamos que o ano em que mais foram produzidas pesquisas relacionadas ao tema mulheres, foi o ano de 2013, totalizando 7 trabalhos. Nos demais anos, o índice não ultrapassou 10 trabalhos, a destacar: 2005 (1); 2008 (1); 2009 (3); 2010 (3); 2011 (4); 2012 (2); 2013 (7); 2014 (3) e 2015 (1).

5.5 Características dos trabalhos selecionados

O presente tópico objetiva disponibilizar as características principais dos trabalhos selecionados para a realização desta pesquisa, e neste caso, utilizamos apenas dissertações como fonte documental.

5.5.1 Características das dissertações selecionadas

O quadro abaixo nos apresenta algumas peculiaridades das 25 dissertações selecionadas e que foram defendidas na UNIR entre os anos de 2000 a 2015, cuja temática de investigação relacionou-se às mulheres. Elegemos para tanto algumas peculiaridades que

pensamos ser as mais importantes, assim como o eixo temático para uma posterior análise: 1) Ordem Numérica; 2) Ano; 3) Programa (Sigla); 4) Autoria; 5) Título; 6) Eixo Temático.

Quadro 8 - Características das dissertações selecionadas

Nº	Ano	Programa (Sigla)	Autoria	Título	Eixo temático
1	2006	PGDRA	Jeanne Lúcia Gadelha Freitas	Mulheres trabalhadoras no garimpo Rio madeira - RO: interfaces de vulnerabilidade ao HIV/Aids	Saúde
2	2008	PPGG	Telma Fortes Medeiros	Geografia e Gênero: Um estudo no contexto escolar	Educação
3	2009	PPGG	Marxlene Bezerra Vieira	Relações de poder e Gênero na gestão educacional	Educação
4	2009	PGDRA	Clícia Henriques de Souza	Violência homicida entre casais em Porto Velho -RO: questões de gênero e desenvolvimento	Violência
5	2009	PGDRA	Mariangela Aloise Onofre	Gênero, violência e política pública de desenvolvimento: aplicação da lei Maria da Penha em Porto Velho.	Violência
6	2010	PGDRA	Lady Day Pereira de Souza	Mulheres indígenas em Porto Velho: relações sociais de gênero, situações de desenvolvimento e políticas públicas	Mulheres indígenas
7	2010	PPGG	Gabrielle Pellucio	Há homens que têm patroa. Há homens que têm mulher. E há mulheres que escolhem o que querem ser: Perspectiva de Gênero na Geografia	Educação
8	2010	PGBIOE XP	Fábio Gabriel Silva	Análise de Micronúcleos em Células Esfoliadas do Colo Uterino de Mulheres Portadoras de DST's e outros Fatores de Risco para o Desenvolvimento- de Câncer Cervical	Saúde
9	2011	PGDRA	Joelma Sampaio do Nascimento	A rede de enfrentamento à violência contra a mulher: a vulnerabilidade e o desenvolvimento no município de Porto Velho	Violência
10	2011	MAPSI	Ana Carolina Gomes Teixeira	Amor e dor: Violência na vida conjugal de uma mulher	Violência
11	2011	MAPSI	Vânia Damasceno Costa	Experiências de mulheres da Amazônia com a Hanseníase	Saúde
12	2011	MAPSI	Daniella de Souza e Pereira	Maternidade e subjetividade feminina no cuidado à pessoa com	Identidade

				esquizofrenia: um estudo junguiano	
13	2012	MAPSI	Patrícia Rafaela de Morais Honorato	Um descaso na loucura: um estudo Psicanalítico sobre as relações amorosas e a sexualidade na Psicose	Saúde
14	2012	MAPSI	Denise Teodoro Sampaio	O mal-estar no trabalho de professoras das Séries Iniciais do Ensino Fundamental de Porto Velho	Educação
15	2013	MAPSI	Adegemauro de Brito Faria	A sexualidade no discurso de adolescentes: Um estudo numa escola pública de Porto Velho/RO	Identidade
16	2013	MAPSI	Locimar Massalai	Entre tramas, laços e nós: Um olhar sobre a prática de Orientadoras educacionais	Educação
17	2013	MAPSI	Edna Mônica da Silva Wobeto	O feminino e a violência numa perspectiva Psicanalítica	Saúde
18	2013	MAPSI	Keila Renata de Brito Frederichi	Aspectos subjetivos de adolescentes do sexo feminino que vivem em um abrigo de Rondônia	Identidade
19	2013	MAPSI	Maria Liliane Gomes dos Santos	Os sintomas e hematomas de amor: relatos de mulheres sobre a violência doméstica	Violência
20	2013	MAPSI	Clara Miranda Santos	Vidas antes e depois do HIV: relatos a partir dos 50 anos	Saúde
21	2013	PPGG	Luciane Gomes Lopes	Vivência espacial das mulheres Ribeirinhas: Os espaços paradoxais do distrito de Nazaré	Identidade
22	2014	MAPSI	Halanderson Raymisson da Silva Pereira	Os desdobramentos do feminino na maternidade: uma escuta psicanalítica de mulheres que tiveram seus filhos (as) acolhidos (as) institucionalmente.	Identidade
23	2014	PPGG	Maria Ivanilse Calderon Ribeiro	Geotecnologias, Geografia e crime: espacialização da violência doméstica contra a mulher na área urbana de Porto Velho – Rondônia	Violência
24	2014	PPGG	Telma Ferreira da Silva	Geografia e Gênero no assentamento rural Joana D'arc III: Um lugar às margens da Estrada	Identidade
25	2015	MAPSI	Lyerka Kallyane Ramos Fernandes	As vivências maternas no abuso sexual intrafamiliar de meninas acolhidas intitucionalmente em Porto Velho - RO	Abuso sexual

Fonte: Elaboração da autora a partir do levantamento das pesquisas no site da UNIR

Podemos observar que as pesquisas referentes a mulheres realizados pelos estudantes vinculados aos programas de pós-graduação da UNIR iniciaram timidamente no ano de 2006, no PGDRA, com um trabalho voltado a saúde de mulheres ribeirinhas.

Passaram-se dois anos sem que houvesse uma dissertação contemplando o tema e somente no ano de 2008 a temática é novamente contemplada em uma pesquisa no PPGG, cujo objeto de estudo é a Geografia e gênero num contexto escolar.

A partir do ano de 2009 percebe-se um aumento nas produções contemplando a temática mulheres, pois encontramos 3 trabalhos, sendo um pertencente ao PPGG e 2 do PGDRA. O trabalho vinculado ao PPGG focou sua investigação nas relações de poder e de gênero no campo da gestão educacional.

Já os outros dois trabalhos encontrados, ambos pertencentes ao programa PGDRA retratam e analisam a relação entre violência e gênero, já que o primeiro analisa a violência homicida entre casais, e o segundo analisa a aplicabilidade da lei Maria da Penha. O foco temático, portanto, envolvendo mulheres nas pesquisas realizadas neste ano foram educação e violência.

Investigando as dissertações defendidas no período de 2010, encontramos 3 trabalhos nos programas: PGDRA, PPGG e PGBIOEXP. O trabalho apresentado no PGDRA discutiu as políticas públicas para as mulheres indígenas que moram na cidade de Porto Velho, Rondônia. Já o texto apresentado no programa PPGG debruçou-se em analisar qual a perspectiva de gênero na Geografia. Finalizando a descrição dos trabalhos encontrados no ano de 2010, citamos a dissertação defendida no PGBIOEXP que pesquisou células esfoliadas do colo uterino de mulheres portadoras de DST's relacionando a outros fatores de risco para o desenvolvimento de câncer cervical.

Em relação ao levantamento de dados do período de 2011 foram encontrados 4 trabalhos, sendo um do PGDRA que analisou a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e três do MAPSI, tendo como foco de análise respectivamente violência na vida conjugal de uma mulher; mulheres e a hanseníase; e por fim o papel da mãe de pessoa com esquizofrenia.

Dando sequência na análise dos trabalhos defendidos por ano, foram localizados no ano de 2012 2 trabalhos, sendo ambos do MAPSI. O primeiro contemplou as relações amorosas, sexuais e a psicose e o segundo problematizou o mal-estar de professoras no Séries Iniciais do Ensino Fundamental de Porto Velho.

O ano de 2013 sem dúvida foi o que mais se produziu trabalhos que discutiram a temática mulheres nos programas de pós-graduação da UNIR, totalizando 7 trabalhos, cuja predominância esteve no MAPSI, com seis trabalhos defendidos e um trabalho defendido no PPGG.

Dessa maneira, descrevemos primeiramente os trabalhos encontrados no MAPSI:

1) o primeiro trabalho diz respeito as práticas de orientadoras educacionais; 2) O segundo, contemplou a relação entre o feminino e a violência numa perspectiva Psicanalítica; 3) O terceiro buscou investigar os aspectos subjetivos de adolescentes do sexo feminino que vivem em um abrigo de Rondônia; 4) O quarto trabalho encontrado investigou a violência doméstica sofrida por mulheres, através de análise de seus relatos; 5) O quinto trabalho ouviu e analisou relatos de mulheres com HIV depois dos 50 anos; 6) O sexto trabalho questionou qual a vivência espacial das mulheres Ribeirinhas. Já no PPGG foi encontrado um trabalho que contemplou o tema: Vivência espacial das mulheres Ribeirinhas.

Uma dissertação foi defendida no ano de 2014, sendo esta integrante do PPGG e contemplou o tema Geografia e Gênero no assentamento rural.

Por fim, no período de 2015 foi defendida uma dissertação no MAPSI, cujo objeto de estudo foi analisar as vivências maternas no abuso sexual intrafamiliar de meninas acolhidas institucionalmente em Porto Velho.

5.5.2 Eixo temático - dissertações

Contemplaremos aqui quais foram os eixos temáticos abordados nas dissertações selecionadas para a realização da análise descritiva.

Quadro 9 - Eixo temático dos trabalhos por ano

Ano/Eixo Temático	Saúde	Educação	Violência	Mulheres Indígenas	Identidade	Abuso sexual
2015	-	-	-	-	-	1
2014	-	-	1	-	2	-
2013	2	1	1	-	3	-
2012	1	1	-	-	-	-
2011	1	-	2	-	1	-
2010	1	1	-	1	-	-
2009	-	1	2	-	-	-
2008	-	1	-	-	-	-
2006	1	-	-	-	-	-
Total	6	5	6	1	6	1

Fonte: Elaboração da autora a partir do levantamento das pesquisas no site da UNIR³²

Podemos visualizar no quadro 9 que os trabalhos sobre mulheres se subdividiram em **6** eixos temáticos diferenciados, relacionados a mulheres, 1) saúde (6 trabalhos); 2) educação (5 trabalhos); violência (6 trabalhos); mulheres indígenas (1 trabalho); identidade (6 trabalhos); abuso sexual (1 trabalho), vejamos:

1. Saúde - em 2006 esteve representado por um trabalho voltado a saúde de mulheres ribeirinhas. Em 2010, foi encontrado 1 trabalho que discutiu as células e o câncer cervical nas mulheres. Em 2011 foi encontrado um trabalho que investigou a vida de mulheres e a hanseníase. Em 2012, foi encontrado um texto contemplando as relações amorosas, sexuais e a psicose. Em 2013 foram encontrados 2 trabalhos, sendo um responsável em analisar o feminino e a violência na perspectiva Psicanalítica; já o outro dedicou-se em descrever os relatos de mulheres com HIV.

2. Educação - Nos anos de 2008, 2009, 2010, 2012, 2013 foram encontrados 1 trabalho em cada, totalizando 5 trabalhos.

3. Violência – Sobre este eixo temático encontramos nos anos de 2009 2 trabalhos; 2011 2 trabalhos, no ano de 2013 1 trabalho e no ano de 2014 um trabalho.

4. Mulheres indígenas – Foi encontrado no ano de 2010 1 trabalho contemplando esse eixo temático.

5. Identidade – Encontramos no ano de 2011, 1 trabalho sobre este eixo temático; no ano de 2013, 3 trabalhos e em 2014, 1 trabalho.

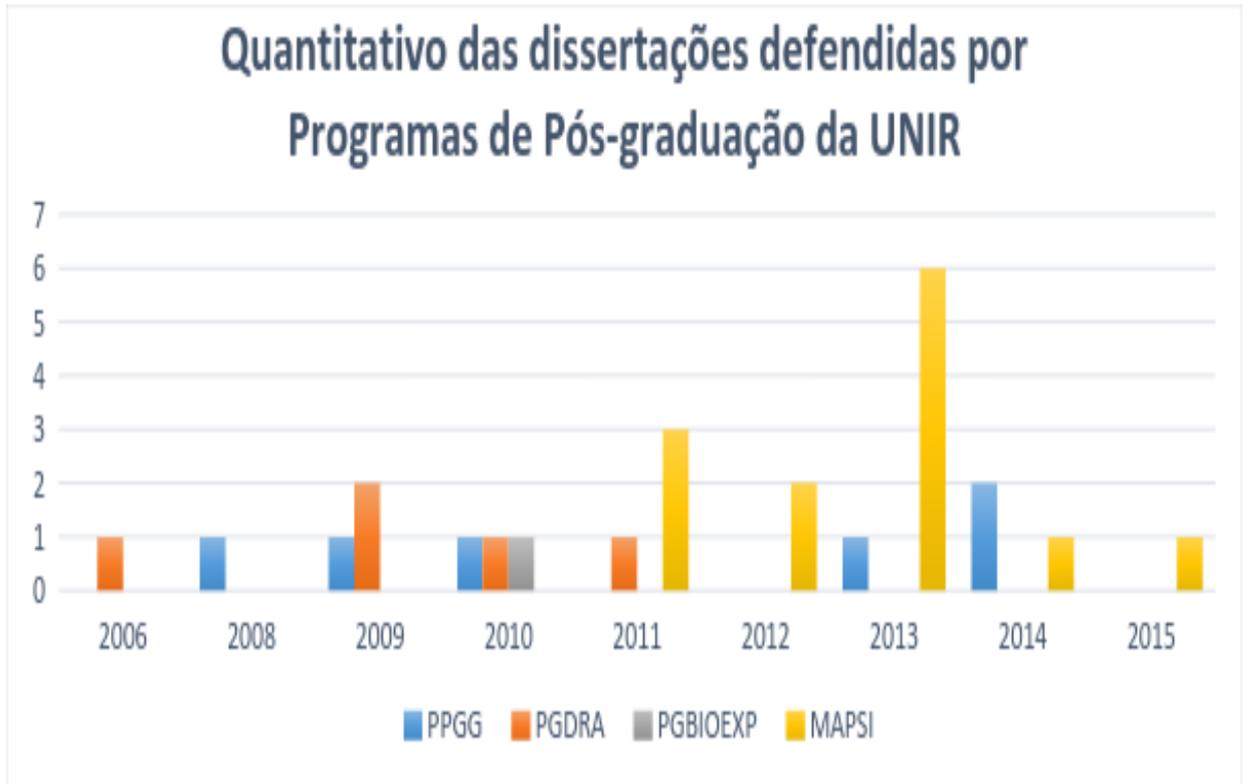
6. Abuso sexual – Acerca deste eixo temático, localizamos em 2015 1 trabalho.

5.5.3 Programas de pós-graduação e quantitativo de dissertações apresentadas

Apontaremos aqui os quantitativos das dissertações defendidas em cada programa de pós-graduação da Unir que contemplaram a temática mulheres.

Gráfico 3 - Total de dissertações defendidas em cada Programa de Pós-graduação da UNIR

³²Nos anos em que não houveram trabalhos cuja temática contemplasse mulheres, optamos em preencher com – para sinalizar tal ausência.



Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento nos textos selecionados no site da UNIR

Conforme observamos no gráfico 3, a predominância de trabalhos cuja temática contemplada foi mulheres na Unir se deu no Programa de pós-graduação em Psicologia – MAPSI, totalizando 13 trabalhos, entre os anos de 2011 (3 trabalhos); 2012 (2 trabalhos); 2013 (6 trabalhos); 2014 (1 trabalho) e 2015 (1 trabalho).

Em segundo lugar, ficou o Programa de pós-graduação em Geografia – PPGG, com 6 trabalhos, entre os anos de 2008 (1 trabalho); 2009 (1 trabalho); 2010 (1 trabalho); 2013 (1 trabalho) e em 2014 (2 trabalhos).

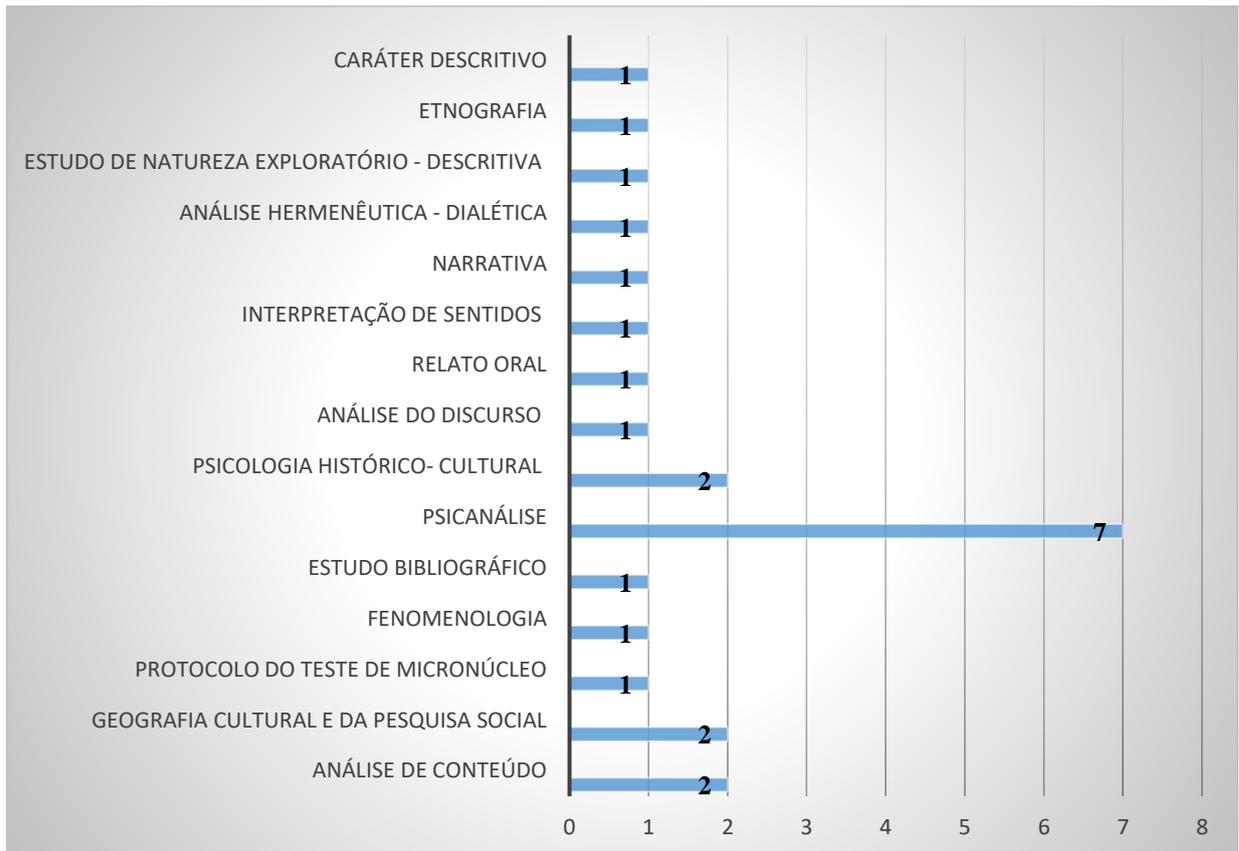
Em terceiro lugar, ficou o Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, com 5 trabalhos defendidos, entre os anos de 2006 (1 trabalho); 2009 (2 trabalhos); 2010 (1 trabalho); 2011 (1 trabalho).

E o último programa de pós-graduação que contemplou a temática mulheres em uma pesquisa defendida no ano de 2010 foi o Programa de Biologia Experimental.

5.6 Referencial utilizado nas dissertações sobre mulheres

Destacaremos aqui quais referenciais foram utilizados nas dissertações selecionadas e analisadas por esta pesquisa.

Gráfico 4 - Referencial utilizado nas dissertações



Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento nos textos selecionados no site da UNIR

A análise de conteúdo foi citada como referencial teórico utilizado em dois trabalhos do PPGG, defendidos nos anos de 2008 e 2012.

Um trabalho em cada ano do PPGG (2009, 2010 e 2014) utilizaram como referencial teórico a Geografia cultural e a pesquisa social.

O Referencial conhecido como fenomenologia foi utilizado no ano de 2013 em uma pesquisa no PPGG.

No ano de 2014, no PPGG foi utilizado em uma pesquisa como referencial teórico o estudo bibliográfico.

O referencial teórico intitulado Psicologia Histórico-cultural foi utilizado em dois trabalhos no ano de 2013 no MAPSI.

O relato oral foi utilizado em uma pesquisa no ano de 2013 do MAPSI.

A interpretação dos sentidos compreendida como referencial teórico foi utilizada em uma pesquisa no ano de 2015 no MAPSI.

A Psicanálise foi citada como referencial teórico em 7 trabalhos do MAPSI, a destacar: 2011 (1); 2012 (1); 2013 (3) e 2014 (1).

A narrativa foi citada em um trabalho do MAPSI no ano de 2011 como referencial teórico de pesquisa.

O referencial conhecido como protocolo do teste de micronúcleo foi utilizado em uma pesquisa no ano de 2010 no PGDRA.

A análise hermenêutica-dialética foi citada em um trabalho no ano de 2006, no PPGG.

Em 2009, foi utilizado o referencial da perspectiva teórica da Escola Sociológica Francesa no PPGG.

A etnografia foi citada como referencial teórico em uma pesquisa do ano de 2010 do PPGG.

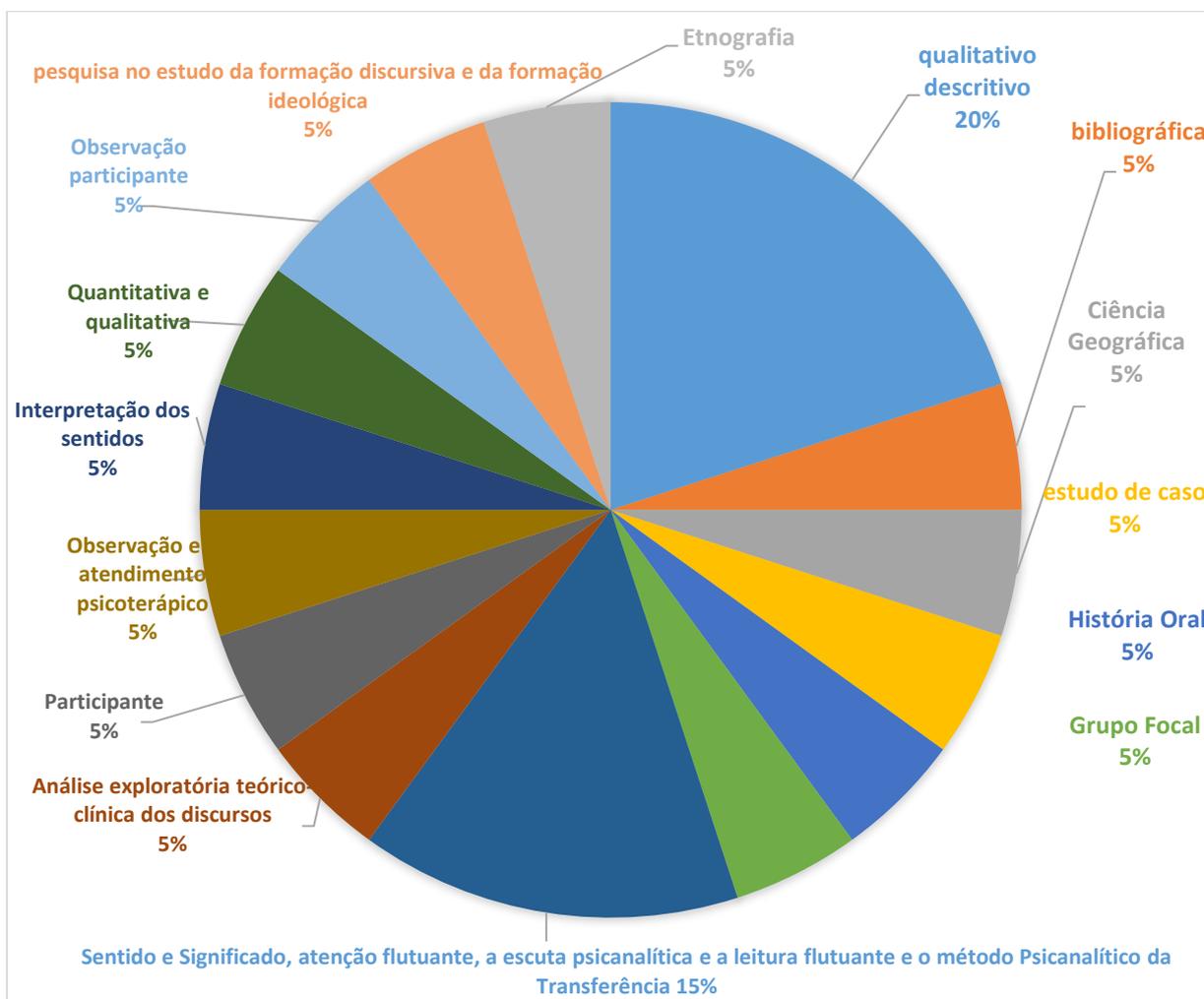
O estudo de natureza exploratório-descritiva foi utilizado em uma dissertação defendida no ano de 2011 no PPGG.

No ano de 2009, no PPGG o referencial teórico de caráter descritivo é citado em um trabalho.

5.7 Método utilizado nas pesquisas – dissertações

Apontaremos os métodos citados por seus/as respectivos/as autores/as nas dissertações selecionadas que contemplaram a temática mulheres e que foram utilizadas nesta pesquisa, dos programas de Pós-graduação a destacar: Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGG; Programa de Pós-graduação de Psicologia – MAPSI; Programa de Pós-graduação em Biologia Experimental – PGBIOEXP e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA.

Gráfico 5 - Método de Pesquisa das dissertações



Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento nos textos selecionados no site da UNIR

O método de pesquisa nomeado de *qualitativo descritivo* foi utilizado em quatro dissertações do PPGG nos anos 2008, 2009, 2010, 2013; e em três dissertações do MAPSI, uma de 2012 e duas de 2013. No PGDRA, duas dissertações dos anos de 2009 e 2011 utilizaram este método de pesquisa, totalizando 20%.

Já a *pesquisa bibliográfica*, foi utilizada em uma pesquisa no PPGG, no ano de 2014, somando 5%.

E o método nomeado como *Ciência Geográfica* foi utilizada em uma dissertação defendida no PPGG no ano de 2014, equivalendo a 5%.

A abordagem qualitativa *Estudo de Caso* foi utilizada como referencial em uma dissertação defendida no MAPSI no ano de 2011, equivalendo a 5%.

Em uma pesquisa do MAPSI no ano de 2011, A abordagem qualitativa História Oral

O método intitulado *técnica de Grupo Focal* foi utilizado em uma dissertação defendida no MAPSI no ano de 2013 equivalendo a 5%.

Nos anos de 2011, 2013 e 2014 foram utilizados cinco tipos de métodos distintos em três dissertações do MAPSI a destacar: o *Sentido e Significado, atenção flutuante, a escuta psicanalítica e a leitura flutuante e o método Psicanalítico da Transferência* equivalendo a 15%.

O nome *análise exploratória teórico-clínica dos discursos* foi utilizada como método em uma dissertação do MAPSI no ano de 2012, equivalendo a 5%.

O método de pesquisa chamada *qualitativa do tipo participante* foi utilizado em uma dissertação defendida no ano de 2013, equivalendo a 5%.

A *observação e o atendimento psicoterápico* foram citados como método de pesquisa em uma dissertação defendida no ano de 2013 no MAPSI, equivalendo a 5%.

No ano de 2015 no MAPSI foi defendida uma dissertação que utilizou o método qualitativo através da *interpretação de sentidos* para a realização da pesquisa, equivalendo a 5%.

Foi utilizado como método em uma dissertação defendida no PGBIOEXP no ano de 2010 pesquisa denominada *quantitativa e qualitativa*, equivalendo a 5%.

No PGDRA, em 2006 foi apresentada uma dissertação cujo método era a *observação participante*, equivalendo a 5%.

No ano de 2009 o método chamado *pesquisa no estudo da formação discursiva e da formação ideológica* foi utilizado em uma dissertação do PGDRA, equivalendo a 5%.

No PGDRA em 2010, foi encontrado um trabalho que utilizou a *etnografia* como método de pesquisa, equivalendo a 5%.

5.8 Autoria de mulheres nas dissertações

Pontuaremos no quadro 10 o quantitativo de pesquisadoras mulheres que defenderam suas dissertações nos Programas de Pós-graduação da UNIR até o ano de 2015.

Quadro 10 - Pesquisas feitas por mulheres sobre mulheres

Pesquisadoras mulheres					
Ano	PPGG	PGDRA	PGBIOEXP	MAPSI	Total por ano
2015	-	-	-	1	1
2014	2	-	-	-	2
2013	1	-	-	4	5
2012	-	-	-	2	2
2011	-	1	-	3	4
2010	1	1	-	-	2
2009	1	2	-	-	3
2008	1	-	-	-	1
2006	-	1	-	-	1
Total por Programa	6	5	0	10	21

Fonte: Elaboração da autora a partir do levantamento das pesquisas no site da UNIR

Conforme observamos no quadro 10, o número de mulheres que escrevem sobre mulheres é superior ao número dos homens, já que de um total de 25 dissertações selecionadas, 21 são de autoria de mulheres.

Podemos evidenciar que o período onde mais se teve trabalhos de autoria de mulheres foi o ano de 2013, com 5 trabalhos, sendo 1 no PPGG e 4 no MAPSI.

Já no ano de 2011, foram 4 trabalhos, sendo 1 no PGDRA e 3 no MAPSI.

Totalizando 3 trabalhos, sendo 1 no PPGG e 2 no PGDRA aparece o ano de 2009.

Com 2 trabalhos cada, estão o ano de 2014, 2012 e 2010 respectivamente. Em 2014 foram 2 trabalhos no PPGG. No ano de 2012 foram 2 trabalhos no MAPSI. Os anos de 2006, 2008 e 2015 foram encontrados 1 trabalho respectivamente a destacar: 1) 2006 PGDRA; 2) 2008 PPGG e 3) 2015 MAPSI.

Em relação ao total de trabalhos defendidos por cada Programa de Pós-graduação, temos os seguintes dados: o PPGG com 6 trabalhos; o PGDRA com 5; MAPSI com 10 trabalhos apresentados entre os anos de 2006 a 2015.

Os demais trabalhos foram escritos por homens, totalizando 25 trabalhos.

5.9 Orientação de professoras nos trabalhos sobre mulheres - dissertações

Quadro 11 – Orientação de professoras nos trabalhos sobre mulheres nas dissertações por Programa e por ano

Orientadoras mulheres					
Ano	PPGG	PGDRA	PGBIOEXP	MAPSI	Total por ano
2015	-	-	-	-	-
2014	2	-	-	1	3
2013	1	-	-	4	5
2012	-	-	-	1	1
2011	-	1	-	2	3
2010	1	1	1	-	3
2009	1	2	-	-	3
2008	1	-	-	-	1
2006	-	-	-	-	-
Total por Programa	6	4	1	8	19

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento nos textos selecionados no site da UNIR

Conforme observamos no quadro 11, o número de mulheres que orientaram trabalhos sobre mulheres é superior ao número dos homens, já que de um total de 25 dissertações que contemplaram a temática, 19 foram orientadas por mulheres.

Podemos evidenciar que o período que mais recebeu orientação por parte de professoras mulheres, foi o ano de 2013, com 5 trabalhos, sendo 1 no PPGG e 4 no MAPSI.

Com três cuja orientação foi de professoras mulheres estão os anos de 2014, sendo 2 no PPGG e 1 no MAPSI; 2011 sendo 2 no PGDRA e 1 no MAPSI ; 2010 sendo 1 no PPGG; 1 no PGDRA e 1 no PGBIOEXP e no ano de 2009 sendo 1 no PPGG e 2 no PGDRA. Os anos de 2008 e 2012 tiveram apenas 1 trabalho cada, orientado por professoras mulheres, dos quais fazem parte do PPGG e do MAPSI.

Ademais, 6 trabalhos foram orientados por professores homens durante o período citado, totalizando 25 trabalhos que contemplaram a temática mulheres.

6 Apanhado geral sobre orientadores/as

Organizamos no quadro abaixo um apanhado geral contendo informações sobre orientação das dissertações selecionadas nos programas de pós-graduação da Unir e que contemplaram a temática mulheres.

Quadro 12 – Apanhado geral sobre orientadores/as

Orientador/a	Programa	Ano
Dra. Francisca Luz Dias	PGBIOEXP	2010
Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril	MAPSI	2011
Dr. José Juliano Cedaro	MAPSI	2011
Dra. Melissa Andréa Vieira de Medeiros	MAPSI	2011
Dr. Luís Alberto Lourenço de Matos	MAPSI	2012
Dr. Luís Alberto Lourenço de Matos	MAPSI	2012
Dra. Neusa dos Santos Tezzari	MAPSI	2012
Dra. Neusa dos Santos Tezzari	MAPSI	2013
Dra. Melissa Andréa Vieira de Medeiros	MAPSI	2013
Dra. Melissa Andréa Vieira de Medeiros	MAPSI	2013
Dra. Melissa Andréa Vieira de Medeiros	MAPSI	2013
Dr. Luís Alberto Lourenço de Matos	MAPSI	2013
Dra. Melissa Andréa Vieira de Medeiros	MAPSI	2014
Dr. Paulo Renato Vitória Calheiros	MAPSI	2015
Dr. Ari Miguel Teixeira Ott	PGDRA	2006
Dra. Arneide Bandeira Cemin	PGDRA	2009
Dra. Arneide Bandeira Cemin	PGDRA	2009
Dra. Arneide Bandeira Cemin	PGDRA	2010
Dra. Arneide Bandeira Cemin	PGDRA	2011
Dra. Maria das Graças S. Nascimento Silva	PPGG	2008
Dra. Maria das Graças S. Nascimento Silva	PPGG	2009
Dra. Maria das Graças S. Nascimento Silva	PPGG	2010
Dra. Maria das Graças S. Nascimento Silva	PPGG	2013
Dra. Maria das Graças S. Nascimento Silva	PPGG	2014
Dra. Maria das Graças S. Nascimento Silva	PPGG	2014

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento nos textos selecionados no site da UNIR

Podemos observar no quadro acima que a professora com maior número de orientações de dissertações cujas temáticas contemplaram discussões sobre mulheres, foi a professora doutora Maria das Graças S. Nascimento Silva do PPGG, totalizando 6 trabalhos.

Já a professora do MAPSI doutora Melissa Andréa Vieira de Medeiros orientou 5 trabalhos.

Responsável por orientar 4 trabalhos aparece a professora do PGDRA doutora Arneide Bandeira Cemin.

A representante do MAPSI responsável por orientar 2 trabalhos foi a professora doutora Neusa dos Santos Tezzari.

E com 1 trabalho orientado cada estão as professoras doutoras Maria Ivonete Barbosa Tamboril do MAPSI e Francisca Luz Dias do PGBIOEXP.

Os demais trabalhos receberam orientação de professores homens.

6.1 Orientação de professoras nos trabalhos sobre mulheres nas dissertações

No quadro abaixo, organizamos as informações referentes a orientações realizadas individualmente pelas professoras de cada programa de pós-graduação da UNIR, especificando o nome das professoras, a qual programa estão vinculadas, o total de orientações e o ano de orientação.

Quadro 13 – Orientação de professoras nos trabalhos sobre mulheres nas dissertações

Orientador/a	Programa	Total de Orientações	Ano da orientação
Dra. Francisca Luz Dias	PGBIOEXP	1	2010
Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril	MAPSI	1	2011
Dra. Melissa Andréa Vieira de Medeiros	MAPSI	5	2011 2013 2014
Dra. Arneide Bandeira Cemin	PGDRA	4	2009 2010 2011
Dra. Maria das Graças S. Nascimento Silva	PPGG	6	2008 2009 2010 2013 2014
Dra. Neusa dos Santos Tezzari	MAPSI	2	2012 2013

Fonte: Elaboração da autora a partir do levantamento das pesquisas no site da UNIR

Então, iniciamos a explicação do quadro 13, destacando as informações referentes a professora doutora Francisca Luz Dias, vinculada ao PGBIOEXP e que orientou 1 trabalho no ano de 2010.

Dando continuidade, também com 1 trabalho orientado no ano de 2011, está a professora doutora Maria Ivonete Barbosa Tamboril, vinculada ao MAPSI.

Com 5 trabalhos orientados entre os anos de 2011 a 2014, destacamos a atuação da professora do MAPSI doutora Melissa Andréa Vieira de Medeiros. No ano de 2011 ela orientou 1 trabalho; no ano de 2013 orientou 3 trabalhos e no ano de 2014 orientou 1 trabalho.

Já a professora doutora Arneide Bandeira Cemin, vinculada ao PGDRA orientou 4 trabalhos divididos entre os anos de 2009 a 2011, sendo que, no ano de 2009 foram 2 trabalhos e nos anos de 2010 e 2011 respectivamente 1 trabalho orientado.

E com 6 trabalhos orientados está a professora doutora Maria das Graças S. Nascimento Silva vinculada ao PPGG divididos entre o período de 2008 a 2014. Nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2013 respectivamente foram orientados 1 trabalho. Já no ano de 2014 foram 2 trabalhos.

Com 2 trabalhos orientados, sendo 1 por cada ano de 2012 e 2013, está a professora doutora vinculada ao MAPSI Neusa dos Santos Tezzari.

Ressaltamos que os trabalhos utilizados para a realização desta pesquisa foram os disponibilizados no site institucional da Universidade e que, alguns infelizmente não estavam disponíveis no período da pesquisa, portanto, não fazem parte do presente trabalho, tampouco dos dados e das análises.

6.2 Gênero como categoria relacional

Nesta subseção abordamos a compreensão de gênero como categoria relacional pautada em Joan Scott, afinal refletir, problematizar e argumentar sobre gênero é auxiliar na desnaturalização e desconstrução das construções sociais que forjaram a compreensão sobre o feminino e o masculino, impondo papéis e engessando condutas.

Sobre isso, Joan Scott publicou dentre várias obras, em especial a que nos auxiliou na compreensão de como os sujeitos sejam eles homens ou mulheres se relacionam entre si, recorreremos a obra intitulada Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.

Neste artigo, Scott (1995) aborda que as características atribuídas aos sujeitos e compreendidas como qualidades inatas, na verdade são construções sociais enraizadas na cultura e alicerçadas em bases dicotômicas, imperando o poder do patriarcado determinante na divisão dos papéis de gênero.

Na prática, as ações das pessoas a partir dessa compreensão hierarquizada, se materializam de maneira engessada e sexista. De sorte que o papel da mulher estaria atrelado às funções reprodutivas, ao cuidado e ao zelo de suas famílias. Já os papéis determinados aos homens, estariam atrelados ao universo público e de prover sustento financeiro as suas famílias.

Scott explica em uma entrevista realizada no ano de 2013 e publicada na revista *Mandrágora* que gênero ainda é uma categoria útil e de análise por se tratar de uma norma reguladora que nunca funciona plenamente; e, propõe alguns questionamentos para reflexão, tais como: na impossibilidade de dizer o que as diferenças físicas entre os sexos significam, como as sociedades impõem significados e ainda, como os indivíduos se imaginam, não se enquadrando nessas categorias? Sintetizando, o gênero para Scott é um conjunto de perguntas sobre como as diferenças sexuais estão sendo definidas e compreendidas entre as pessoas e quais as consequências na vida prática destas pessoas.

No que se refere a produção científica que inclua a discussão sobre questões de gênero, na opinião dela, alguns historiadores já incluem essas questões em seus questionamentos e produções. Entretanto, Scott aponta que é um avanço existir uma maior consciência sobre gênero entre historiadores comparado a 20 ou 30 anos atrás, mesmo que em seus trabalhos apareçam perguntas e respostas das quais as feministas discordariam.

Ao ser questionada sobre o posicionamento de alguns setores do movimento feminista do Brasil, que consideram a categoria gênero incapaz de desconstruir as desiguais relações sociais de sexo ao apenas compreender e analisar essas relações, julgando como insuficientes no combate ao androcentrismo e ao patriarcalismo, rejeitando dessa maneira a categoria gênero como possibilidade de resgate e inclusão de mulheres como sujeitos históricos, Scott responde que devemos perceber as mulheres como sujeitos históricos e incluí-las na história ao questionarmos de que maneira os papéis e características de mulheres e homens estão sendo definidos. E completa, pensar a história das mulheres, incluindo a análise de gênero não as tornam vítimas das mazelas sociais sofridas ao longo dos séculos, já que devemos compreender o gênero e utilizá-lo como uma ferramenta crítica que expõe não apenas o fato da existência da presença de mulheres na história, mas também,

revelar quais foram as razões que deram invisibilidade e marginalizaram a presença destas mulheres na política e na vida pública, visto que:

Posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma voz teórica própria; elas também encontraram aliados/as acadêmicos políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica. (SCOTT, 1995, p. 85).

Então, Scott (1995) enfatiza que a compreensão de gênero como uma categoria analítica só se deu no final do século XX e é a partir dela que ocorrerá a emancipação e o fortalecimento do movimento.

6.3 Saúde

A saúde da mulher é um tema recorrente de pesquisas das áreas médicas e biológicas.

No artigo “Saúde da mulher na imprensa brasileira: análise da qualidade científica nas revistas semanais”, publicada no ano de 2009 por Oliveira et al, cujo objetivo é o de avaliar a qualidade científica de textos informativos sobre a saúde da mulher em revistas de circulação nacional e descrever os temas abordados (2009, p. 7), foi detectado o seguinte dado: as mulheres vivem e sofrem mais que os homens e, por isso utilizam frequentemente os serviços médicos.

Após concluir sua pesquisa, Oliveira et al (2009) aponta os temas mais abordados nas revistas de circulação nacional: aborto, histerectomia, tecnologias reprodutivas, menstruação, menopausa, sexualidade, beleza, estética e fitness.

Sobre os conteúdos encontrados nas revistas, os mais abordados foram: 1) saúde reprodutiva; 2) beleza e estética; 3) temas de saúde geral; 4) sexualidade; 5) prevenção de riscos e cuidados; 6) políticas e direitos à saúde; 7) menopausa; 8) violência e 9) saúde mental.

Apesar de muitos temas serem abordados nas revistas, ficou explicitado a existência de algumas lacunas nas principais revistas femininas brasileiras, já que o enfoque dos artigos se deu em temas superficiais sobre mulheres.

Ademais, apesar dos conteúdos abordados nas revistas fazerem parte da temática saúde da mulher, o mais recorrente está relacionado à estética, conforme citação (OLIVEIRA, et al. 2009, p. 13):

Para as mulheres, a beleza é um dever cultural e, atualmente, o discurso é que ela pode ser bela se quiser, basta se esforçar (comprar, consumir, imitar, malhar

e até se mutilar), reproduzindo a beleza como uma questão de escolha e vontade (NOVAES E VILHENA, 2003).

Isso se dá, segundo a autora por conta do apelo discursivo do ideal de beleza feminina, cujo intuito é o de reforçar e estimular o consumismo.

Podemos identificar que este tema também atrai o interesse da Psicologia, conforme detectamos nos dados das dissertações. Sobre isso, encontramos 6 trabalhos que abordaram esse tema.

O primeiro trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “**Mulheres trabalhadoras no garimpo Rio madeira - RO: interfaces de vulnerabilidade ao HIV/Aids**”, escrito por Jeanne Lúcia Gadelha Freitas, no ano de 2006, pertencente ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA). O objetivo deste trabalho foi o de pensar a vulnerabilidade feminina ao HIV/Aids no cenário do garimpo, partindo da realidade do “ouvir e olhar”. (FREITAS, 2006. p. 59).

Neste sentido, Freitas (2006) explicita suas motivações em realizar a pesquisa abordando a temática saúde de mulheres ribeirinhas ao compreender que essa população se encontra em vulnerabilidade social “e individualmente ao HIV/Aids tendo como pano de fundo a dinâmica da feminização, interiorização e pauperização da epidemia de Aids no âmbito e na diversidade dos espaços amazônicos”. (p. 63).

Para tanto, Freitas (2006, p. 63) cita as características potenciais de vulnerabilidade social:

i) a localização, distribuição e mobilidade das dragas dificultam o acesso de/aos serviços de saúde; ii) a segregação de pequenos grupos por longos períodos, em uma espécie de *big brother* às avessas, posto que ninguém os assiste; iii) inserção e proximidade às populações ribeirinhas, que também estão excluídas do acesso à serviços de promoção, proteção e assistência às DST/HIV/AIDS; iv) precariedade de relações de trabalho, já que a atividade é clandestina e, portanto, dragueiros, operadores e cozinheiras, em especial estes dois últimos, vivem na mais absoluta informalidade jurídica e invisibilidade social.

No que tange a vulnerabilidade, Duarte; Parada; Souza (2014, p. 2) destacam em seu artigo “Vulnerabilidade de mulheres vivendo com HIV/Aids” a complexidade de conceituar o termo, e ainda, explicitam as dimensões analíticas: 1) individual; 2) social e 3) programática ou institucional:

Do ponto de vista individual, envolve aspectos relacionados a características biológicas, pessoais, percepção de risco, atitudes para a autoproteção e habilidade de negociação, entre outros, que implicam em exposição e suscetibilidade a determinado agravo. A vulnerabilidade social se refere à estrutura econômica, políticas públicas de saúde e educação, cultura, ideologia e relações de gênero e a programática às políticas públicas de enfrentamento, com suas metas, ações propostas, organização e distribuição dos recursos para prevenção e controle.

E sobre a situação de vulnerabilidade social na qual encontram-se essas pessoas que formam as comunidades ribeirinhas, Scherer (2004) em seu artigo apresentado no Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, em Coimbra no ano de 2004 destaca: a omissão do poder público, explicitado nos encontros anuais de Ribeirinhos e Ribeirinhas realizados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, visto que, “a diversidade dos ecossistemas e dos grupos humanos são ignorados pelos planos governamentais”. (SCHERER, 2004. p. 5). Ressalta-se que os encontros da pastoral da Terra – CPT explicitaram as principais dificuldades enfrentadas pelas populações ribeirinhas, dentre elas, as condições precárias de saúde e educação.

E, segundo informações da UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, a vulnerabilidade das mulheres à infecção do vírus da AIDS é decorrente à “fatores sociais, econômicos, legais e culturais com destaque para os papéis de gênero, relações de poder desequilibradas e a aceitação pela sociedade da violência contra a mulher”. (DUARTE; PARADA; SOUZA, 2014, p. 2). Ou seja, pode-se afirmar que a contaminação das mulheres do garimpo se dá dentre outros fatores, pelo acúmulo de desigualdades sociais, precariedade nos serviços de atendimento à saúde, as relações entre os sujeitos pautadas no machismo e a “naturalização” da violência vivenciada pelas mulheres. Então, o trabalho de conscientização sobre a relevância no oferecimento de serviços públicos que atendam essa população é urgente, afim de diminuir aos dados negativos de contaminação do HIV em mulheres ribeirinhas.

O segundo trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “**Vidas antes e depois do HIV: relatos a partir dos 50 anos**”, escrito por Clara Miranda Santos, no ano de 2013, pertencente ao Programa de pós-graduação em Psicologia (MAPSI). O objetivo deste trabalho foi “analisar as mudanças que ocorreram na vida de pessoas que adquiriram o vírus HIV após os 50 anos de idade, a fim de compreender o fenômeno no processo de envelhecimento, resgatando experiências que nos permitissem apreender os significados atribuídos à vida antes e após a infecção”. (SANTOS, 2013, p. 8).

Em seu trabalho, Santos (2013) destaca algumas questões em torno do HIV e as mudanças positivas e negativas que ela acarreta às pessoas que são infectadas. Neste sentido, destacamos a **moralidade** e o papel das **instituições religiosas**, visto que o compromisso focava em torno da solidariedade e do suporte, entretanto, as instituições religiosas se mostraram resistentes às formas de prevenção decorrente: “dos valores morais que a doença compromete, o que parece ter contribuído para reforçar a imagem pejorativa da doença, instaurando o preconceito e a discriminação para as vítimas desta infecção”. (SANTOS, 2013, p. 28).

Santos (2013, p. 28) cita Parker (2003, p. 30) ao explicitar o retardo na compreensão da AIDS como uma questão de **saúde pública**, resultante do estigma associado à doença, ocasionando no afeto do desenvolvimento de programas e políticas para conter as epidemias.

Santos (2013, p. 28) citou a pesquisa de mestrado de Barata (2006) e mencionou o “processo de formação do conceito gerado pela sociedade sobre o HIV/aids”, já que a pesquisa revelou de que maneira foi “divulgada pela mídia nacional os primeiros casos de aids no país, contribuindo assim para a compreensão de que a aids é uma doença associada aos homossexuais, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos”.

Então, podemos afirmar que a aids ganhou um estigma da doença de pessoas que levavam uma vida “descontrolada”, que usavam drogas e que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo, e ainda, a mídia brasileira teve um papel importante na disseminação dessa concepção.

O terceiro trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “**Análise de Micronúcleos em Células Esfoliadas do Colo Uterino de Mulheres Portadoras de DST’s e outros Fatores de Risco para o Desenvolvimento- de Câncer Cervical**”, escrito por Fábio Gabriel Silva, no ano de 2010, pertencente ao Programa de pós-graduação em Biologia Experimental (PGBIOEXP). O objetivo deste trabalho foi o de “ analisar e quantificar a frequência de micronúcleos no material proveniente das células da mucosa cervical de pacientes submetidas ao exame citopatológico”.(SILVA, 2010, p.14).

Silva (2010, p. 14) afirma que a região norte do país, apresenta grandes problemas no que tange às infecções, resultando no alto índice de colo uterino, conforme citação:

Mesmo com a realização do exame papanicolaou, pacientes têm apresentado diversas alterações, e o câncer de colo uterino é a segunda forma de câncer em números de casos em mulheres no Estado de Rondônia e o primeiro em mulheres na capital “Porto Velho”.

Em decorrência dos dados apontados na pesquisa de Silva (2010, p. 19-20), o autor enfatiza a importância do investimento: “no desenvolvimento de ações abrangentes para o controle do HPV: na promoção da saúde, na detecção precoce, na assistência aos pacientes, na vigilância, na formação de recursos humanos, na comunicação e mobilização social e na pesquisa”.

O quarto trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “**Experiências de mulheres da Amazônia com a Hanseníase**”, escrito por Vânia Damasceno Costa, no ano de 2011, pertencente ao Programa de pós-graduação em Psicologia (MAPSI). O objetivo deste trabalho foi “relatar as experiências de mulheres em tratamento contra a hanseníase e as seqüelas provocadas por esta doença, historicamente conhecida como lepra” (COSTA, 2011, p. 8).

Sobre o preconceito vivenciado por pessoas que possuem a hanseníase, Bailardi (2007, p. 27) destaca em seu artigo “O Estigma da Hanseníase: Relato de uma Experiência em Grupo com Pessoas Portadoras” tal enfermidade como uma “doença milenar que traz consigo a marca do preconceito, discriminação e exclusão social desde o seu surgimento”, visto que, historicamente por longos períodos, as pessoas acometidas pela doença eram obrigadas a se afastar do convívio familiar e com as demais pessoas, afim de evitar a propagação da doença.

Sobre isso, Costa (2011, p. 9) destacou a necessidade de:

Recolher na voz dessas mulheres, estigmatizadas por viverem com tal moléstia, experiências que permitam compreendermos as maneiras como administram sofrimentos e estigmas que lhes são decorrentes, pois embora a hanseníase tenha uma terapêutica eficaz, que possibilita cura quando tratada adequadamente, ainda persiste muitas dúvidas e compreensões equivocadas.

E, corroborando com o destaque apontado por Costa (2011) sobre o estigma e preconceito vivenciado pelas pessoas acometidas pela hanseníase em sua dissertação, está Bailardi (2007) que utiliza três autores para embasar sua análise: Goffman³³ (1980); Garcia³⁴ (2001) e Cunha³⁵ (2002): “Embora, atualmente a hanseníase tenha tratamento e cura, o estigma

³³ Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar; 1980.

³⁴ Garcia J. R. L. Entre a “loucura” e a hanseníase: interfaces históricas das práticas e políticas instituídas. *Hansenologia Internationalis* 2001;26(1):14-22

³⁵ Cunha A. Z. S. Hanseníase: aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle. *Ciência & Saúde Coletiva* 2002;7(2):235-42

e o preconceito permanecem enraizados em nossa cultura e dificultam o indivíduo no enfrentamento da doença, trazendo-lhes sérias repercussões em sua vida pessoal e profissional”.

Os indivíduos portadores de hanseníase ocultam estar doentes na tentativa de evitar a rejeição e o abandono por parte das outras pessoas, visto que essas mudanças no corpo “ podem ‘denunciar’ a presença da doença e/ou limitam a capacidade para a locomoção e para o trabalho. (COSTA, 2011, p. 10).

O quinto trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado **“Um descanso na loucura: um estudo Psicanalítico sobre as relações amorosas e a sexualidade na Psicose”**, escrito por Patrícia Rafaela de Moraes Honorato, no ano de 2012, pertencente ao Programa de pós-graduação em Psicologia (MAPSI).

O trabalho é uma proposta de “investigação das manifestações e vivências amorosas de sujeitos psicóticos, tendo como objetivo elencar as alternativas por eles encontradas para lidar com a demanda própria e externa a si de estabelecimento de vínculo amoroso”. (HONORATO, 2012, p. 13).

No decorrer da escrita, Honorato (2012) evidencia a relação entre o amor e a loucura, “dialética amor/doença” (p. 13); utilizando para tanto, trechos de textos gregos “ peça de Sófocles, como substrato para sua teoria metapsicológica” (p. 14); diálogo de Platão, “O Banquete” (p. 14); Grande Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa (p. 14). Dessa forma, a “relação dialética entre sofrimento psíquico/loucura e paixão, é identificável em diversas manifestações culturais, tais como na música, nas artes plásticas e na literatura”. (HONORATO, 20102, p. 14).

Nas palavras de Ferrari (2009) em seu artigo “Acerca do amor e algumas de suas particularidades na psicose”, o destaque se dá na afirmação de Freud acerca do amor como “a fonte de valiosos vínculos entre os humanos”. Neste mesmo texto, Ferrari (2009) cita a compreensão de Lacan sobre o amor: “As paixões do ser, amor, ódio e ignorância, são decorrentes da relação com o Outro e supõem ação: amamos, odiamos, ignoramos”. (Ferrari, 2009, p. 2).

O sexto trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado **“O feminino e a violência numa perspectiva Psicanalítica”**, escrito por Edna Mônica da Silva Wobeto, no ano de 2013, pertencente ao Programa de pós-graduação em Psicologia (MAPSI). Este trabalho “objetiva averiguar, no campo subjetivo, os motivos pelos quais mulheres vivenciam de forma recorrente relações violentas e, mesmo conhecedoras de seus direitos, não rompem com essa condição”. (WOBETO, 2013, p. 7).

Então, após a leitura do objetivo da dissertação escrita por Wobeto (2013) refletimos sobre quais seriam os motivos que “congelam” os comportamentos das mulheres que vivenciam os ciclos de violência. O que pode ser feito para que essas mulheres se libertem desse “congelamento” e rompam com esses ciclos? Acerca disso, Zanello (2016, p. 13-14) descreve uma experiência positiva de uma Psicóloga argentina, na qual mudanças significativas ocorreram, baseado na escuta de gênero, acarretando na consciência de gênero:

A argentina Clara Coria, que trabalhava com grupos de mulheres, diz algo que acho muito interessante: a **escuta de gênero** parte da ideia de que você começa um trabalho terapêutico e uma das coisas que você alcança, ao final do processo, é a **consciência de gênero**. Ou seja, a percepção do lugar onde aquela mulher é colocada. A violência que mais machuca, tirando o feminicídio, que mata, é a que é invisibilizada e naturalizada. Aquela em que elas escutam uma piada, um xingamento, um “não” para o pedido de aumento de salário, são ridicularizadas. Em todas essas situações, elas pensam que o problema está com elas. Quando elas conseguem nomear esse tipo de violência, elas percebem que é um problema social, elas se instrumentalizam e conseguem se proteger e se emancipar. Consciência de gênero é um dos resultados da escuta de gênero, pois coloca essas mulheres em um lugar político e social em que elas conseguem perceber as opressões, lidar com elas e a partir dessa percepção começar seu processo de empoderamento. Uma das coisas que buscamos quando realizamos escuta de gênero, é desnaturalizar algo que faz a mulher sofrer e que para elas é destino. Perceber isso como algo que é construído e que ela pode dizer: “Eu não quero mais esse lugar”. Um exemplo é o “gaslighting”, uma forma de abuso mental que consiste em distorcer os fatos e omitir situações para deixar a vítima em dúvida sobre a sua memória e sanidade. (ZANELLO, 2016, p. 13-14. Grifo nosso).

Fica explicitado a importância da realização do trabalho terapêutico com as mulheres, afim de que elas possam organizar suas vivências e formar a consciência de gênero, deixando-a visível para os outros e para si mesma. Somente dessa forma, essa mulher terá condições de se libertar da situação de violência que tanto lhe causa dor e sofrimento.

6.4 Educação

A temática gênero e educação foi amplamente discutida a partir dos anos 1990 no Brasil e uma das principais estudiosas da temática é Guacira Lopes Louro, e sua obra mais conhecida: gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Nessa obra, Louro (1997) discute como se dão as relações nas práticas escolares do Brasil e ainda, pontua como são construídas e mantidas as desigualdades de gênero e de sexualidade nos espaços escolares.

Louro (2003) enfatiza a importância da desconfiância do que é considerado “normal”, pois são nas sutilezas das relações e dos discursos que as diferenças são construídas e cristalizadas como naturais. Assim, Louro (2003) se propõe em questionar currículos, legislações, materiais didáticos, normas dentre outros materiais afim de problematizar algumas questões. Utiliza como aportes teóricos para tais problematizações os Estudos: Feministas; Culturais; Negros; Gay e Lésbicos, refletindo acerca da “diferença”.

Ao sugerir que as pessoas devem estar atentas às relações de poder das quais fazem parte, Louro (2003) recusa aceitar a ideia do binarismo, tão característico das “comparações” entre o ser homem e o ser mulher, e ainda, recomenda uma problematização mais ampla e complexa e que incluam as múltiplas identidades.

O primeiro trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “ **Geografia e Gênero: Um estudo no contexto escolar**”, escrito por Telma Fortes Medeiros, no ano de 2008, pertencente ao Programa de pós-graduação de Geografia e Gênero. O objetivo deste trabalho foi o de “ identificar as representações de gênero no ensino de Geografia, compreendendo que homens e mulheres compõem, habitam e transformam o espaço”. (MEDEIROS, 2008, p. 8).

Dessa maneira, após explicitar nos capítulos 1 e 2 da dissertação as origens da Geografia, diferenciando a Escola Alemã da Escola Francesa e as influências recebidas na construção da Geografia do Brasil, Medeiros (2008) aborda no capítulo 3 “ Geografia e gênero: para além de uma produção do espaço, uma formação cidadã”, a relevância do pensamento de grandes teóricas feministas, a partir de uma revisão bibliográfica do movimento feminista ressaltando também a aproximação das temáticas Relações de Gênero e Geografia Feminina. (MEDEIROS, 2008, p. 60).

Neste sentido, Medeiros (2008, p. 76) destaca a aproximação possível entre a gênero e Geografia, após a compreensão da Geografia não mais como uma ciência que se dedica apenas aos estudos da Terra e suas especificidades, mas sim como uma ciência que compreende o espaço como um produto social.

Então, mudanças começam a surgir em torno da Geografia e “nessa reformulação do conceito de Espaço que as intelectuais feministas começaram a contribuir para a construção de uma Geografia que pudesse dar conta das relações sociais de gênero”. (MEDEIROS, 2008, p. 77).

O destaque nesse período, segundo Medeiros (2008) se dá para a geógrafa brasileira Joseli Maria Silva e seus questionamentos acerca da nova perspectiva de Geografia a destacar:

[...] até que ponto o instrumental teórico-metodológico utilizado pela ciência geográfica é suficiente para sustentar a abordagem de gênero e espaço? De que forma as mulheres têm produzido o espaço? Essa nova abordagem interessa à Geografia uma vez que em sua trajetória, sempre tratou o espaço de forma masculinizada? (MEDEIROS, 2008, p. 77).

Contribuindo também nessa nova configuração da Geografia, Medeiros (2008) destaca Silva (2003) que diferentemente da compreensão que a Academia tinha: focada nos estudos dos espaços políticos, nos processos de produção e na acumulação de riquezas; passa a incluir novas abordagens Humanistas/Cultural, permitindo pensar o espaço como um todo complexo, constituído por múltiplos e simultâneos processos. (MEDEIROS, 2008, p. 78).

Após essas mudanças, Medeiros (2008) enfatiza como os estudos de gênero e a geografia pensam a identidade feminina:

[...] como sendo um agente importante na compreensão do espaço e um forte compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em modelos desiguais de desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero. (MEDEIROS, 2008, p. 78).

No que se refere à compreensão entre a possível relação que pode existir entre a Geografia e Gênero, Medeiros (2008, p. 80) utilizou como aporte teórico: Yannoulas, Vellejos e Lenarduzzi e defende que a Geografia feminista compreende o sujeito feminino como constituído dentro de dominações sócio-espaciais e incentiva a reflexão de qual o papel da mulher neste processo de dominação ou formação do espaço, já que:

Pois, ao longo de sua existência a Geografia produziu a invisibilidade da mulher na produção do espaço, é preciso considerar que homens e mulheres têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim suas relações com os lugares são diferentes também. Portanto, é necessário uma abordagem metodológica que considere tais diferenças de gênero. (MEDEIROS, 2008, p. 81).

Dando sequência em sua pesquisa, Medeiros (2008, p. 95-108) formulou três categorias de análise, a destacar:

- **Categoria 1** – Relacionadas às diferenças entre os sexos;
- **Categoria 2** – Gênero uma construção histórico-social

- **Categoria 3** – Representações de gênero e o ensino de Geografia. Essas categorias foram suscitadas a partir da fala de nossos/as colaboradores/as
- **Categoria 4** - Representações de Gênero e o Ensino Geografia.

Medeiros (2008) conclui que as práticas de ensino e os conteúdos pouco se modificaram e a luta contra o racismo, sexismo e homofobia na escola são um desafio, visto que a compartimentação do saber cria insegurança e insatisfação no saber escolar. (MEDEIROS, 2008, p. 109).

O segundo trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “**Relações de poder e Gênero na gestão educacional**”, escrito por Marxlene Bezerra Vieira, no ano de 2009, pertencente ao Programa de pós-graduação de Geografia e Gênero. O objetivo deste trabalho foi o de “compreender as relações de ‘gênero e poder’ na escola e, em especial, na gestão educacional”. (VIEIRA, 2009, p. 15).

Dentre as temáticas abordadas no trabalho, Vieira (2009, p. 19) destacou a importância da compreensão das várias dimensões do ser humano desmistificando a ideia da Geografia apenas como viés naturalista. E ainda, focaliza os desafios da gestão educacional em articular a ação educativa na sociedade sexista e autoritária.

No que diz respeito à invisibilidade da mulher na produção do espaço, Vieira (2009, p. 43-44) menciona Saffiot (1987, p. 43) ao ponderar que “ ponto de vista biológico, o organismo feminino é muito mais diferenciado do que o masculino”. Portanto, Vieira (2009) conclui que a inferioridade feminina é algo exclusivamente social, já que o argumento biológico das diferenças entre os gêneros, só foi utilizado com intuito de revelar a ausência de fundamentação científica da ideologia da ‘inferioridade humana’. (VIEIRA, 2009, p. 43-44).

No capítulo III: A mulher e práticas em gestão escolar Vieira (2009, 52) aponta como se deu as relações das mulheres em práticas administrativas escolares. Neste sentido, a autora escreve que “cabe aos homens assumir posições de controle e prestígio”. E ainda, é no espaço escolar que se reproduz a hierarquia doméstica (mulheres nas salas de aula, enquanto os homens ficam encarregados dos cargos de direção e administração), ou seja, “A eles se recorria como instância superior e referência de poder”. (VIEIRA, 2009, p. 52).

Em raríssimas exceções, mulheres alcançavam o cargo mais desejado nos espaços escolares, os de diretoras e eram conhecidas como Madre superiora, mantendo a imagem de liderança e respeito na comunidade local e nacional. (VIEIRA, 2009, p. 52).

No que diz respeito as práticas autoritárias que reforçam as desigualdades sociais presentes nas escolas, Vieira (2009, p. 53) destaca, entretanto, a escola como um espaço de possíveis e desejadas mudanças que superem práticas tradicionais e universalizantes.

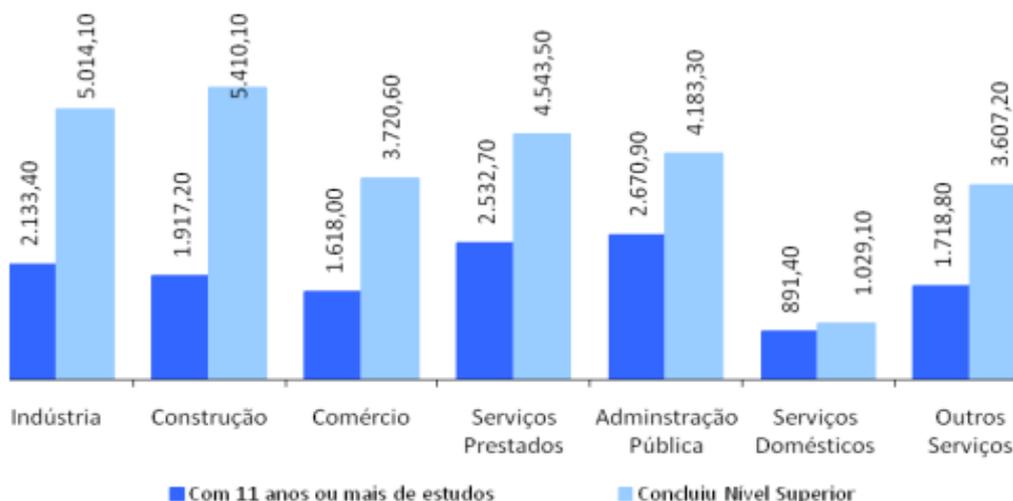
Logo adiante, Vieira (2009) segue em sua escrita problematizando os desafios da gestão e a relação entre gênero e poder na escola, destacando a dificuldade em se educar numa sociedade sexista, em que estereótipos são construídos reproduzindo imagens preconceituosas e sexistas aos papéis de homens e mulheres na sociedade.

Vieira (2009) conclui que as mulheres, após muita luta conquistaram seus espaços na sociedade. Entretanto, espera-se os estereótipos de gênero sejam quebrados e superados, haja vista que o processo educacional não deve reforçar desigualdades sociais, étnicas, culturais para então possibilitar a igualdade de gênero. (VIEIRA, 2009, p. 90).

O terceiro trabalho classificado nesta categoria de análise foi **intitulado “Há homens que têm patroa. Há homens que têm mulher. E há mulheres que escolhem o que querem ser: Perspectiva de Gênero na Geografia”**, escrito por Gabrielle Pellucio, no ano de 2010, pertencente ao Programa de pós-graduação de Geografia e Gênero. O objetivo deste trabalho segundo descrito no resumo é: analisar a coleção de livros didáticos dos anos iniciais de Geografia “Novo Eu Gosto”. E ainda, o foco de análise se deu nas relações entre os sexos, transmitidas nas imagens, enunciados de forma discriminatória. Como resultado, os livros didáticos não refletem a realidade social, mas sim distorcem-na, fortalecendo estereótipos e desigualdades de gênero. (PELLUCIO, 2010, p. 8).

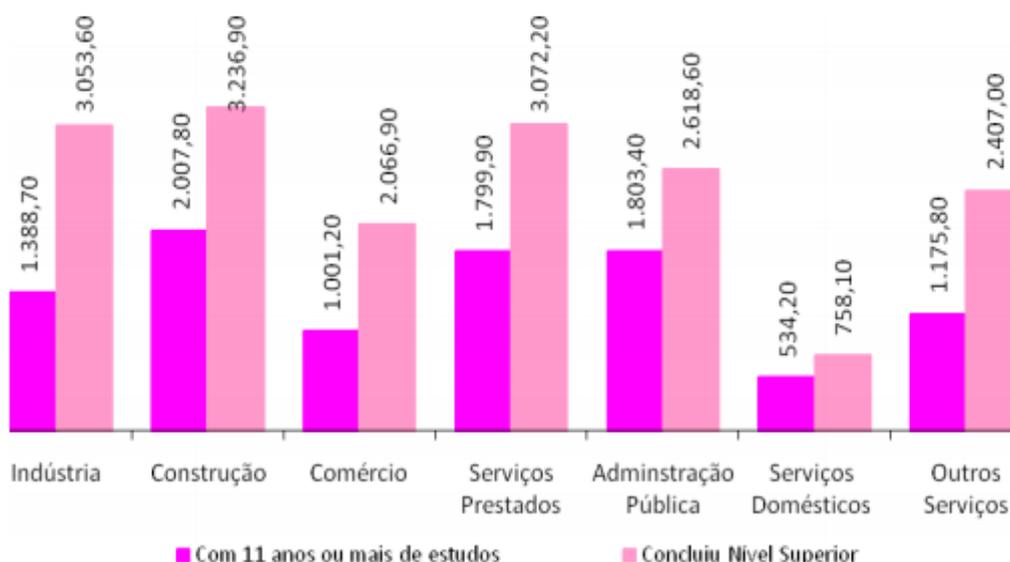
Interessante destacar que mesmo um trabalho em que se propõe a questionar e problematizar enunciados, imagens e conceitos sexistas e que alimentam os estereótipos enraizados na sociedade, peca em caracterizar dois quadros, o primeiro com **informações relacionadas aos homens na cor azul e, o segundo, trazendo informações sobre às mulheres, na cor rosa.**

Rendimento médio habitual da população ocupada masculina, por escolaridade, segundo grupamentos de atividade - 2009*.



Fonte: Pellucio (2010, p. 68-69)

Rendimento médio habitual da população ocupada feminina, por escolaridade, segundo grupamentos de atividade - 2009*.



Fonte: Pellucio (2010, p. 68-69)

Na tentativa de compreender as motivações que impulsionaram Pellucio (2010) em escolher as cores das tabelas (rosa para mulheres e azul para os homens) contidas em seu

Fonte: <http://www.jeongmeeyoon.com/awpinkblue.htm>

Exemplo de cor de meninas/mulheres



Fonte: <http://www.jeongmeeyoon.com/awpinkblue.htm>

De acordo com Vivas (2015, p. 1), a cor rosa era associada a masculinidade por ser considerada uma cor derivada do vermelho “aguado” e por esta razão era ligada a masculinidade.

Nos anos de 1940, após o acordo entre lojistas e fabricantes, ocorreu a padronização das cores de acordo pelo gênero, sendo azul para meninos e rosa para meninas. E nos anos 1960, nos Estados Unidos, em decorrência do movimento feminista que vinha com toda força, a moda unissex ganha espaço novamente, “neutralizando” as cores de roupas de crianças. A mudança mais significativa ocorreu nos anos 1980, após o desenvolvimento de técnicas de diagnóstico pré-natal que mostram com clareza o sexo do bebê. Portanto, a partir da antecipação do sexo do bebê para os pais ainda na barriga da futura mãe, a rede de vendedores, empresários de diversos ramos de produtos infantis e vestuário incentivaram a categorização e a padronização das cores entre os gêneros, visto que:

Uma técnica que indirectamente abriu grandes oportunidades de negócios, já que ao saber antecipadamente o sexo da criança se podem individualizar mais as compras e aumentar as vendas, perante uns pais ansiosos por decorar o quarto infantil. A partir de então, e no auge do consumismo, não só começamos a encontrar roupa de cor azul ou rosa, mas todo o tipo de utensílios, desde biberões passando por berços até chupetas, cadeirinhas, trocadores, banheiras, carrinhos... que não deixam dúvidas sobre qual o sexo do bebe graças a sua cor. (VIVAS, 2015, p. 3).

Então, o comércio visando o lucro, investiu muito em propagandas afim de alavancar as vendas de produtos relacionados ao “universo infantil” rosa e azul, perpetuando a lógica sexista das cores “de” meninas e cores “de” meninos.

O quarto trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “**O mal-estar no trabalho de professoras das Séries Iniciais do Ensino Fundamental de Porto Velho**”, escrito por Denise Teodoro Sampaio, no ano de 2012, pertencente ao Programa de pós-graduação em Psicologia (MAPSI). O objetivo deste trabalho foi o de “analisar a presença do mal-estar no trabalho de 10 professores das séries iniciais de duas escolas do Ensino Fundamental de Porto Velho”. (SAMPAIO, 2012, p. 9). E como resultados encontrados, ficou confirmado a:

[...] presença do mal-estar docente relacionado às mudanças no papel do professor, a desvalorização profissional e os baixos salários, assim como a violência na escola, os quais têm causado algumas manifestações do mal-estar docente. A partir dos resultados pode-se concluir que esses fatores reforçam a presença do mal-estar docente, como resposta às mudanças no processo educacional.

Segundo destacou Sampaio (2012, p. 61) em sua dissertação, o mal-estar docente de professoras se deve à soma de alguns fatores, tais como: mudanças no papel do professor; desvalorização profissional e baixos salários e violência na escola.

O quinto trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “Entre tramas, laços e nós: Um olhar sobre a prática de Orientadoras educacionais”, escrito por Locimar Massalai, no ano de 2013, pertencente ao Programa de pós-graduação em Psicologia (MAPSI). O objetivo deste trabalho foi o de “fazer uma Análise do Discurso acerca das concepções e das práticas das Orientadoras Educacionais frente à demanda escolar”. E ainda, buscou-se colocar “o dito em relação ao não dito, problematizando o funcionamento do sujeito discursivo”. (MASSALAI, 2013, p. 8).

Revelou-se através da análise do discurso das Orientadoras Educacionais que ocorre dentro da escola o acúmulo de tarefas, e por isso, as orientadoras acabam não fazendo o que seria suas obrigações. E em decorrência deste acúmulo, o que ocorre é a culpabilização de outros aspectos pelo fracasso escolar, a destacar: pais, famílias, professores e sistema. (MASSALAI, 2013, p. 211).

Massalai (2013, p. 292) conclui seu trabalho defendendo a importância das orientadoras educacionais nos espaços escolares, como parceiras dos professores e professoras, incumbidos

de solucionar as queixas escolares. Enfatiza, mesmo que seja apenas um desejo, mas que pode vir a se tornar uma realidade, a parceria e o diálogo com todos que participam do processo escolar, além da ampliação de políticas públicas de formação continuada.

6.5 Violência

Sabemos que a violência contra as mulheres é uma realidade lamentável do Brasil. E ainda, ela não é um fenômeno novo, visto que desde a época do Brasil colônia, mulheres (sejam elas indígenas, negras ou portuguesas) sofreram vários tipos de violência, já que seus corpos e mentes eram violentados.

O termo violência foi conceituado por vários estudiosos e pensadores, que, mesmo com significados diferentes, contribuem para a reflexão e para a criação de possíveis encaminhamentos afim de diminuí-la ou exterminá-la de vez das relações entre os sujeitos.

Sobre isso, Santiago e Coelho (2008) em seu trabalho: *A violência contra a mulher: antecedentes históricos*, traz para a discussão a conceituação de alguns estudiosos, a destacar: Marcondes Filho (2001); Aristóteles; Minayo (1994); Bezerra Jr. (2005); Nietzsche e Marx.

Neste sentido, a palavra violência é compreendida como abuso de força; tudo aquilo que vem do exterior e se opõe ao movimento interior de uma natureza; é um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial e seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade; revelador da qualidade das relações que se estabelecem entre os indivíduos, num certo contexto social, numa determinada situação intersubjetiva; necessidade humana da luta, do combate e do conflito. (Santiago e Coelho, 2008, p. 1-2).

Podemos perceber a trajetória de lutas que as mulheres enfrentaram e enfrentam iniciando no rompimento do estigma de pecadora, bruxa, mãe, funcionária para terem seus direitos garantidos nas suas relações, sejam elas amorosas, de estudo, de trabalho, de ir e vir etc.

Após vários avanços nas políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres e pela garantia de direitos, podemos evidenciar um verdadeiro massacre vivido diariamente por mulheres que têm seus direitos negados, segundo os dados da pesquisa realizada pelo IPEA entre os anos de 2009 a 2011, cujo índice de feminicídio apontado foi de 100 mil mulheres.

A pesquisa do IPEA apontou como resultados relevantes para a região norte do Brasil:

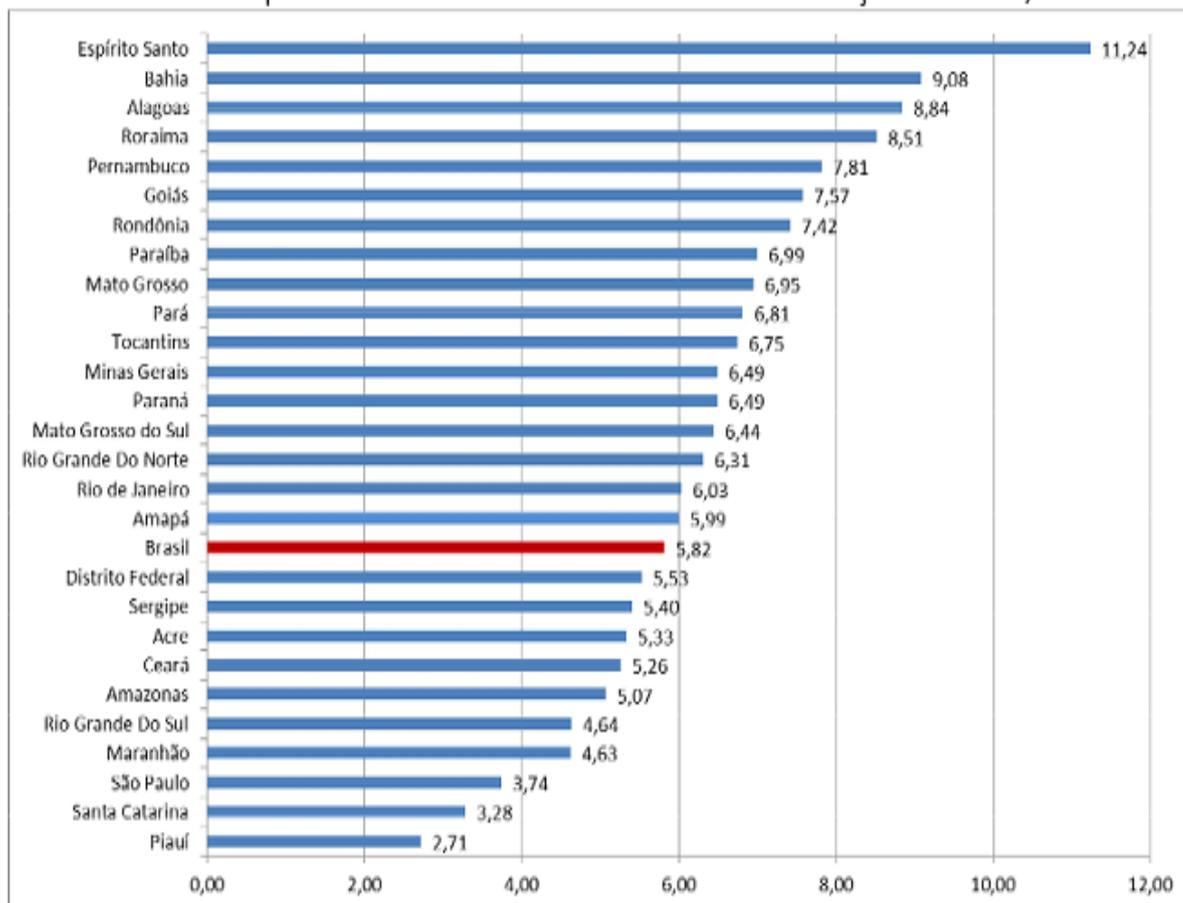
- As regiões Nordeste, Centro-Oeste e *Norte* apresentaram as taxas de feminicídios mais elevadas, respectivamente, 6,90, 6,86 e 6,42 óbitos por 100.000 mulheres;
- Mulheres jovens foram as principais vítimas: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% de 30 a 39 anos. Mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos;
- No Brasil, 61% dos óbitos foram de mulheres negras. Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), *Norte* (83%) e Centro-Oeste (68%);
- A maior parte das vítimas tinham baixa escolaridade, 48% daquelas com 15 ou mais anos de idade tinham até 8 anos de estudo;
- No Brasil, 50% dos feminicídios envolveram o uso de armas de fogo e 34%, de instrumento perfurante, cortante ou contundente. Enforcamento ou sufocação foi registrado em 6% dos óbitos. Maus tratos – incluindo agressão por meio de força corporal, força física, violência sexual, negligência, abandono e outras síndromes de maus tratos (abuso sexual, crueldade mental e tortura) – foram registrados em 3% dos óbitos.
- 29% dos feminicídios ocorreram no domicílio, 31% em via pública e 25% em hospital ou outro estabelecimento de saúde.
- 36% ocorreram aos finais de semana. Os domingos concentraram 19% das mortes.

O índice apresentado no Brasil pelo período de 2009 a 2011 é de 5,82 e o índice apresentado pelo estado de Rondônia é de 7,42, ou seja, muito além do apresentado no somatório do país.

Gráfico 6 - Taxa de feminicídios no Brasil entre os anos de 2009 a 2011³⁶

³⁶GARCIA, P, L; FREITAS, de, S, R, L; SILVA, da M, D,G; HOFELMANN, A,D. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. Retirado do site: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf> Acesso em: 25. ago. 2015.

Taxas de feminicídios por 100 mil mulheres. Brasil e Unidades da Federação brasileiras, 2009-2011.



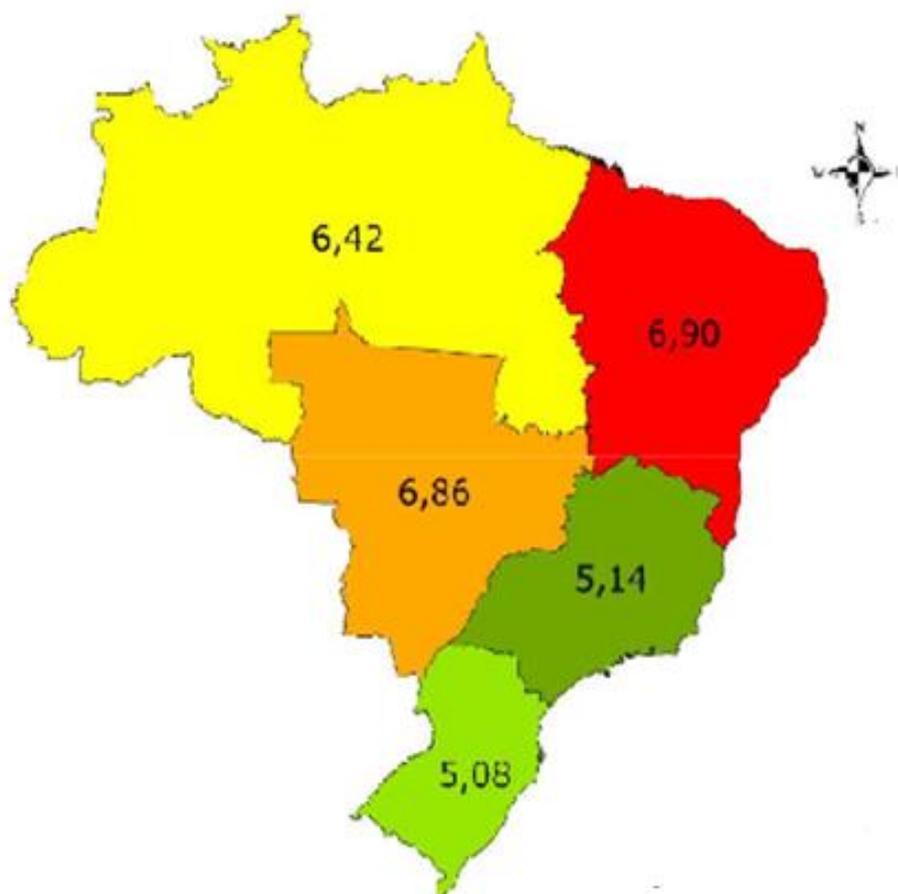
Fonte: Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil - IPEA

Já o índice na região Norte do Brasil está em 6,86, ficando atrás apenas por 0,4 pontos percentuais da região nordeste do Brasil, que apresentou 6,90 conforme nos apresenta os gráficos 1 e 2, ambos retirados do site do IPEA.

Gráfico 7 – Taxa de feminicídios nas regiões brasileiras entre os anos de 2009 a 2011.³⁷

³⁷GARCIA, P, L; FREITAS, de, S, R, L; SILVA, da M, D,G; HOFELMANN, A,D. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. Retirado do site: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf> Acesso em: 25. ago. 2015.

Taxas de feminicídios por 100 mil mulheres. Regiões brasileiras, 2009-2011.



Fonte: Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil - IPEA

No intuito de coibir as violências sofridas pelas mulheres e punir com maior rigor os agressores, foi criada no ano de 2006 a Lei nº11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Relembremos em que contexto essa lei foi criada:

Lei Maria da Penha tem o nome da farmacêutica cearense, que, depois de conviver anos com a violência do marido, acabou levando um tiro e ficando paraplégica. Maria da Penha resolveu denunciá-lo, lutou para condenação do marido e pela aprovação de uma lei específica, porque a punição para o agressor foi muito leve. (CÂMARA NOTÍCIAS, 2016).

Mas quem é Maria da Penha? Segundo o Observatório Lei Maria da Penha (OBSERVE), ela é uma Biofarmacêutica cearense, que esteve casada com o então agressor

Marco Antonio Herredia Viveros professor universitário. Maria da Penha enfrentou duas tentativas de assassinato, a primeira em 1983 e a segunda meses depois que ela, em decorrência do tiro que levou nas costas na primeira tentativa já estava tetraplégica.

E, devido a morosidade da justiça brasileira, o crime só foi analisado e julgado oito anos após o ocorrido, conforme apontado nos sites OBSERVE e Portal Brasil:

- No ano de 1991 ocorreu a anulação do julgamento por parte dos advogados do agressor;
- No ano de 1996 o agressor foi julgado e condenado como culpado. Sua sentença era o cumprimento de dez anos de prisão, não cumpridos, pois ele recorreu.
- Maria da Penha, indignada com a demora e insatisfeita com a impunidade, solicita ajuda de Organizações Não Governamentais (ONGs), Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL), Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) que enviam uma denúncia formalizada para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA);
- Ocorre a condenação do Brasil por parte da OEA por negligência e omissão à violência doméstica. Como punição, foi recomendado a criação de uma legislação adequada para coibir esse tipo de crime. O agressor é condenado e preso no ano de 2002.
- No ano de 2006 a lei 11.34/06 entra em vigor, caracterizando o crime contra a mulher como grave e extinguindo as penas pagas em cestas básicas. Então, a lei Maria da Penha é criada e dentre os diversos artigos contidos nela, destacamos o principal objetivo:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006, p. 1).

Compreendendo a violência contra as mulheres como um desrespeito aos direitos humanos e que afronta o princípio da dignidade da pessoa humana, nos propomos a analisar as dissertações que abordaram esse tema, destacando, portanto, a relevância da investigação das produções da UNIR sobre a temática mulheres, a fim de mapearmos o que se tem produzido

sobre a temática mulheres, assim como a construção de subsídios para a diminuição da violência contra mulheres.

Segundo Santiago e Coelho (2008, p. 1) a ênfase se dá na importância de ações de atenção, prevenção e combate à violência, além da implementação de novas políticas públicas que respeitem à ética e a dignidade humana.

O primeiro trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “**Violência homicida entre casais em Porto Velho -RO: questões de gênero e desenvolvimento**”, escrito por Clícia Henriques de Souza, no ano de 2009, pertencente ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e (PGDRA). O objetivo deste trabalho foi o de:

analisar notícias sobre homicídio conjugal na imprensa escrita e realizar entrevistas e anotações de campo com familiares da vítima e do agressor, sobre os casos noticiados, a fim de responder se o homicídio conjugal é um fenômeno que inter-relaciona desigualdades sociais e de gênero a partir de uma compreensão das situações concretas de vida dos sujeitos, sob um detalhamento de como a violência faz parte do cotidiano e de questões referentes à constituição cultural do masculino e do feminino, bem como o exame do modo como as relações de gênero e de poder são instituídas na sociedade; exige um estudo do ambiente socialmente construído e da problemática do desenvolvimento humano, particularmente de desenvolvimento sustentável. (SOUZA, 2009, p. 8).

De acordo com Souza (2009, p. 12) a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu como sério problema de saúde pública a violência de gênero e a partir disso, desenvolveu diversas políticas afim de alertar, prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres.

Acerca disso, Souza (2009, p. 25) conceitua violência “como uma questão social mundial, indicando aspectos macros e externos e também micro-processos e internos que reorganizam a vida cotidiana”. Por esse motivo, é necessário a implementação de políticas públicas que de fato deem conta deste fenômeno mundial que há anos faz vítimas fatais.

No que se refere a relação entre a condição social e a violência, Souza (2009) utiliza uma citação de Pateman (1993):

A melhora da condição social das mulheres, com a conseqüente melhora das condições físicas e de saúde, juntamente com as transformações tecnológicas, tornam o argumento da força, apesar de ser ouvido ainda hoje, menos plausível. Entretanto, não se deve esquecer que, na prática, os homens continuam a sustentar seu direito patriarcal sobre as mulheres por meio da força e da violência (PATEMAN, 1993 apud SOUZA, 2009, p. 17).

Com a divulgação massiva das agressões em que mulheres estavam sujeitas diariamente pelos seus maridos, e o trabalho das feministas em reivindicar direitos, problematizar questões de cunho machista e ainda revelar que a violência era sim (e ainda é) uma realidade presente na vida de muitas mulheres, contribuíram para que as mudanças ocorressem.

Dentre alguns aspectos citados por Souza (2009, p. 28) para que mudanças ocorressem, destacamos:

- A exposição pública da violência em que mulheres estavam submetidas;
- Acesso à justiça;
- Consolidação de mecanismos para coibir a violência contra a mulher;
- Criação de Delegacias de Defesa Especializadas para Mulher e Juizados Especiais Criminais;
- Conferência Mundial do Decênio para a mulher instituiu a resolução intitulada “A mulher maltratada e a violência na família”; começou a estabelecer estratégias mais efetivas de combate à violência contra a mulher;
- Declaração sobre a “Eliminação da Violência contra a Mulher”, realizada no encontro da Assembléia Geral das Nações Unidas no ano de 1993;
- Na América Latina, ocorreu a Conferência Regional sobre a “Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e Caribe”;
- Em termos de Brasil, a primeira da Delegacia de Defesa da Mulher (DDMs) construída e instalada no ano de 1986.

Souza (2009, p. 82-84) conclui seu trabalho fazendo um apanhado geral das questões que mais aparecem nas relações violentas entre homens e mulheres: trabalho; direitos sociais e civis; relações desiguais e também:

Assim, estudar as relações internas, as práticas e representações diversas, dentro de um sistema familiar, nos forneceu uma visão do que a vida cotidiana oculta e revela ao mesmo tempo: o sentido e a necessidade de um desenvolvimento humano sustentável para a região. (SOUZA, 2009, p. 84).

O segundo trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “**Gênero, violência e política pública de desenvolvimento: aplicação da lei Maria da Penha em Porto Velho**”, escrito por Mariangela Aloise Onofre, no ano de 2009, pertencente ao Programa de

pós-graduação em Desenvolvimento Regional e (PGDRA). O objetivo deste trabalho foi o “levantamento de informações sobre a implantação e andamento dos serviços de atendimento previstos pela Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) no município de Porto Velho”.

De acordo com dados sobre desigualdade entre gêneros e pobreza, Onofre (2009, p. 20) destacou que as mulheres representam mais de 50% da população mundial, por isso, é urgente a implementação de políticas públicas que atendam as questões das mulheres.

Entretanto, é salutar mencionar o alerta feito por Onofre (2009, p. 22) sobre a diferença existente entre “políticas para mulheres e políticas para mulheres em uma perspectiva de gênero”. Sobre isso, Onofre (2009, p. 22) explica que:

As políticas para mulheres quase sempre possuem um cunho assistencialista, com ações pontuais para as mulheres mais pobres, o que reforça o cunho patriarcal e restringe mudanças nas relações sociais. No segundo caso, significa dizer que as políticas serão construídas a partir da noção de que homens e mulheres passam por processos educativos diferentes em seu processo de socialização, implicando em consequências no desenvolvimento das subjetividades e da coletividade.

O destaque dado pelo autor para uma política pública que se tornou em ação positiva na luta contra a violência de mulheres, passando a ter uma função estratégica, foram as criações das delegacias das mulheres:

Com a Lei Maria da Penha e o estabelecimento de uma política nacional de enfrentamento à violência de gênero, as delegacias da mulher passam a ter função estratégica, haja vista representarem o ponto de partida nas providências protetivas e interventivas do estado para vítimas e agressores. Por este motivo, desde 2006 a SPM vem atuando na implantação de normas técnicas de padronização de instalações e serviços oferecidos nas DEAMs em todo o território brasileiro. (ONOFRE, 2009, p. 23).

A importância das DEAMs são enfatizadas por integrar a estrutura especializada da polícia civil e da segurança pública estadual. De caráter preventivo e repressivo, são os serviços oferecidos e que envolvem a apuração, a investigação e o enquadramento legal dos crimes contra as mulheres. (ONOFRE, 2009, p. 23).

Onofre (2009, p. 64-65) conclui seu trabalho expondo a responsabilidade de cada poder público com a questão da violência contra a mulher especificamente destacando o papel dos poderes estaduais e municipais de Rondônia:

- O poder executivo estadual: considerado omissivo por não possuir nenhum órgão específico que trate do tema;
- O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher existe apenas na forma de lei, mas não há nenhuma perspectiva de sua implantação em período próximo;
- O poder executivo municipal possui órgão específico, a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres;
- A estrutura da Delegacia da mulher tornou-se insuficiente;
- O Poder Judiciário criou a Vara de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar e Crimes contra Crianças e Adolescentes. Entretanto, Vara fica parcialmente comprometida pela falta de serviços que atendam vítimas e agressores após o processo judicial e definição da sentença;
- As ações da Assembleia Legislativa apresentam-se de forma incipiente;
- A rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Porto Velho encontra-se em fase inicial de articulação.

O terceiro trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “**A rede de enfrentamento à violência contra a mulher: a vulnerabilidade e o desenvolvimento no município de Porto Velho**”, escrito por Joelma Sampaio do Nascimento, no ano de 2011, pertencente ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e (PGDRA). O objetivo deste trabalho foi o de “analisar a rede de serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica no município de Porto Velho”. (NASCIMENTO, 2011, p. 8).

De acordo com Nascimento (2011, p. 8) foram analisadas ocorrências de violência doméstica de quinze mulheres, na Delegacia de Defesa da Mulher e da Família, além de quatro instituições de enfrentamento da violência contra a mulher no município de Porto Velho. No que se refere a atuação das instituições, foram encontradas muitas dificuldades no que tange ao trabalho em rede, visto que “os serviços oferecidos são recentes, e a capacitação dos funcionários não acompanha o aumento da demanda”.

Nascimento (2011, p. 24-29) destaca a relação existente entre a violência contra a mulher, patriarcado e vulnerabilidade no capítulo 2 chamado Revisão de Literatura. Segundo ela, a violência contra a mulher está intimamente ligada às relações de poder, ao privilégio e controle destinados aos homens, sendo um problema mundial de caráter generalizado e universal, uma vez que atinge todas as mulheres, independente de classe social, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade, etc.

O contexto em que a violência contra a mulher ocorre, considera as questões de desigualdades de gênero enraizadas na cultura levando em conta aspectos étnicos, raciais, de classe e a história. Portanto, uma questão que abrange tantos aspectos, necessita da atuação do estado de forma efetiva e conjunta, unindo setores da prevenção, assistência e garantia de direitos.

Para suas análises, Nascimento (2011, p. 25-26) utilizou os pressupostos de Mackinnon (1982), que é uma estudiosa do patriarcado. Ela se dedicou e:

Concentrou suas investigações no fenômeno de subordinação das mulheres e encontrou a explicação, para este fato, na dominação do homem, em relação às mulheres, que está imbricada na relação entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e as mistificações ideológicas do homem destas funções. (MACKINNON, 1982 apud).

E sobre o poder do patriarcado e da dominação masculina, Nascimento utiliza o pressuposto de Bourdieu (2002) que defende: “ a dominação do homem sobre a mulher é exercida por meio da violência simbólica, compartilhada inconscientemente entre dominador e dominado, determinado pelos esquemas práticos que orientam as estruturas institucionais”. (NASCIMENTO 2011, p. 26).

Nascimento traz ainda a contribuição de Safiotti (1987) em relação ao patriarcado: é sim um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista, mas não se restringe somente a isto. É também um sistema de exploração, baseado em perspectivas políticas e ideológicas, não apenas econômicos. (NASCIMENTO, 2011, p. 29).

Após a discussão sobre as questões de gênero que permeiam o universo onde a violência contra a mulher ocorre, Nascimento (2011) conclui que ocorre a desarticulação entre as esferas de poder, ocasionando na não garantia dos direitos das mulheres pelo poder público. (NASCIMENTO, 2011, p. 75).

O quarto trabalho classificado nesta categoria de análise foi **intitulado “ Amor e dor: Violência na vida conjugal de uma mulher”**, escrito por Ana Carolina Gomes Teixeira, no ano de 2011, pertencente ao Programa de pós-graduação em Psicologia (MAPSI). O objetivo deste trabalho foi o de “ buscou compreender a dinâmica psíquica de mulheres de classe média ou média alta em condições de independência financeira do cônjuge, possuindo nível superior completo que se assujeitam a uma relação conjugal violenta”. (TEIXEIRA, 2011, p. 11).

Após Teixeira (2011, p. 58-59) relatar a trajetória de agressões vividas pela participante de sua pesquisa, ela destaca o sentimento de “loucura” que a participante demonstra ao perceber seu assujeitamento a um homem que só lhe causou sofrimento e, mesmo assim, ela continua o amando incondicionalmente, não conseguindo romper o vínculo afetivo que os une.

Descreve o assujeitamento dialogando com alguns autores da Psicanálise, afim de tentar compreender as motivações que a levaram a isso.

Teixeira (2011, p. 77) concluiu que a inserção das mulheres na esfera pública auxiliou na redistribuição das tarefas domésticas para outras pessoas, incluindo os homens, resultando na quebra do exclusivismo feminino.

Essas mudanças somadas à cultura em que as pessoas estão inseridas, resultam nos conflitos conjugais, visto que, existe uma compreensão enraizada de que trabalhos domésticos devem ser de responsabilidade exclusiva das mulheres e de ninguém mais.

Assim, a hipótese de Teixeira (2011, p. 77) é que “a mulher se assujeita à violência conjugal por medo da força masculina imposta dentro da relação”. Mas, após a realização da pesquisa, “constatou-se que a manutenção da relação dá-se pela busca de prazer na dinâmica psíquica violenta, em que a mulher se permite ser devastada pelo cônjuge”. (TEIXEIRA, 2011, p. 77).

Dessa forma, Teixeira conclui sua pesquisa apontando alguns aspectos relevantes (TEIXEIRA, 2011, p. 77-82):

- A participante da pesquisa tinha a necessidade de demonstrar socialmente que mantinha um casamento feliz;
- Consequências da violência vivida pela participante da pesquisa: baixa autoestima, depressão, dificuldades de relacionamento;
- Prevalência da violência emocional perante a violência conjugal: na escolha de isolar-se das pessoas para evitar explicações sobre a violência sofrida;
- Relacionamento conturbado: a participante da pesquisa afirmou que os momentos bons na relação eram raros e poucos, mas compensavam os vários e rotineiros momentos ruins, de agressão, desrespeito e violências vividas por ela e, por isso, a deixavam feliz;
- Neurose do destino: o sentimento de culpa presente na vida da participante, denominado por Freud de “neurose do destino”.

Após ponderar sobre todos esses aspectos, Teixeira (2011) conclui seu trabalho destacando a importância da convocação da mulher em se responsabilizar pelo seu desejo.

O quinto trabalho classificado nesta categoria de análise intitulado “**Os sintomas e hematomas de amor: relatos de mulheres sobre a violência doméstica**”, escrito por Maria Liliane Gomes dos Santos, no ano de 2013, pertencente ao Programa de pós-graduação em Psicologia (MAPSI). O objetivo deste trabalho foi o de “apresentar a experiência de mulheres com histórico de violência doméstica, tendo como alicerce para leitura desse fenômeno os conceitos psicanalíticos de *desamparo, narcisismo e ideal do Eu*, permitindo o estabelecimento da interface amor e violência.” (SANTOS, 2013, p. 8).

Santos (2013, p. 8) ao realizar sua pesquisa, constatou a prevalência na busca pela realização amorosa em um casamento institucionalizado, independente do comportamento agressivo do cônjuge e a esperança depositada no casamento são explicáveis pelo desejo narcísico das mulheres em serem amadas e reconhecidas pelo parceiro, visto que:

Quando não há satisfação na relação conjugal, sobressai o amor ao ideal firmado sobre o casamento como valor que direciona o feminino, afetando seus desejos e suas escolhas. Nesses casos, a manutenção desse ideal como retorno narcísico colabora para perpetuação dos vínculos. (SANTOS, 2013, p. 8).

Sobre as relações de violência conjugal, Santos (2013, p. 27) utiliza o pressuposto de Freud ao explicar os conceitos de masoquismo e compulsão à repetição, citando uma outra pesquisa realizada por Cerruti e Rosa (2008), que destacam os aspectos subjetivos presentes na dinâmica conjugal violenta, indo além da queixa feminina e aprofundando questionamentos na forma como o discurso das mulheres violentadas se ajusta ao lugar de sujeição, limitando assim na capacidade de ação.

Ainda discutindo as relações de violência conjugal, Santos (2013, p. 32) utiliza o pressuposto de Lacan para explicar os conceitos de devastação e gozo. Neste sentido, devastação para Lacan é “a relação entre a mulher e sua mãe, ou seja, a mãe possui a figura de um grande outro para a menina, para quem ela continua a dirigir sua demanda de amor”.

Santos (2013, p. 32) enfatiza também o caráter de renúncia contido na devastação, tanto na relação entre mãe e filha, quanto na relação entre mulher e homem, utilizando como referencial a premissa de Grant (2002, p. 141): “destruição do lugar onde um sujeito pode fazer valer seu desejo como único”. Ocorre então a renúncia aos próprios desejos, no intuito de satisfazer o desejo do outro.

Nas considerações finais, Santos (2013, p. 144-147) enfatiza que o amor gera angústia e domina grande parte da vida psíquica das mulheres participantes da pesquisa, seja no intuito de evitar a dor ou em busca da felicidade.

No que se refere aos aspectos subjetivos que influenciam na escolha do cônjuge assim como a manutenção de uma relação conjugal, diferem de acordo com a maneira em que cada mulher compreende os calores sociais sobre casamento e felicidade, e ainda, dos elementos contidos em sua história familiar.

Outras questões são pontuadas por Santos (2013, p. 144-145) nas considerações finais tais como:

- Identificações e projeções para com a mãe;
- O amor, enquanto libido é narcísico, pois ao amar o que se busca, na verdade, é ser amado;
- A satisfação se dá pela realização de um ideal quando o amor não é mais correspondido. O gozo que as mulheres demonstram em permanecer casadas, oferece a elas o reconhecimento de si, a partir da manutenção de um ideal.
- Amor = reconhecimento: em muitos casos, não é o amor ao marido que sustenta a relação, mas sim as ilusões construídas a partir da relação com o parceiro.

6.6 Mulheres indígenas

Sobre as relações entre mulheres indígenas e gênero, o trabalho de Sacchi (2003, p. 95) pontua que a partir da década de 1990 começam a criação de organizações ou departamentos que visam a reivindicação de direitos próprios de seu gênero.

E dentre tantos encontros que são realizados anualmente, o destaque se dá para o II Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, realizado em Manaus, no ano de 2003. Neste encontro, a pauta de discussão esteve em torno de algumas questões de luta indígena, a destacar:

O combate à violência, estupro e prostituição; a revalorização da identidade étnica; a maior articulação e participação política das mulheres, através do apoio dos homens indígenas (diretos das organizações, lideranças tradicionais e esposos) e dos órgãos indigenistas; a busca de treinamento e capacitação para exercerem suas atividades e recursos financeiros que possibilitem levar adiante seus projetos. (SACCHI, 2003, p. 100-101).

Fica, portanto, explicitado que as mulheres indígenas estão se organizando e buscando uma prática política que inclua a perspectiva de gênero, resultando na implementação de políticas públicas que atendam às suas demandas.

Neste sentido, o trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado **“Mulheres indígenas em Porto Velho: relações sociais de gênero, situações de desenvolvimento e políticas públicas”**, escrito por Lady Day Pereira de Souza, no ano de 2010, pertencente ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e (PGDRA). O objetivo deste trabalho foi o de:

Conhecer as situações de desenvolvimento e práticas sociais das mulheres indígenas que moram na cidade de Porto Velho-RO, percebendo o contexto da moradia e os aspectos particulares do cotidiano. O uso de abordagem interdisciplinar relaciona as teorias da Antropologia feminista com a Antropologia do desenvolvimento, constituindo a discussão sobre as políticas públicas de gênero em relação às necessidades e novos arranjos vivenciados pelas mulheres indígenas no meio urbano. (SOUZA, 2010, p. 5).

De acordo com Souza, (2010) os dados do IBGE destacam o crescimento da migração de indígenas para os centros urbanos amazônicos e também, é crescente o número de aldeias com características urbanas, evidenciando as novas situações geradas pela ação do desenvolvimento na região. E também, a migração das mulheres indígenas para as cidades ocorreram a partir da oferta de trabalho para as figuras masculinas das famílias. (SOUZA, 2010, p. 82).

Os costumes tradicionais indígenas, considerados atrasados, são características incentivadoras para as mulheres indígenas que moram em áreas urbanas, imitem as condutas das mulheres não indígenas, visto que, a discriminação é algo recorrente, visto que:

Essa discriminação é ressaltada na estratégia de identificar-se e ser identificada por semelhança física ao estereótipo de boliviana ou japonesa. Algumas narrativas dão conta de que esse estereótipo é mais confortável do que ser identificada como indígena. A identidade “indígena” tem, ainda hoje, sentido pejorativo, contribuindo para o atraso da inclusão de mulheres indígenas urbanas nas discussões de políticas públicas de interesse do movimento social indígena. (SOUZA, 2010, p. 83).

Após efetivarem a migração para as áreas urbanas, as mulheres indígenas precisam abrir mãos de suas identidades, para não serem vítimas de preconceito, já que muitas pessoas não

indígenas alimentam o conceito pejorativo do sujeito indígena, discriminando, ridicularizando e explorando estes sujeitos.

Além disso, pela falta de estudo, é grande o número de mulheres indígenas que trabalham como empregadas domésticas recebendo um salário muito baixo ou em alguns casos, nenhum pagamento financeiro.

No que se refere aos serviços públicos oferecidos, é real a necessidade de ampliação e mudanças urgentes para que, de fato as mulheres indígenas sejam respeitadas enquanto seres humanos e possam ter seus direitos como tal atendidos, e ainda, possam usufruir de suas identidades, culturas e costumes sem serem discriminadas por isso.

6.7 Identidade(s)

Por conseguinte, no levantamento dos dados, verificamos a forte presença dos discursos influenciando as atitudes dos sujeitos, sob a perspectiva das diferenças de gênero, pautadas nas características biológicas e “inatas” de cada um, resultando no engessamento das condutas, enquadrando-as em “identidades” distintas, classificadas como identidades masculinas e identidades femininas.

Sobre isso, o dicionário escolar de Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras conceitua o termo identidade em: 1. Qualidade de idêntico; igual. 2. Conjunto de características próprios e exclusivos de uma pessoa, tais como o nome, idade, estado civil, profissão, sexo, impressões digitais etc.

Podemos inferir que a conceituação estipulada no dicionário não contempla a realidade social dos sujeitos, visto que define o conceito de identidade como iguais ou idêntico. E, socialmente sabemos que mulheres e homens não possuem os mesmos direitos, as mesmas “permissões” e os mesmos “acessos” nos espaços sociais.

A primeira categoria foi intitulada de Identidades e nela estão organizadas 7 dissertações. A primeira dissertação analisada: **“Os desdobramentos do feminino na maternidade: uma escuta psicanalítica de mulheres que tiveram seus filhos (as) acolhidos (as) institucionalmente”**, escrito por Halanderson Raymisson da Silva Pereira, no ano de 2014 e pertencente ao Programa de pós-graduação, Mestrado em Psicologia (MAPSI), tem como objetivo realizar uma discussão sobre o feminino e a maternidade, baseado nas teorizações freudianas e lacanianas.

Pereira (2014) descreve na seção 2 de sua dissertação como se construiu o sentimento maternal, apontando o movimento do iluminismo como importante nesta construção. Mais precisamente Pereira (2014) destaca as críticas tecidas por Rousseau às amas de leite e a indiferença das mães para seus filhos. E ainda, para ele as mães é que deveriam ser responsáveis pela criação e amamentação de seus filhos, como apontado em sua obra *Emílio ou Da Educação* (1762/2004):

Mas que as mães se deem ao trabalho de amamentar seus filhos, e os costumes se reformarão por si próprios, os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações; o Estado se repovoará [...] assim, da correção desse último abuso resultaria em breve uma reforma geral, logo a natureza readquiriria todos os seus direitos. E se as mulheres voltassem a ser mães, logo os homens voltarão a ser pais e maridos (ROUSSEAU, 1762/2004, p. 18 apud PEREIRA, 2014, p. 62).

Assim, Pereira (2014) enfatiza que a maternidade e a moralidade foram entrelaçadas pelos discursos, críticas e sugestões propostas por Rousseau na obra citada, visto que ela se tornou referência como manual de conduta da época, ao sugerir:

[...] para que os pais assumissem seus papéis deveria ser inaugurada uma nova forma de conceber e tratar as crianças, diferenciando suas peculiaridades do mundo adulto, longe do trabalho e confiada às escolas. Entretanto, esse modelo chegou primeiramente para as classes privilegiadas, pois a exploração das crianças pobres nas fábricas perdurou até os meados do XIX, onde, posteriormente, houve lutas contra o trabalho infantil. (PEREIRA, 2014, p.62).

Então, Pereira (2014) enfatiza: as mudanças ocorridas na Inglaterra e que resultaram na Revolução Industrial tiveram uma parcela considerável para a consolidação da “família nuclear”, composta por homem, mulher e filhos/as, sustentando a concepção de amor materno. E ainda, o autor corrobora com as ideias de Motta (2008), ao defender que a privatização das atividades e a industrialização contribuíram para a divisão sexual do trabalho, restando às mulheres a responsabilidade de gerar, criar, educar e transmitir ensinamentos morais aos/as filhos/as. (PEREIRA, 2014, p.63).

Nesta mesma seção de sua dissertação, Pereira (2014) traz para a discussão as contribuições de Forna (1999) ao referir-se à mudança da mãe indiferente para o ideal materno: boa mãe, que cuida de seus/as filhos/ e possuidora de princípios. E esse ideal de maternidade

foi sendo absorvido pela sociedade e começou a fazer parte da cultura das pessoas, já que recebeu o apoio do discurso médico conforme pontuou Pereira (2014, p. 65):

Apoiado pelo discurso médico, no entanto, o qual apelava para a função biológica da maternidade, a privatização do trabalho doméstico e da maternidade foram incorporados pelos ideais culturais.

Neste sentido, é necessário enfatizar que a “naturalização” do ideal de maternidade se deu por conta das demandas sociais da época em que ele surgiu, visto que, conforme destacou Pereira (2014, p. 65) percebeu-se a necessidade de minimizar o despovoamento por conta do pós-guerra de 1918, através “de uma política que incentivava o aumento dos índices de natalidade, por conseguinte, havia uma valorização da maternidade. As práticas de aborto passaram a ser repudiadas e a proibição da publicidade quanto às práticas anticoncepcionais eram reforçadas”.

Após a consolidação do ideal materno, ocorreu a partir do século XX a exaltação da família numerosa, composta por mãe dedicada e do lar, pai trabalhador e filhos/as bem cuidados, segundo enfatizou Pereira (2014, p. 65):

Segundo Motta (2008), a política de natalidade, o discurso médico e a “vulgarização de certas asserções psicanalíticas” engendraram a criação das figuras da boa mãe e da mãe má. O instinto materno e o amor materno, alimentado pelo imaginário social, passaram a ser objetos de estudo pesquisa, que ora estabelecem suas correlações e ora enfatizam suas diferenças a partir de uma leitura não apenas restrita ao âmbito biológico, mas também tendo como referência a influência da evolução cultural e das experiências individuais.

No que se refere às mudanças ocorridas por conta do discurso médico, representando a ciência, Pereira (2014) enfatiza o parto, antes realizado por parteiras, passou a ser realizado por homens médicos, acarretando em muitas mortes, visto que o número de contaminação por falta da esterilização dos materiais e instrumentos utilizados era algo recorrente.

Assim, foi se configurando um ideal de “lar” feliz, alegre e composto por várias pessoas, dentre elas, a mãe, figura central e responsável pela harmonia dos familiares, conforme Julien (2000) citado por Pereira (2014, p. 66) pontuou “[...] depende da maravilha deste ninho ‘que constituem o corpo e o coração da mãe: paraíso originário que se deve perder, por certo, mas cuja experiência inapagável dá ao adulto equilíbrio e estabilidade”.

Pereira (2014, p. 66) cita Lasch (1999) ao destacar às obrigações das mães: A mulher, a mãe, passou a ser encarnada na cena familiar como a cuidadora, a guardiã da educação das crianças e da ordem moral, sustentando no imaginário social uma possível prevenção dos problemas inerentes e externos ao âmago familiar”.

A segunda dissertação analisada, intitulada: **Maternidade e subjetividade feminina no cuidado à pessoa com esquizofrenia: um estudo junguiano**, escrita por Daniella de Souza e Pereira, no ano de 2011, pertencente ao Programa de pós-graduação Mestrado em Psicologia (MAPSI), também traz algumas questões sobre identidade materna, que abordaremos a seguir.

Na análise realizada, podemos destacar o objetivo do trabalho em questão que foi o de “Identificar e refletir sobre aspectos da maternidade e da subjetividade feminina envolvidos na dinâmica familiar a partir do diagnóstico em esquizofrenia do filho”. (PEREIRA, 2011. p. 8).

Pereira (2011) ao realizar sua pesquisa de dissertação, destacou que após a reforma psiquiátrica e a abertura dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as famílias ficaram responsáveis pelos seus parentes acometidos pela esquizofrenia e a responsabilidade na maioria das vezes recai sobre as mães, conforme trecho da dissertação (2011, p. 16):

Socialmente, a maternidade está diretamente relacionada à atividade de cuidar, talvez por isto, mais mães e mulheres estejam se responsabilizando por este papel em relações as pessoas com esquizofrenia.

É, portanto, na construção social e cultural que o ideal de cuidado ao outro é direcionado às mulheres, visto que discursos de essência feminina permeiam o senso comum das pessoas. E tarefas específicas de cuidar passam a ser responsabilidades exclusivas das mulheres.

Uma obra conhecida como referência na problematização e reflexão desta temática é “Um amor conquistado: O mito do amor materno”, publicado no ano de 1985, escrito por Elisabeth Badinter.

Sobre isso, a autora questiona quais seriam as razões que justificam a mudança de atitudes da mãe do século XVIII (considerada indiferente com seus bebês), para a mãe coruja do século XIX e XX (excesso de cuidados especiais com seus bebês), contradizendo a ideia do instinto maternal, perpetuado como um instinto inerente a todas as mulheres e que em algum momento da vida aflorará.

Guedes e Daros (2009) apontam como exclusividade da condição feminina as atividades de “cuidar”, especialmente quando se trata de pessoas doentes.

Em sua dissertação, Pereira (2011) destaca: os papéis do pai, da mãe e o filho/a nas famílias são muito diferentes e podem se modificar, visto que são resultantes de mudanças sociais. A exemplo, a figura paterna no passado compreendida como o único provedor, atualmente, divide esta função com a figura materna.

Sobre a figura paternal e sua influência na formação pessoal dos/as filhos/as, Pereira (2011) cita Jung (1949/1989); Von-Der-Heydt (1979); Vitall (1979) e ressalta a importância desta figura para o desenvolvimento da personalidade dos filhos/as, conforme citação:

A presença paterna nas famílias é fundamental, pois é este que personifica o arquétipo, tornando-o humano. Se o arquétipo não se humaniza ele permanece no indivíduo como imagem primitiva, idealizada. A ausência desta humanização provoca no filho uma identificação com a mãe, permanecendo um “eterno filho” (pueraetenus). Pereira (2011, p. 51).

É na maternidade que a mulher amplia sua consciência sobre sentimentos, levando em conta as perdas e as mudanças de identidade. (PEREIRA, 2011).

Sobre isso, Badinter (1985) destaca que as atitudes maternas não pertencem ao domínio do instinto e que o amor materno é um sentimento humano que se expressam de maneiras diferenciadas, e por isso: “[...] como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina” (1985, p. 14).

Segundo Guedes e Daros (2009) a mulher ao incluir no seu cotidiano a responsabilidade pelo ato de cuidar, distancia-se de outras escolhas e/ou possibilidades. E para explicitar essa condição, as autoras utilizaram a metáfora da galinha e do ovo de Clarice Lispector:

Ovo é coisa para se tomar cuidado. Por isso a galinha é o disfarce do ovo. Para que o ovo atravessasse os tempos à galinha existe. Mãe é para isso [...] O ovo é o grande sacrifício da galinha. O ovo é a cruz que a galinha carrega na vida. O ovo é o sonho inatingível da galinha. A galinha ama o ovo [...]. Se soubesse que tem em si mesma o ovo, perderia o estado de galinha. Ser galinha é isso. A galinha tem o ar constrangido. (LISPECTOR, 1975, p. 58 apud GUEDES e DAROS, 2009, p. 4).

Entretanto, conforme lembrou Pereira (2014), o Estado detecta algumas ameaças provenientes do cuidado das mães em relação às crianças e determina a intervenção de especialistas, cuja função é de serem educadores/as: [...]Professores, assistentes sociais,

psicólogos, juízes, entre outros, passam a ser educadores e normatizadores de condutas. (PEREIRA, 2014, p. 66).

Os profissionais que mais trabalharam como normatizadores de condutas foram os médicos, com seus “manuais de Puericultura” difundidos e comercializados em grande escala. Sobre isso, podemos destacar o texto de Xavier Filha (2007), intitulado “ABC da mãe: o dispositivo pedagógico dos manuais de Puericultura na educação da família”, em que os enunciados dos manuais veiculam e produzem discursos de saber-poder fundamentados em ciências biológicas, médicas, psicológicas e pedagógicas.

A linguagem é impositiva, normativa e prescritiva, constituindo assim um dos elementos fundamentais deste dispositivo pedagógico e a criança é tomada como objeto de conhecimento, passa a ser esquadrinhada, medida, estudada, hierarquizada, homogeneizada.

Neste sentido, os manuais de Puericultura possuíam algumas concepções diferenciadas, das quais, as mais frequentes, classificavam-se entre cinco a destacar: 1) concepção Inatista; 2) concepção Empirista; 3) concepção Interacionista; 4) Concepção histórico-cultural; 5) concepção Ambientalista.

Na concepção Inatista, os preceitos são mais ligados à biologia, apoiando-se na crença de que tudo é inato, já que se encontra pronto no momento do nascimento. Portanto, deve-se esperar que a criança esteja “madura”, “pronta” para receber as informações necessárias, respeitando a sua faixa etária e levar em conta as práticas espontâneas.

Para essa concepção teórica, as capacidades básicas de cada ser humano são inatas, já se encontram praticamente prontas ou potencialmente determinadas e na dependência do amadurecimento para se manifestar.

A ênfase se dá nos fatores maturacionais e hereditários como definidores da constituição do ser humano e do processo de conhecimento. O desenvolvimento é pré-requisito para o aprendizado.

Os processos de ensino só podem ser realizados quando a criança estiver “madura” para efetivar determinada aprendizagem.

Já a segunda concepção encontrada nos manuais de Puericultura conhecida como concepção Empirista, atribui exclusivamente ao ambiente a constituição das características humanas e privilegia a experiência como fonte de conhecimento e de formação de hábitos de comportamento. As características individuais são determinadas por fatores externos ao indivíduo.

O conhecimento é entendido como uma cópia de algo dado no mundo externo e o desenvolvimento e a aprendizagem se confundem e ocorre simultaneamente.

O adulto é considerado a pessoa madura, completo e visto como “modelo” perfeito que deve ensinar as crianças e moldar seu caráter, comportamento e conhecimento.

A aprendizagem é entendida como memorização de um conjunto de conteúdos desarticulados, conseguida através da repetição de exercícios e estimulação por reforços positivos e negativos, tais como elogios ou castigos.

A concepção Interacionista também encontrada em alguns manuais de Puericultura compreende o conhecimento como uma construção contínua. Não há pré- formação, nem inata, nem externa, mas um desenvolvimento contínuo de elaboração sucessiva que implicam a interação de ambas as posições. A criança é considerada como um sistema aberto, em constantes reestruturações, em busca de um estágio final nunca alcançado por completo.

É enfatizada nessa concepção a relação dinâmica entre a bagagem genética, hereditária, e sua adaptação ao meio que se desenvolve. A aprendizagem só se realiza quando a criança elabora seu conhecimento e o ambiente no qual a criança está inserida precisa ser desafiador, promovendo sempre desequilíbrios.

Já a concepção Histórico-cultural preconiza a visão entre o biológico e o social, sendo que ambos são vistos de forma dissociadas. De forma dialética, há constante interação entre os seres humanos e o meio social e cultural em que se inserem. O homem e a mulher são seres que transformam e são transformados nas relações sociais, não sendo passivos nas relações de interação com o mundo cultural, sendo capazes de mudar a sua cultura e sua história. O ser humano transforma-se e é transformado pelo meio social.

Por fim, a concepção Ambientalista é caracterizada por atribuir exclusivamente ao ambiente a constituição das características humanas. O ser humano é visto como um receptáculo vazio. O meio social irá enchê-lo com ensinamentos, exigindo comportamentos determinados. Homens e mulheres são vistos como seres passivos e condicionados a viverem papéis determinados socialmente através de reforços.

A respeito dos discursos produzidos nos manuais de Puericultura, um aspecto relevante de se apontar, é a questão do que é dito e o que não é dito, sendo que para tal observação, utilizamos o referencial de Michel Foucault e sua obra “História da Sexualidade I: a vontade do saber” (2006, p. 29):

Não se deve fazer a divisão binária entre o que diz e o que não diz, é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que formas de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos.

Foucault (2006) afirma que os discursos são produzidos e ora alguns dizem e outros se calam, ora, outros dizem e alguns se calam.

O que devemos ressaltar nos manuais de Puericultura em relação aos discursos ditos ou não, é que tais discursos são utilizados para normatizar as condutas dos pais/mães/responsável perante seus/suas filhos/as, esperando a partir daí “controlar” e “normatizar” posturas.

Segundo afirma Xavier Filha (2007), os discursos obedecem a regras nem sempre inteiramente perceptíveis, especialmente porque o discurso é prática e não um conjunto de signos e palavras com fins de comunicação. O discurso privilegiado e produzido pelos manuais é legitimado pelas ciências médicas e psicológicas.

Xavier Filha (2007) afirma que as identidades são atribuições culturais e fruto de produções discursivas nas relações sociais. Por isso ressaltamos o conceito de identidade utilizado por Louro (1997), a fim de explicitar que as pessoas se constituem com diversas identidades no decorrer de suas vivências.

As identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento – seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tornado como aquele em que a identidade sexual e ou a identidade de gênero seja “assentada”, ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (LOURO, 1997, p.27).

Como podemos perceber com a citação de Louro (1997), as identidades estão em constante construção, podendo ser modificadas e transformadas a partir da interferência de vários fatores.

Sobre identidade da mulher, apresentaremos a dissertação intitulada **“Geografia e Gênero no assentamento rural Joana D’arc III: Um lugar às margens da Estrada”**, escrito por Telma Ferreira da Silva, no ano de 2014 pertencente ao Programa de pós-graduação em Geografia (PPGG). O objetivo deste trabalho é analisar como são organizadas as atividades na lavoura a partir da distribuição de tarefas entre os membros da família e que mudanças

aconteceram no desenvolvimento do Assentamento que podem ter influenciado o modo de vida das mulheres agricultoras, no ano de 2013.

A autora elencou ainda como objetivos específicos: “seguir o viés das representações de gênero afim de verificar o envolvimento das mulheres nas atividades desenvolvidas na agricultura, as rotinas diárias e as influências advindas com a implantação da Hidrelétrica de Santo Antônio nas formas de construção social de gênero”.

Silva (2014) na seção 5.2 de sua dissertação intitulada “O Sentimento Feminino no Espaço Rural e a Rotina da Mulher” destaca as diversas atividades realizadas pelas mulheres ribeirinhas e em sua análise cita Fernandez (2001) para embasar a afirmação de que muitas vezes, estas atividades não são reconhecidas pela sociedade como trabalho:

O trabalho doméstico é visto como inerente à natureza as mulheres: as mulheres estão naturalmente destinadas ao “cuidado” das crianças, e dentro deste cuidado entraria a tarefa de educa-la. Ao considerá-lo de tal modo, lhe é tirado o valor de trabalho produtivo, desvalorizando a tarefa em si, e a quem a exerce (FERNANDEZ, 2001, p. 110).

A respeito do trabalho das mulheres, Michelle Perrot (2007) em seu livro *Minha História das mulheres*, especificamente no capítulo 4 intitulado “O trabalho das mulheres”, a escritora explica como se deu as relações entre as mulheres e o trabalho: das camponesas; trabalho doméstico; operárias e as novas profissões do setor terciário. Para nós, o que interessa neste momento, é a parte em que Perrot (2007) explicita o trabalho das mulheres camponesas, por se aproximar das mulheres ribeirinhas.

Sobre isso, Perrot (2007) confirma a desvalorização do trabalho realizado por mulheres ao escrever:

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizada, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. (PERROT, 2007, p. 109).

Podemos então, comparar a realidade das mulheres camponesas em que Perrot (2007) se reportou à realidade das mulheres ribeirinhas descrita na dissertação de Silva (2014). Segundo a pesquisadora:

[...]as camponesas são as mais silenciosas das mulheres. Imersas na hierarquia de sociedades patriarcais, são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural que parece escapar à história, sendo mais objeto das pesquisas dos etnólogos.

A realidade destacada acima por Perrot (2007) pode ser contemplada no trecho da dissertação de Silva (2014, p. 110): A “rotina de atividades no espaço rural são construídas e repassadas de mãe para filha” e “esta super carga de opressão é entendida como obrigação e desrespeito à própria identidade de mulher. A saber, são situações de descaso que oprimem a mulher, levando-a a desacreditar na vida”.

Dessa forma, as mulheres ribeirinhas de Silva (2014) assim como as camponesas de Perrot (2007) condicionam suas atitudes e ações a partir das práticas transmitidas de mães para filhas, obedecendo a regras machistas e que retroalimentam as bases do discurso patriarcal de cada contexto.

Outra dissertação que também aborda a temática de mulheres ribeirinhas é **“Vivência espacial das mulheres ribeirinhas: os espaços paradoxais do distrito de Nazaré”**, escrito por Luciane Gomes Lopes, defendida no ano de 2013. A autora aborda entre outros assuntos, a “investigação da forma de caracterização do lugar a partir da participação feminina, incluindo levantamento das atividades e distribuição espacial das mulheres no Distrito de Nazaré, comunidade do Baixo Rio Madeira no município de Porto Velho”. (LOPES, 2013, p. 10).

Propôs como objetivo geral: “investigar o cotidiano da mulher ribeirinha e as formas de relações sociais que colaboram para a produção do espaço sob o enfoque das relações de gênero tanto no ambiente privado, quanto no público”. (LOPES, 2013, p. 10).

Lopes (2013) parte de uma metodologia que privilegiou estudos qualitativos e quantitativos, pautando-se em uma abordagem fenomenológica do espaço vivido, de relação entre sociedade e cultura. (Lopes, 2013, p. 10).

Dessa forma, Lopes (2013, p. 40) dedicou-se em investigar uma comunidade ribeirinha, explicitando a importância de tal análise, visto que: “[...] nos permite a compreensão a respeito de um espaço que se caracteriza por um modo de viver perceptivelmente diferenciado daquele que pode chamar-se de urbanizado, do qual fazemos parte”.

A divisão do trabalho nas comunidades ribeirinhas é constante, como aponta Lopes (2013, p. 62): “As mulheres tem uma participação ativa, pescam mas no que se refere ao trabalho relacionado aos espaços exteriores os homens é que os fazem, como por exemplo, vir trabalhar na cidade, ou em alguma firma, ou órgão público local”.

Perrot (2007, p. 111) evidencia que a rotina das mulheres camponesas era ditada pelas regras impostas pela família, com a divisão de papéis, tarefas e espaços, igualmente parecida com a rotina das mulheres ribeirinhas, em harmonia com a citação a seguir:

[...] para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta. [...] De acordo com a idade e com a posição na família, eles trabalhavam no campo por ocasião das colheitas de todos os tipos, de batatas e vindimas, curvadas sobre a terra ou peso de cargas. A velha camponesa é uma mulher curvada [...] ocupada, preocupada em vestir (ela fia) e em alimentar os seus (auto-subsistência e confecção das refeições) e, se possível, trazer para casa um suplemento monetário a partir do momento em que o campo se abriu para o mercado: mercado alimentar, mercado têxtil. [...] esse mundo rural, cujo pilar é o casal, é muito hierarquizado: entre os sexos (ele é o senhor); entre as mulheres. A dona-de-casa reina sobre a família e os agregados.

O poder é exercido de forma categórica na vida dessas mulheres, tal qual mencionou Perrot (2007, p. 112): “Essa vida rude tem seus ritos e seus prazeres para as mulheres, cujo poder oculto é, com frequência, muito forte. Ele se exerce pelo olhar e pela palavra”.

Podemos perceber o poder do discurso e das divisões das atividades pelo gênero, como algo acabado e imutável, em consonância ao que Silva (2014, p. 94) descreve:

A rotina, embora pereça ser constante, é exercida em etapas, que envolvam a mulher e ela não percebe a fadiga, sentindo, ao contrário, alegria e não causando *stress* quando realiza as atividades cotidianas. Os diversos trabalhos desenvolvidos no campo rural, como as atividades de extração de polpas de frutas, extração do açaí, feitiço da farinha de mandioca, agropecuária, cuidado com o alimento e a proteção com criações (porco, galinha, cachorro, pato, ovelha, carneiro entre outros), no cotidiano da mulher que mora no espaço rural é preenchido diurno e noturno constantemente.

Evidenciamos como na época das mulheres camponesas descrita por Perrot (2007) em que homens e mulheres tinham suas atividades diárias bem divididas, o mesmo ocorre atualmente com as mulheres ribeirinhas participantes da pesquisa de Silva (2014).

Então, como resultado destas práticas, a identidade das mulheres é desrespeitada, modificada e moldada conforme a demanda social construída e aceita como a “natural”, conforme fica evidenciado na citação de Silva (2014, p. 95):

Nesta realidade, a feminilidade da mulher é anulada para a construção social de uma pessoa que trabalha, realiza as atividades, buscando conciliar os

afazeres e as obrigações, sendo esquecida pela sociedade a mulher que tem anseios, saudades e pensamentos que são guardados no seu ser consciente, e sentimento de feminilidade que, muitas vezes, são anulados pela rotina exercida.

Percebemos a divisão sexual para o trabalho presente no Assentamento Joana D'Arc III, através do quadro disponibilizado por Silva (2014, p. 100):

Quadro 14 - Rotina diária das mulheres no Assentamento Joana D'Arc III.

ATIVIDADES DIARIAS REALIZADAS POR MULHERES		ATIVIDADES DIARIAS REALIZADAS POR HOMENS
Colocar comida para os bichos, fazer o café e servir as crianças e marido. Na lavora	Das 6h às 8h	Na maioria das vezes fica deitado, ou amola as ferramentas de trabalho.
Fazendo o almoço, limpando a casa e outros afazeres em casa.	Das 8h às 10h	Na lavoura
Servido o almoço, organizando a casa.	Das 10h às 12h	Preparando os utensílios de caça ou pesca
Lavando roupas ou organizando, dobrando, guardando.	Das 12h às 14h	Na maioria das vezes deitado
Na lavora	Das 14h às 16h	Preparando os utensílios de caça ou pesca no botequim.
Organizando o jantar, servindo e depois assistindo televisão.	Das 16h às 18h	Na lavora
	Das 18h às 20h	Na maioria das vezes no botequim, bebendo ou assistindo televisão.

Fonte: Retirada da dissertação de SILVA (2014, p. 100)

Após observar atentamente o quadro acima, podemos ressaltar a diferença existente entre as atividades realizadas pelas mulheres e homens desta comunidade. Enquanto há momentos em que elas estão se dedicando à diversas atividades, os homens estão deitados, bebendo ou assistindo televisão. É explicitado a desigualdade no que diz respeito as divisões de tarefas e ainda, no que concerne ao lazer.

Lopes (2013, p. 73) elencou alguns marcadores em sua pesquisa, tais como: profissão dos moradores, dedicação em horas diárias no trabalho, divisão de atividades no trabalho e no âmbito familiar por gênero, participação em movimentos sociais, festejos locais e atividades de lazer.

O destaque na pesquisa realizada por Lopes (2013) se deu justamente nas atividades desenvolvidas pelas mulheres, salientando o “direito de” negado às mulheres, visto que estão

sempre “ocupadas” com suas funções pré-estabelecidas, não possuindo o direito de escolha, mudança ou simplesmente “deitar-se” como os homens fazem corriqueiramente.

Já no trabalho realizado por Silva (2014), a rotina das mulheres residentes no Assentamento Joana D’Arc III é pautada na construção social, tal qual a citação abaixo realça:

Nesta realidade, a feminilidade da mulher é anulada para a construção social de uma pessoa que trabalha, realiza as atividades, buscando conciliar os afazeres e as obrigações, sendo esquecida pela sociedade a mulher que tem anseios, saudades e pensamentos que são guardados no seu ser consciente, e sentimento de feminilidade que, muitas vezes, são anulados pela rotina exercida. (SILVA, 2014, p. 95).

Ocorre, portanto, a anulação da identidade da mulher, pois a mesma precisa dedicar-se às mais diversas tarefas para a manutenção da ordem de seu lar, enquanto seu marido dedica-se a três atividades na maioria das vezes, duas de caráter produtivo (lavoura) e outra de caráter do lazer (deitado, bebendo, assistindo televisão). Em contrapartida, as mulheres dedicam-se a mais de 14 atividades de caráter produtivo relacionadas ao cuidado do lar, da comida e do bem-estar dos seus familiares (filho/as e marido); e uma atividade de caráter do lazer (assisti televisão) tarde da noite, após cumprir todas as suas “obrigações”.

No que se refere a construção da identidade feminina das adolescentes, encontramos a dissertação defendida no ano de 2013 escrita por Keila Renata de Brito Frederichi, com o título: **“Aspectos subjetivos de adolescentes do sexo feminino que vivem em um abrigo de Rondônia”, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – MAPSI.**

O objetivo deste trabalho foi o de “refletir sobre a subjetividade de adolescentes inseridas em contexto de acolhimento institucional. Para tanto buscou compreender o processo do adolecer e a singularidade da experiência de viver em abrigo”. (Frederichi, 2013, p. 8).

Conforme salienta Avila (2005), as teorias psicológicas dividem-se em duas vertentes afim de compreender e explicar a adolescência. Segundo ela, existe a “visão naturalista e universalizante que reforça o comportamento patológico do/a adolescente e a visão histórica social, a qual leva em conta a totalidade da qual a adolescência faz parte ou está inserida”. (AVILA, 2005, p. 1).

Frederichi (2013, p. 42) cita Dessen (2010) para descrever como se configurava a família do século XX: “no período de 1920 a 1940 predominava a família nuclear, com muitos filhos e uma hierarquia clara, com divisão de tarefas em função do gênero”. E depois recorre a Phillippe Ariès (1981) e sua obra História Social da Criança e da Família, afim de evidenciaras

mudanças na unidade familiar ocorridas a partir do século XV, com a inserção de uma nova maneira de compreender a família. Cabe enfatizar o aumento no número dos divórcios como fator auxiliador na construção de novas configurações familiares, de acordo com a citação a seguir:

É importante destacar que o aumento do número de divórcios contribuiu para a construção de novas configurações familiares. Desses arranjos fez-se surgir as famílias monoparentais, que são constituídas por apenas um dos pais e os filhos e as famílias cangurus que compreendem um dos cônjuges e seus filhos que voltaram a morar com os pais. O cenário social ficou marcado, desde então, por reformulações de projetos e aspirações sociais refletindo os novos valores, crenças e práticas sociais que resultaram tanto em divórcios quanto em recasamentos (DESSEN, 2010).

Encontramos também o trabalho intitulado: **“A sexualidade no discurso de adolescentes: um estudo numa escola pública de Porto Velho”** escrito por Adegemauro de Brito Faria, defendida no ano de 2012. A pesquisa tem como objetivo geral, analisar a partir do ponto de vista dos adolescentes, de que modo a escola tem lidado com a temática sobre sexualidade, utilizando a abordagem histórico-cultural. (FARIA, 2012, p. 9).

Ávila (2005, p. 2) destaca a compreensão de Airès (1986) ao ponderar sobre as mudanças na compreensão do termo adolescência como “um conceito que não apareceu antes do final do século XVIII e século XX. Acerca disso, Airès (1986, p. 2) aprofunda em quais foram essas mudanças:

Por muito tempo, as crianças eram introduzidas no mundo do trabalho a partir dos sete anos; poucas estudavam ou permaneciam muito tempo no sistema educativo, onde também não estavam separadas por níveis diferenciados de idade. Como a adolescência não era considerada um período particular de desenvolvimento, não existia, ainda, uma cultura adolescente. Em consequência da complexidade das sociedades modernas industrializadas foi-se criando um espaço intermediário entre a infância e a idade adulta, entre a maturidade bio-fisiológica e a maturidade psicossocial, sendo resultado dos padrões de mudança da nossa sociedade.

Então, sobre as mudanças ocorridas na adolescência, e a compreensão dela como um período peculiar e intermediário entre a fase infantil e a fase adulta dos sujeitos, destacamos o trecho da dissertação de Frederichi (2013) cujo texto explicita bem essa compreensão: “O termo adolescência, de origem latina, vem do verbo *adolescere*, que significa desenvolver-se, crescer.

E é próximo do termo *addolescere*, que significa adoecer” (MATHEUS, 2010 apud Frederichi, 2013).

Ele explica ainda que a proximidade entre a grafia e os significados é proposital, pois ambos representam: “passagem, mudança, inconformidade frente ao estabelecido e, portanto, caracteriza-se por crise”. (FREDERICHI, 2013, p. 54).

6.8 Abuso sexual

Para compreendermos como se dão as relações de violência e abuso sexual contra meninas, precisamos compreender o conceito de violência. Nessa perspectiva, (NEVES, et al., 2010) conceitua a violência como um fenômeno social que causa preocupação ao poder público e também tem sido bastante estudada pelas mais diversas áreas. E ainda, a violência é “toda e qualquer forma de opressão, de maus-tratos e de agressão, tanto no plano físico como no emocional, que contribuem para o sofrimento de uma pessoa”. (NEVES, et al., 2010, p. 2).

Neste sentido, a violência sexual contra a criança recebe a nomenclatura pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como abuso sexual infantil e se caracteriza pelo:

[...] envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. (World Health Organization – WHO –, 1999, p. 7; apud NEVES, et al., 2010, p. 101).

No que se refere ao abuso sexual infantil, existem duas caracterizações distintas, o extrafamiliar e o intrafamiliar. E sobre isso, o Direito classifica como abuso sexual:

O envolvimento de uma criança menor de 14 anos em atos sexuais, com ou sem contato físico, ao qual não pode livremente consentir, em razão da idade e da natureza do abusador, ocorrendo com ou sem violência física e/ou psicológica (JESUS, 2006; MALACRE, 2006; apud NEVES, et al., 2010, p.104).

Então, a partir das informações disponibilizadas por Neves et al (2010), podemos pontuar as principais características da última dissertação selecionada para a realização deste estudo.

O trabalho classificado nesta categoria de análise foi intitulado “As vivências maternas no abuso sexual intrafamiliar de meninas acolhidas institucionalmente em Porto Velho - RO”, escrito por Lyerka Kallyane Ramos Fernandes, no ano de 2015, pertencente ao Programa de pós-graduação em Psicologia (MAPSI). O objetivo deste trabalho foi o de “propõe-se interpretar as vivências maternas e suas ações frente à revelação de abuso sexual em meninas no contexto familiar”. (FERNANDES, 2015, p. 10).

Uma prática muito comum nos séculos passados eram o uso da violência contra crianças e, que só foram sendo modificadas a partir do século XX, conforme pontuou FERNANDES (2015). E no século XXI, de acordo com autores trazidos para a discussão por Fernandes (2015, p. 28):

A violência intrafamiliar é considerada um problema de saúde pública, podendo ser até mesmo comparada ao porte de doenças como o alcoolismo e depressão. Os dados apresentados em pesquisas tentam apontar a frequência com que esse fenômeno ocorre, sendo enfrentadas, entretanto, dificuldades ligadas ao segredo familiar. (AZEVEDO; GUERRA, 2005; RIBEIRO; BORGES, 2005).

Dessa maneira, podemos inferir que não foram os números de abusos sexuais contra crianças que aumentou, mas sim a compreensão de que, de fato, essas ações são abusos e não estão de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desrespeitando os direitos das crianças. E ainda, apesar da tentativa frequente em muitos casos de “esconder” ou “ocultar” os abusos, a sociedade de uma maneira geral está mais atenta a esses casos, denunciando quando tem suspeitas de alguns casos.

Fernandes (2015, p. 29) classificou o abuso sexual infantil em dois, a partir das contribuições de Guerra (1998) como: intrafamiliar (violência ocorrida dentro da família, tendo como abusador alguém muito próximo ou um parente) e extrafamiliar (violência ocorrida fora do lar ou o abusador é alguém não próximo à família).

Assim, o questionamento que surge é: como as pessoas que deveriam ser responsáveis pelo cuidado dessas crianças são as mesmas que violentam ou que não “percebem” que a violência está ocorrendo? Qual o papel das mães nestes processos? Acerca disso, Fernandes (2015, p. 32) destaca o papel da mãe, como: “A figura materna geralmente costuma ser a pessoa mais próxima da criança e que por essa razão “deveria” ser a identificadora de que a situação do abuso sexual está ocorrendo”. Portanto, a mãe é “vista como vítima secundária, devendo-se destinar a esta também um olhar diferenciado para compreensão do fenômeno”.

Outro aspecto descrito por Fernandes (2015, p. 34), diz respeito à repetição nas interações com as crianças, ou ainda, nos relacionamentos conjugais de algumas mulheres que vivenciaram a violência em suas infâncias, seja na forma de abandono, abuso físico ou abuso sexual.

Uma das explicações para a compreensão das mães acerca do fenômeno está pautado em sentimentos de confusão e ambiguidade (raiva, ciúme e culpa) e, em decorrência disso, muitas mães optam por se calarem diante da situação de violência vivenciada por suas filhas.

Algumas características das personalidades de algumas mães que tiveram suas filhas abusadas, são destacadas por Amendola (2004) apud Fernandes (2015, p. 34):

- Permissividade para que outros tomem decisões em seu lugar;
- Dificuldade em exigir de pessoas as quais tem dependência;
- Preterição de suas necessidades às dos outros, medo exacerbado de abandono e solidão;
- Percepção Própria de incompetência e desamparo.

Em decorrência dessas características, pode ocorrer uma dependência emocional, incentivando a necessidade de estar ligada a outra pessoa, justificando anos de convivência com parceiros agressivos.

Fernandes (2015) conclui sua pesquisa afirmando a importância da criação de novas Políticas Públicas a fim de atender também as mães de crianças abusadas sexualmente, auxiliando assim no rompimento de julgamentos e culpabilização.

7 LIÇÕES APRENDIDAS

Iniciamos a escrita deste trabalho procurando responder ao seguinte questionamento: as mulheres fizeram história na história?; e também retomamos alguns dos principais embates enfrentados pelas pessoas que se empenharam em reivindicar e apoiar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, posicionando-se contra as desigualdades e preconceitos de gênero que eram corriqueiros e “aceitáveis” da época.

A partir desta inquietação, realizamos pesquisas sobre a história das mulheres, afim de compreender como se deu esse processo, e quais os motivos que ocasionaram no silenciamento dessas histórias.

Elencamos como objetivo geral mapear e analisar as produções científicas que abordam a temática mulheres, a partir das dissertações produzidas nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Rondônia, no período de 2000 a 2015.

E, como objetivos específicos: analisar a ênfase das temáticas abordadas na produção acadêmica, no sentido de perceber as principais tendências nas pesquisas sobre mulheres e/ou gênero; analisar os principais referenciais teóricos que subsidiaram e sustentaram as pesquisas sobre mulheres e/ou gênero; Descrever as principais abordagens metodológicas, tipos de estudo e análises das pesquisas que tratam da temática mulheres e/ou gênero; Verificar quais os principais resultados indicados nas produções acadêmicas sobre mulheres e/ou gênero, identificando os aspectos abordados e os ignorados que podem constituir-se em objetos de investigação e futuras pesquisas deste campo.

Para tanto, recorreremos aos escritos de diversas personalidades que atualmente são tidas como referência na luta pelos direitos das mulheres, tais como: Betty Friedan, Simone de Beauvoir, Michele Perrot, Joan Scott, Mary Wollstonecraft e Judith Butler. Cada uma delas contribuiu com questionamentos publicados nos artigos e livros e que tiveram ampla divulgação, principalmente pelas mulheres feministas, ativistas com a causa feminina e socialistas.

Dessa maneira, concomitantemente ao surgimento dos movimentos sociais, o movimento feminista inicia suas atividades inspirado nas ideias iluministas ao reivindicar direitos sociais e políticos para as mulheres desde a década de 1960.

Assim, o movimento feminista iniciado na França se desenvolve em três “ondas” distintas. Na primeira onda, lutou-se pelos direitos civis, políticos e educativos para a

emancipação das mulheres e influencia vários países, a destacar: Reino Unido e Estados Unidos.

Já na segunda onda, iniciado na década de 1970, as reivindicações se pautavam em torno da igualdade de direitos entre homens e mulheres, a valorização do trabalho das mulheres e a luta contra a violência sexual. Foi trazida à tona nesse período, a condição de opressão em que as mulheres se encontravam.

A terceira onda feminista, iniciou-se na década de 1990 focou seus esforços para que as mulheres alcançassem a liberdade sobre seus próprios corpos, a legalização ou descriminalização do aborto e a inclusão da discussão da diversidade dos gêneros (heterossexual, homossexual, transexual, entre outros) nos campos sociais de maneira geral.

Por conseguinte, as pautas do movimento feminista causaram grande impacto social em vários países, inclusive no Brasil e desencadearam em alguns marcos teóricos importantes que amenizam as desigualdades vivenciadas entre homens e mulheres.

Apesar de o mundo ter passado por grandes transformações sociais, religiosas e políticas com a crescente produção de diversos trabalhos científicos sobre mulheres nas Universidades terem culminado na ampliação das discussões sobre direitos e emancipação das mulheres, a desigualdade entre os gêneros ainda prevalece no campo das relações sociais.

No Brasil, podemos destacar 2 importantes marcos teóricos responsáveis pelas transformações nas vidas de milhares de mulheres que, por certo tempo estavam desprotegidas legalmente, e por conta disso, eram vítimas de todo o tipo de violência.

O primeiro é a lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, prevendo punições para quem cometer violência contra mulheres. Já o segundo marco teórico, é a lei do Feminicídio 13.104 de 09 de Março de 2015, que estabeleceu punição mais severa para quem cometer violência contra mulheres, transformando este crime em hediondo. E, apesar das mulheres terem conquistado vários direitos ao longo dos tempos resultantes das reivindicações do movimento feminista, desigualdades de gênero ainda ocorrem.

Infelizmente, há o predomínio do discurso patriarcal e machista, regulador das interações entre pessoas, sejam elas, amorosas, profissionais, educacionais, etc.

Vivemos sob uma ordem social excludente e segregadora, que insiste em categorizar as pessoas, impondo papéis e identidades de gênero aceitáveis e desejáveis. E as mulheres que rompem com essa lógica, são severamente excluídas e julgadas, pela sociedade, que insiste em “cobrar” posturas e condutas consideradas normais.

É sabido que as mulheres conquistaram o direito de optar ou não pela maternidade, através da ingestão da pílula anticoncepcional ou da pílula do dia seguinte, tomando para si a responsabilidade de decisão no que diz respeito a liberdade sexual, pauta esta de reivindicações do movimento feminista.

Cabe ressaltar também a inserção das mulheres na vida pública e no mercado de trabalho, visto que, estes espaços outrora eram ocupados somente por homens. E com as mudanças ocorridas na sociedade, as mulheres conseguiram expandir suas atividades nos mais diversos setores profissionais considerados por muito tempo como espaços masculinos.

Em suma, a atuação profissional das mulheres não se restringiu apenas a “profissões” femininas, visto que, o ensino e a profissionalização admitiram a presença de homens e também das mulheres, expandindo dessa forma a atuação das mulheres em toda e qualquer profissão.

Conquistaram também o direito de escolher se querem se casar, com quem casar, se tem o desejo de ter filhos, de viver solteira e feliz, ou dedicar-se a uma carreira profissional bem-sucedida, de dedicar-se aos trabalhos manuais, da casa. Enfim, a maior conquista realizada pelas mulheres no século XX foi o direito de ter direitos, de realizar suas próprias escolhas, pautadas em anseios e desejos subjetivos.

Então, após as diversas mudanças jurídicas, sociais e culturais, houve a desconstrução da imagem idealizada da mulher/mãe/esposa feliz e realizada, culminando em novas formas de feminilidades, não mais no singular, mas sim plural e diversa, de acordo com a individualidade de cada uma.

Segue-se a isso, a organização e expansão de vários movimentos sociais no Brasil, e os posicionamentos contrários a essas verdades científicas surgem com grande força, através de seminários e mesas redondas realizados para problematizar e modificar conceitos normativos, polarizados e patologizados que não valorizavam a individualidade dos sujeitos.

E essa compreensão diferenciada sobre a essência feminina, se deu graças às pesquisas, seminários, palestras e discussões realizadas na Academia, dentro das mais diversas ciências, cujas professoras responsáveis pelas disciplinas, em sua maioria foram militantes atuantes nos movimentos feministas e sociais no Brasil.

Por conta disso, disseminou-se nas Universidades Públicas a problematização e a reflexão acerca das temáticas que englobam as mulheres, incluídas no currículo escolar como disciplinas optativas, projetos de extensão, Seminários, Projetos de Pesquisa, artigos, dissertações e teses, dentre outros.

De início, as produções estavam focadas nas diferenças sexuais entre homens e mulheres, destacando o caráter biologizante. Posteriormente, o foco desviou-se para as análises das “patologias e desvios sexuais”, cuja área de Psicologia contribuiu para a disseminação dessas “verdades científicas”, perpetuando ideias preconceituosas.

No caso específico da Unir, os primeiros cursos a discutir a temática gênero e mulheres foram os de Geografia e Psicologia. Suas pesquisas subdividem-se em bibliográficas, exploratórias, de campo, etc; problematizando estereótipos de gênero e condições desiguais de mulheres e homens.

Verificou-se através da nossa pesquisa como gênese do desrespeito a mulher, um discurso pautado em aspectos culturais e sociais, perpassados por atitudes e regras de conduta que durante séculos nortearam (e ainda norteiam) as sociedades, impondo papéis e identidades de gênero.

Neste sentido, pesquisas sobre gênero e mulheres, como vimos são realizadas na Unir, entretanto, ainda são poucas em termos gerais, visto que o quantitativo total de dissertações defendidas até o ano de 2016 foi de 752. Destas, apenas 25 contemplaram a temática gênero e mulheres, o que representa um percentual de 3,32%.

No que diz respeito às pesquisas que discutem a temática mulheres, a Psicologia ainda alimenta os baixos índices de publicações, pesquisas e análises. E, sobre essa realidade, surgem críticas de especialistas no assunto, tais como a de Zanello (2016, p. 12): “Se a psicologia não tem uma crítica de gênero, ela acaba sendo uma nova forma de violência, tanto teórica quanto institucional”. E para que mudanças ocorram, Zanello (2016, p. 12) sugere algumas ações a serem realizadas, especialmente por profissionais da área da Psicologia:

- Visibilizar a violência contra as mulheres;
- Sensibilizar o profissional para que notifique no prontuário;
- Incentivar o profissional da Psicologia a desenvolver pesquisas sobre o tema afim de questionar e problematizar a relação entre a violência e o adoecimento psíquico. (ZANELLO, 2016, p. 12).

Finalizando este trabalho, acreditamos que o fomento para a realização de pesquisas, projetos e produção científica que contemple essa temática deva ser incentivado e ampliado na Unir, para que, a partir das reflexões acadêmicas, projetos de extensão sejam implementados, e que atendam a comunidade em geral com intuito de diminuir as desigualdades de gênero e propor momentos de reflexão sobre as práticas preconceituosas, desiguais e violentas enfrentadas por muitas mulheres que vivem em Rondônia.

REFERÊNCIAS

ALVES, B.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Ed. Abril cultural: Brasiliense, 1991.

ANGELIN, R. A “caça-as-bruxas”: uma interpretação feminista. Revista Espaço Acadêmico. [on-line]. Nº 53, 2005, out. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/053/53angelin.htm#_ftn1> ISSN 1519 – 6186. Acesso em: jun. 2016.

ARAÚJO, C. B. M. R. **Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta: diálogos feministas**. Revista de Estudos Literários: Água Viva. [on-line]. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/download/3295/2886>>. Acesso em: jul. 2016.

ARAÚJO, J. B. de. A desconstrução dos processos identitários dos gêneros sexuais em Judith Butler, **Revista Multidisciplinares da Uniesp** [on-line]. Edição 11. São Paulo: Saber Acadêmico, 2011, jun 2011. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista11/pdf/artigos/03.pdf>>. ISSN 1980-5950. Acesso em: jul. 2016.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

1 Simpósio. Internacional do Adolescente, maio, 2005. Rio de Janeiro. A adolescência como ideal social. Faculdades Integradas Maria Thereza e Centro Universitário Metodista UniBennett. (Ávila de O, F, de, S.).

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARATA, G. F. **A primeira década da AIDS no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983 a 1992)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BAUER, C. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BÍBLIA, A. T. **Gênesis**. Português. Bíblia Sagrada – Bíblia de Estudo da Mulher. Versão de João Ferreira de Almeida. Belo Horizonte: Atos, 2002. 1346p. Gn. 2.21-23.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. **Lei N.º 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-actualizada-pl.html>> Acesso em: dez. 2016.

CÂMARA NOTÍCIAS. Direitos humanos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camara-noticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/514454-LEI-MARIA-DA-PENHA-COMPLETA-10-ANOS,-MAS-VIOLENCIA-DOMESTICA-AINDA-E-AMEACA.html>>. [Online]. Acesso em: dez. 2016.

CAMPOI, I. C. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, Franca, v. 30, n. 2, p. 196-213, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: out. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000200010>.

CANAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, nº. 37, p. 45-57, 2008.

CASTAÑEDA, M. **O machismo invisível**. São Paulo: Ed. A girafa, 2006.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COMITÊ FEMININO POPULAR. **Textos marxistas-leninistas-maoístas sobre a questão da Mulher**. Edições Seara Vermelha. 1999).

COSTA, da C. M. **Divulgando a visibilidade das mulheres na ciência**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15s0/17.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

COSTA, D. V. **Experiências de mulheres da Amazônia com a Hanseníase**. 2011, 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR. Porto Velho, 2011.

CUNHA, A. Z. S. Hanseníase: aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle. **Ciência & Saúde Coletiva** 2002;7(2):235-42.

DEAUX, K. **Sex and gender**. *Annual Review of Psychology*, 36, p. 49-81.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, v.4 n. 1 Florianópolis jan/jun 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>> Acesso em: jun. 2016.

DICIONÁRIO Michaelis. Melhoramentos, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=sexismo>> Acesso em: jun. 2015.

DICIONÁRIO Escolar da Língua Portuguesa. Academia Brasileira de Letras, 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

DUARTE, A. R. F. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, n. 1, p. 287-293, jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-> Acesso em: abr. 2016.

DUARTE, C. T. M.; PARADA, L. de. G. M. C.; SOUZA, de L. do R. Vulnerabilidade de mulheres vivendo com HIV/Aids. *Revista Latino-Am. Enfermagem*. jan/fev. 2014.

DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). **Escrever a história das mulheres**. História das mulheres no Ocidente. Lisboa: Afrontamento, 1991, p. 13. In: GONÇALVES, L. A. História & gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 52-53.

EHRENREICH, B.; ENGLISH, D. Hexen, Hebammen und Krankenschwestern. 11. Auflage. München: Frauenoffensive, 1984. In: ANGELIN, R. A “caça-as-bruxas”: uma interpretação feminista. **Revista Espaço Acadêmico**. [on-line]. Nº 53, 2005, out. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/053/53angelin.htm#_ftn1> ISSN 1519 – 6186. Acesso em: jun. 2016.

FERNANDES, R. K. L. **As vivências maternas no abuso sexual intrafamiliar de meninas acolhidas institucionalmente em Porto Velho – RO**. 2015. 100 F. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. 2015.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, 2002, 23, nº 79, p.257-272, ago. ISSN 0101-7330. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>> Acesso em: fev. 2016

FREDERICHI, B. de. R. K. **Aspectos subjetivos de adolescentes do sexo feminino que vivem em um abrigo de Rondônia**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

FREITAS, G. L. J. **Mulheres trabalhadoras no garimpo Rio Madeira - RO: interfaces de vulnerabilidade ao HIV/Aids**. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2006. 148 fls. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciência e Tecnologia. Porto Velho. 2006.

FRIEDAN, B. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes Limitada. 1971. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2007/02/374147.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

FONSECA, da. R. M. G. S. **A construção da identidade de mulheres e homens como processo histórico-social**. [200?]. Disponível em: <<http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=110115>>. Acesso em: jun. 2016.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. 2006.

GARCIA, J. R. L. **Entre a “loucura” e a hanseníase: interfaces históricas das práticas e políticas instituídas**. *Hansenologia Internationalis* 2001;26(1):14-22.

GUEDES, S. de O.; DAROS, A. M. **Cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético**. *Revista Serviço Social, Londrina*, v. 12, n. 1, p. 122-134, jul/dez. 2009.

GIANOTTI, V. **O Dia das Mulheres nasceu das mulheres socialistas**. mar. 2004. Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br/memoria/mulheres-vito.html>>. Acesso em: abr. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GONÇALVES, L. A. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, M. C. M. **Estado do conhecimento da alfabetização no Brasil (1944 - 2009)**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás. 2011. 213 fls. Goiânia. 2011. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=981>. Acesso em: dez. 2016.

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Antropologia em 1ª mão, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

HONORATO, M. de R. P. **Um descanso na loucura: um estudo psicanalítico sobre as relações amorosas e a sexualidade na Psicose**. 2012. 158 f. (Mestrado Acadêmico em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia - MAPSI da Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

HYPÓLITO, Á. L. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas-SP: Papirus, 1997.

KOLLONTAI, A. A família e o Estado Socialista. 2. Os trabalhos domésticos deixam de ser necessários. p. 34-36. In: COMITÊ FEMININO POPULAR. **Textos marxistas-leninistas-maoístas sobre a questão da Mulher**. Edições Seara Vermelha. 1999. p. 35.

LOURO, L. G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva Pós – estruturalista**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, del M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 442-482.

MASSALAI, L. **Entre tramas, laços e nós: um olhar sobre a prática de orientadoras educacionais**. 2013, 410 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR. 2013.

MEDEIROS, F. T. **Geografia e gênero: Um Estudo no Contexto Escolar**. 140 f. 2008. Mestrado (em Geografia). Programa de Mestrado em Geografia – PPGG, Núcleo de Ciência e Tecnologia. Universidade Federal de Rondônia. 2008.

MELLO, L.; GONÇALVES, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Revista Cronos**, v. 11, p. 163-173, 2012.

MELO, S. C.; MACHADO, G. C. M. Notas para a História da Educação: Considerações acerca do Decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1789, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.34, p.294-305, jun.2009 - ISSN: 1676-2584.

MENSCHIK, J. **Feminismus, Geschichte, Theorie und Praxis**. Köln: Verlag Pahl-Rugenstein, 1977. In: ANGELIN, R. A “**caça-as-bruxas**”: uma interpretação feminista. Revista Espaço Acadêmico. [on-line]. Nº 53, 2005, out. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/053/53angelin.htm#_ftn1> ISSN 1519 – 6186. Acesso em: 02. jun. 2016.

MIGUEL, B. de R; RIAL, C. “Programa de Mulher”. In: PINSKY, B. C.; PEDRO, M. J. **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 148-168.

MIGUEL, M. S. Publicando nas Ongs Feministas: entre a academia e a militância. **Revista Estudos Feministas**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2003000100019/8726>>. Florianópolis, jan/jun. 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html> Acesso em: out. 2016.

MURARO, R. M.; BOFF, L. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

NASCIMENTO, do S. J. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher: a vulnerabilidade e o desenvolvimento no município de Porto Velho**: Universidade Federal de Rondônia, 2011. 81fls. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciência e Tecnologia. Porto Velho. 2011.

NEVES, A. S. et al. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: fev. 2016.

NYE, A. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1939.

NUERNBERG, H, A. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em Psicologia**. 346 fls. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas.

OBSERVE. Lei Maria da Penha [online]. Disponível em: <<http://www.observe.ufba.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.** [online]. 2004, vol. 25, n. 89, pp. 1127 – 1144. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf>> Acesso em: abr. 2015.

OLIVEIRA, de. R. P. L.; CASSAB, A. L. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 27., 2014, Londrina. **Anais do 3º SIMPÓSIO**, Universidade Estadual de Londrina, PR, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/anais---iii-simposio-genero-e-politicas-publicas.php>>. Acesso em: fev. 2015. ISSN 2177-8248.

OLIVEIRA, M. S. de.; PAIVA, L. H. C.; COSTA, J. V.; PINTO-NETO, A. M. Saúde da mulher na imprensa brasileira: análise da qualidade científica nas revistas semanais. **Interface** (Botucatu) [online]. 2009, vol.13, n.30, p.07-16. ISSN 1807-5762. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000300002>> Acesso em: fev. 2016.

ONOFRE, A. M. **Gênero, violência e política pública de desenvolvimento**: Aplicação da Lei Maria da Penha em Porto Velho. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Porto Velho. Universidade Federal de Rondônia, 2009. 60 fls. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciência e Tecnologia. Porto Velho. 2009.

PEDRO, M. J. Feminismo e **gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância**. Revista História Unisinos, p. 170-176, set/dez, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6426/3569>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PELLUCIO, G. **“Há homens que têm patroa. Há homens que têm mulher. E há mulheres que escolhem o que querem ser”**: perspectiva de gênero na geografia. 2010, 146 f. Mestrado em Geografia – PPGG. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia.

PEREIRA, H. R. da S. **Os desdobramentos do feminino na maternidade**: uma escuta psicanalítica de mulheres que tiveram seus filhos (as) acolhidos (as) institucionalmente. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

PERROT, M. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: mai. 2016.

PINSKY, B. C.; PEDRO, M. J. **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORE, del M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. de F. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PORTAL BRASIL. [online]. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/maria-da-penha-1>> . Acesso em: Jan. 2016.

REGIMENTO INTERNO PGDRA: Regimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Núcleo de Ciências Exatas e da Terra - NCET. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PGDRA. 2013

ROMANOWSKI, J. P. **As licenciaturas no Brasil:** um balanço das teses e dissertações dos anos 90. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisasdenominadas-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-359.

RUBLE, D. N.; MARTIN, C. L. **Genderdevelopment.** In: W. Damon (séries ed.) & N. Eisenberg (vol. ed.). *Handbook of Child Psychology.* Vol. 3: Social, emotional and personality development (5th ed.). New York: Wiley, p. 933-1016.

TEIXEIRA, G. C. A. **Amor e dor:** violência na vida conjugal de uma mulher. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia – MAPSI. Porto Velho. 2011.

SACHI, A. Revista **ANTHROPOLÓGICAS**, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110 (2003).

SAMPAIO, M.; MARIN, A. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004.

SAMPAIO, T. D. **O mal-estar no trabalho de professoras das séries iniciais do ensino fundamental de porto velho.** 2012, 174 f. Mestrado em Psicologia – MAPSI. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Velho, 2012.

SANTOS, M. C. **Vidas antes e depois do HIV:** Relatos a partir dos 50 anos. 2013. 89 f. Programa de Pós-Graduação. Mestrado Acadêmico em Psicologia – MAPSI, Porto Velho, 2013.

SANTOS, dos. G. L. M. **Os sintomas e hematomas do amor:** relatos de mulheres sobre a violência doméstica. 2013. 155 f. Mestrado em Psicologia – MAPSI. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Velho, 2013.

SAYÃO, T. D. **Por que investigar as questões de gênero no âmbito da educação Física, Esportes e lazer?** Revista Motrivivência [online]. n. 19 Santa Catarina. 2002.

SCHERER, E. Mosaico Terra-Água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia – Brasil. In: **VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências sociais: A Questão Social no Brasil**. Centro de Estudo Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra: Coimbra, 16, 17 e 18 de setembro de 2004.

SCOTT, J. **Gênero e Educação**: Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Revista educação e realidade, Porto Alegre: UFRGS/FACED, v.20, n.2, p. 70-99, jul/dez, 1995.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 65-97.

_____. Gender and politics of history. IFCH/Unicamp. Columbia University Press, N.Y., 1992.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA e C. da J. F.; CARVALHO, de. P. E. M., O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução. **18º REDOR**. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648>> Acesso em: fev. 2016

SILVA, G. F. **Análise de micronúcleos em células esfoliadas do colo uterino de mulheres portadoras de dst's e outros fatores de risco para o desenvolvimento- de câncer cervical**. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2010. 72 fls. Núcleo de Saúde/Depmed. Programa de Pós-graduação em Biologia Experimental. Mestrado em Biologia Experimental - PGBIOEXP, Porto Velho, 2010

SILVA, T. M. da G. Trajetória da Historiografia das mulheres no Brasil. **Revista Politeia: Hist. e Soc.** Vitória da Conquista, v. 8, nº 1, p. 223-231, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311>> Acesso em: jun. 2016. ISSN: 2236-8094.

SILVA, da F. F.; RIBEIRO, C. R. P. A participação das mulheres na Ciência: Problematizações sobre as diferenças de gênero. **Revista Labrys Estudos Feministas**, n. 10, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosain.com.br/labrys/labrys20/bresil/fabiene.htm>>. Acesso em fev. 2016.

SILVA, da F. T. **Geografia e Gênero no Assentamento rural Joana D'arc III: Um lugar às margens da estrada**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-429.

SOUZA de, H. C. **Violência homicida entre casais em Porto Velho - RO**: questões de gênero e desenvolvimento. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2009. 92 fls. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciência e Tecnologia. Porto Velho. 2009.

SOUZA, de P. D. L. **Mulheres indígenas em Porto Velho**: Relações sociais de gênero, situações de desenvolvimento e políticas públicas. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2010. 97 fls. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciência e Tecnologia. Porto Velho. 2010.

STOLLER, R. **Recherchessurl'IdentitéSexuelle**. Paris: Gallimard, 1978 (tradução de “Sex and Gender”, cuja primeira edição é de 1968). In: GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. Antropologia em 1a mão, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf> . Acesso em: 03. jun. 2016.

SOUZA de, H. C. **Violência homicida entre casais em Porto Velho - RO**: questões de gênero e desenvolvimento. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2009. 92 fls. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciência e Tecnologia. Porto Velho. 2009.

NASCIMENTO, do S. J. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher**: a vulnerabilidade e o desenvolvimento no município de Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2011. 81fls. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciência e Tecnologia. Porto Velho. 2011

SOUZA, de P. D. L. **Mulheres indígenas em Porto Velho**: Relações sociais de gênero, situações de desenvolvimento e políticas públicas. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2010. 97 fls. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciência e Tecnologia. Porto Velho. 2010

VIVAS, E. **Nem rosa, nem azul**. Artigos opinião esquerda – esquerda.net. 1 dez. 2015. Disponível em: < <http://www.esquerda.net/opiniaio/nem-rosa-nem-azul/39741>>. Acesso em: jun. 2016.

WOBETO, S, da. M. E. **O feminino e a violência numa perspectiva Psicanalítica**. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.

XAVIER FILHA, C. **ABC da mãe**: o dispositivo pedagógico dos manuais de Puericultura na educação da família. Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade Discutindo práticas Educativas. UFRGS. Porto Alegre. Maio 2007.

ZANELLO, V. Saúde mental e gênero: o adoecimento psíquico e as violências invisibilizadas. [Editorial]. **Revista Psicologia, Ciência e profissão**. Ano XXVII, n. 112, Mar. 2016. Violência contra mulher e a Psicologia. p. 12-14. 2016.

Apêndice A – Modelo de ficha utilizado na pesquisa

I - LEVANTAMENTO QUANTITATIVO*

ORDEM CRONOLÓGICA	TÍTULO	AUTORIA	INTRODUÇÃO	RESUMO

OBJETIVOS	MÉTODO	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	RESULTADOS E DISCUSSÃO	LOCAL E CAMPO DA PESQUISA